

**LARYSSA SAMPAIO FERREIRA**

**GINÁSIO VERA CRUZ: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO  
ESCOLAR EM TEIXEIRAS, MINAS GERAIS (1954-1965)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Denilson Santos de Azevedo

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

F383g  
2021

Ferreira, Laryssa Sampaio, 1996-  
Ginásio Vera Cruz: criação e consolidação de uma  
instituição escolar em Teixeira, Minas Gerais (1954-1965) /  
Laryssa Sampaio Ferreira. – Viçosa, MG, 2021.  
1 dissertação eletrônica (121 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Denilson Santos de Azevedo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 105-110.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2021.068>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Ginásio Vera Cruz (Teixeiras, MG) - História -  
1954-1965. 2. Ensino secundário. 3. Escolas secundárias -  
Teixeiras (MG). I. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em  
Educação. II. Título.

CDD 22. ed. 373.8151

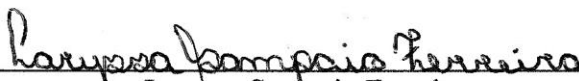
**LARYSSA SAMPAIO FERREIRA**

**GINÁSIO VERA CRUZ: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO  
ESCOLAR EM TEIXEIRAS, MINAS GERAIS (1954-1965)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 1 de setembro de 2021.

Assentimento:



---

Laryssa Sampaio Ferreira  
Autora



---

Denilson Santos de Azevedo  
Orientador

## AGRADECIMENTOS

Ao ingressar no Mestrado, imaginava que muitos desafios me aguardavam pelo caminho, mas os últimos anos modificaram esse conceito. O primeiro desafio foi conciliar a pós-graduação com o trabalho em um contexto pouco favorável para o desenvolvimento da pesquisa e que ficou marcado pelo cansaço e pela falta de expectativa perante um governo que não investiu em educação pública e só fez retirar incentivos e subsídios da área.

Quando se iniciou o ano de 2020, um desafio muito maior nos aguardava. E dessa vez, não foi o cansaço, mas o medo e a insegurança causados pela pandemia de COVID-19. Por isso, àqueles que sofreram as consequências da doença e a perda de um ente querido, os meus sinceros sentimentos...

Assim sendo, a pesquisa tornou-se um processo solitário e, muitas vezes, o que poderia ser facilmente resolvido com uma visita ao arquivo ou uma conversa de corredor, precisou aguardar até um momento oportuno, com protocolos e regras. A sensação causada pela pandemia, pelo isolamento e pelo contato remoto serviu para demonstrar e enfatizar que não se faz pesquisa sozinho. Por isso, mesmo assumindo o risco do esquecimento, agradeço a cada um que contribuiu para que este trabalho se concretizasse.

Agradeço, primeiramente, a Deus e à Santa Rita de Cássia, que intercedeu por mim quando já me encontrava sem esperanças e me deu forças para prosseguir.

Agradeço aos meus pais, Nísia e Sérgio, e ao meu irmão Lawan, por serem minha base e inspiração e por sempre me incentivarem a não desistir frente aos desafios.

Aos meus familiares, em especial aos meus bisavós, às minhas avós e aos meus falecidos avôs, pois a vocês devo muito do que sei e do que sou.

Ao Robson, por compartilhar as vivências do trabalho e da pesquisa, pelo diálogo e pela paciência em ouvir sobre os dilemas cotidianos e por ajudar a tornar a vida mais leve.

Aos meus professores da educação básica, que me abriram as portas do conhecimento e me fizeram apaixonada pela leitura. Em especial à professora Márcia Baião, por me apresentar a importância da História e da busca pelo conhecimento.

À Escola Estadual Doutor Mariano da Rocha, em Teixeira, pelo acolhimento e pela confiança no meu trabalho. À ex-diretora, Maria Amélia, à ex-vice-diretora Angélica (atualmente diretora) e a todos os funcionários da escola que, muitas vezes, me orientaram na busca por fontes e interromperam seus trabalhos para me atender e auxiliar. Aos docentes e alunos que compartilharam comigo o início da minha trajetória de professora e pesquisadora.

Agradeço também a todos que contribuíram para a compreensão da história da instituição objeto deste estudo: Conceição, João Marques (*in memoriam*), Adonides, Maria do Carmo, Maria de Lourdes, Márcia Queiroz, Elisa e Sônia Leles.

Aos amigos e colegas da universidade e da pós-graduação que participaram dessa trajetória e que, muitas vezes, compartilharam as mesmas angústias e aflições.

Ao meu orientador, Denilson, que através da leitura atenta, das indagações e problematizações, me incentivou para que eu buscasse sempre mais alternativas e que, assim, reinterpretasse as fontes e reformulasse minhas próprias conclusões.

Agradeço aos professores e demais funcionários do Departamento de Educação e da Pós-Graduação em Educação pelos debates e aprendizados proporcionados nas aulas e pela assistência prestada a nós estudantes.

E por fim, à Universidade Federal de Viçosa, por mais essa oportunidade de aprendizado e formação. Me despeço com orgulho e gratidão pelos anos aqui vividos e espero sempre retornar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”.*  
(Darcy Ribeiro)

## RESUMO

FERREIRA, Laryssa Sampaio, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2021. **Ginásio Vera Cruz: criação e consolidação de uma instituição escolar em Teixeira, Minas Gerais (1954-1965)**. Orientador: Denilson Santos de Azevedo.

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de criação e consolidação da instituição educacional fundada em 1954 com o nome Ginásio Vera Cruz de Teixeira. O Ginásio particular, criado e mantido por uma sociedade anônima de mesmo nome, permaneceu ativo até o ano de 1965, quando foi criado o Ginásio estadual na cidade e, no ano seguinte, instalado no edifício construído pela sociedade. De forma a corresponder ao objetivo principal deste trabalho, esta pesquisa refletiu sobre a legislação pertinente ao período do estudo, o papel desempenhado pela sociedade anônima na criação e manutenção da instituição e sobre os procedimentos necessários para a instalação e regulamentação do estabelecimento e do seu corpo docente. Além disso, analisou como a iniciativa atendeu a uma parcela da demanda pelo ensino médio que se formava pelas maiores oportunidades de acesso ao ensino primário, bem como avaliou de que maneira a relação entre instituição, discentes e comunidade colaborou para construção de uma identidade institucional e, conseqüentemente, para sua consolidação. A pesquisa tem como objeto, portanto, a instituição, e ao inserir-se no campo da história das instituições educacionais, colabora para a compreensão de como se deu o acesso ao curso ginasial e ao ensino secundário e para entender qual foi a participação dos diversos atores e sujeitos históricos no desenvolvimento da educação a nível local e regional. Para tanto, foram utilizados documentos localizados no arquivo da escola, o Livro do Tombo da paróquia, atas, leis, decretos e portarias, fontes iconográficas e orais, além censos e anuários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Palavras-chave: Ginásio. Ensino secundário. Instituições educacionais. Teixeira. Minas Gerais.

## ABSTRACT

FERREIRA, Laryssa Sampaio, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2021. **Ginásio Vera Cruz: creation and consolidation of a school institution in Teixeiras, Minas Gerais (1954-1965)**. Adviser: Denilson Santos de Azevedo.

This work aims to analyze the creation and consolidation process of an educational institution founded in 1954 named as Ginásio Vera Cruz de Teixeiras. The private Ginásio, created and maintained by an anonymous society with the same name, stayed active until 1965, when the state Ginásio was created in the city and, in the following year, installed in the building constructed by the society. In order to correspond to the main objective of this work, this research reflected about the legislation relevant to the study period, the role played by the anonymous society in the creation and maintenance of the institution and about the necessary procedures for the installation and regulation of the establishment and its teachers. In addition, it analyzed how the initiative met a portion of the demand for secondary education that was formed by greater opportunities for access to primary education, as well evaluated how the relationship between the institution, students and the community contributed to the construction of an institutional identity and, consequently, for its consolidation. The object of the research, therefore, is the institution, and by entering the field of the history of educational institutions, it contributes to the understanding of how access to junior high and secondary education occurred and to understand what was the participation of the various historical actors and subjects in the development of education at local and regional level. For this purpose, were used documents located in the school's archives, the parish's Tombo's book, minutes, laws, decrees and ordinances, iconographic and oral sources, as well as censuses and yearbooks produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics.

Keywords: Gym. High school. Educational institutions. Teixeiras. Minas Gerais.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista parcial da Escola Estadual Doutor Mariano da Rocha (2021).....	13
Figura 2 - Planta do Ginásio Vera Cruz de Teixeiras [195?]......	52
Figura 3 - Vista parcial do Ginásio Vera Cruz (1959).....	53
Figura 4 - Vista de uma das salas de aula (1959).....	56
Figura 5 - Sala de Ciências Naturais (1959).....	57

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrícula geral no ensino médio (1945-1960).....	27
Tabela 2 - Unidades escolares de ensino secundário em Minas Gerais (1955-1965).....	36
Tabela 3 - População de Teixeira (1950-1970).....	37
Tabela 4 - Ensino Primário em Teixeira (1954-1956).....	38
Tabela 5 - População letrada em Teixeira e em Minas Gerais (1950-1970).....	39
Tabela 6 - População de Teixeira com curso completo, por sexo (1950-1970).....	40
Tabela 7 - Subvenções estaduais cedidas ao Ginásio Vera Cruz (1956-1965).....	54
Tabela 8 - Aproveitamento dos candidatos ao exame de admissão (1960-1963).....	77
Tabela 9 - Valores da anuidade (1955-1962).....	79
Tabela 10 - Gratuidades concedidas entre 1955 e 1960.....	81
Tabela 11 - Matrículas na 1ª série do curso ginasial (1955-1965).....	83
Tabela 12 - Ingressantes e concluintes das turmas de 1955 a 1965.....	85

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Corpo docente do Ginásio Vera Cruz de Teixeiras (1955-1963).....	65
---	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
DESE	Diretoria do Ensino Secundário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1940 A 1960: COMPREENDENDO O ENSINO MÉDIO E O RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA.....</b>	<b>23</b>
1.1 O ensino médio nas Leis Orgânicas do Ensino.....	23
1.2 As leis de equivalência.....	30
1.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	31
1.4 O ensino secundário em Minas Gerais.....	34
1.5 O contexto educacional de Teixeira e a demanda pelo ensino médio.....	36
<b>2 O GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS: A FUNDAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA.....</b>	<b>43</b>
2.1 O processo de instalação do Ginásio em Teixeira.....	43
2.1.1 A sociedade “Ginásio Vera Cruz de Teixeira S.A.”.....	44
2.1.2 A construção e regulamentação do Ginásio Vera Cruz.....	51
2.1.3 A administração do Ginásio.....	59
2.2 Os docentes e os procedimento legais para a contratação temporária.....	62
<b>3 OS DISCENTES, O COTIDIANO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL.....</b>	<b>72</b>
3.1 Discentes.....	72
3.1.1 O exame de admissão.....	73
3.1.2 Anuidade e gratuidade.....	78
3.2 A demanda pelo curso ginasial.....	82
3.3 O cotidiano escolar no Ginásio.....	88
3.4 A criação/transformação em Ginásio Estadual.....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE B - TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO (1954-1998).....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO A - FOTOGRAFIAS E DOCUMENTOS ADICIONAIS.....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a história da instituição de ensino hoje chamada Escola Estadual “Doutor Mariano da Rocha” surgiu por meio de um contato profissional para lecionar a disciplina História para as turmas de 7º, 8º e 9º ano, no ano de 2019. Localizada em Teixeira, Minas Gerais (MG), a escola é a única do município a ofertar os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio público<sup>1</sup>. Foi também a primeira e única a ofertar o curso ginásial, inicialmente como ginásio particular, e depois como estadual em toda a história da cidade.

A partir desse primeiro contato, alguns elementos chamaram a atenção pela conservação de uma memória e de uma identidade institucional, pois a escola mantém expostos, na sua entrada principal, alguns quadros e um mural de madeira intitulado “Quartanistas de 1958”<sup>2</sup>. Neste mural constam os nomes e as fotos da diretora, inspetora, secretário, paraninfo, homenageados e dos primeiros formandos do Ginásio “Vera Cruz de Teixeira”. Também são conservados traços que remetem à construção do edifício, como os detalhes das escadarias, portais e janelas e as duas lâmpadas de ferro fixadas uma em cada lado da entrada principal – elementos que podem ser identificados na Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Vista parcial da Escola Estadual Doutor Mariano da Rocha (2021)



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Estadual Doutor Mariano da Rocha.

<sup>1</sup> Em Teixeira, MG, também funciona a Escola Estadual Antônio Moreira de Queiroz, responsável pelo ensino fundamental (anos iniciais e finais), enquanto as escolas mantidas pelo município ofertam apenas os anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, a cidade possui uma instituição de ensino particular que atende a toda a Educação Básica (ensino fundamental e médio).

<sup>2</sup> Em anexo.

Além disso, no dia a dia de trabalho na escola, vivenciando seu cotidiano, o dos alunos e colegas de profissão, foi possível conhecer um pouco mais sobre sua história e perceber que muitos funcionários e alunos têm um carinho e respeito muito grandes pela instituição, procurando, de várias formas, manter um determinado *status* de qualidade de ensino, já tradicionalmente associado a ela. Como exemplo disso, podemos citar os inúmeros projetos desenvolvidos na Escola<sup>3</sup> e seu destaque perante o Estado de Minas pela colocação obtida pelo 3º ano do ensino médio no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>4</sup>.

O empenho dos estudantes e dos profissionais da escola colaboraram grandemente para isso, pois, a despeito da desvalorização e da precarização da educação historicamente perpetuadas pelos nossos governantes, eles muito se esforçam pela execução de um bom trabalho, de forma que os resultados acima foram comemorados e divulgados por todos e até por ex-alunos. Nesse sentido, este se apresenta como um contexto específico, em que ocorrem processos e vivências educacionais singulares que merecem atenção, tendo em vista a luta permanente pelo ensino público gratuito e de qualidade e a minha própria experiência na rede pública estadual de ensino, enquanto ex-aluna e docente.

Com isso, chegamos a um outro ponto que se refere à denominação da Escola, pois é comum entre alunos, ex-alunos e profissionais o uso do atual nome “Mariano da Rocha”, bem como do termo “Ginásio” para se referir a ela, o que aguçou o interesse pelos motivos que levavam, novamente, ao vínculo com um nome que marcou a instituição em outro período. Dessa forma, partindo de uma experiência particular e cotidiana e da problematização do objeto, identificamos que a trajetória da instituição se iniciou em 1954, com um projeto de criação de uma instituição de ensino secundário em Teixeira, MG, e que, a partir desse momento, seguiu-se um longo período de mudanças e transformações, não sendo possível sintetizá-lo sem ressaltar a complexibilidade e as particularidades que o caracterizam<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Dentre os projetos desenvolvidos pela escola estão: Feira de História, Feira de Ciências, Feira do Conhecimento, Meu Primeiro Negócio, Oficina de Teatro, Doação de sangue, Horta Escolar, Semana da Educação para a Vida, Campeonatos de Futsal e Vôlei, Café com Poesia, Oficina de Física e Química – PIBID/UFV, Ciência com Sabor, Girassóis do Mariano: Humanização Sempre; Pedalando pela Paz, Jornal Mariano da Rocha, entre outros. Além disso, destaca-se a participação da escola nas Olimpíadas de Matemática e de Astronomia. Fonte: E.E. DR MARIANO DA ROCHA. **Projeto político pedagógico**. Teixeira, 2019.

<sup>4</sup> Merecem destaque os resultados das avaliações institucionais do Estado de Minas realizadas pelo ensino médio da E.E. Dr. Mariano da Rocha no ano de 2019. No SAEB e no IDEB, a escola obteve o 1º e o 5º lugar no Estado de Minas Gerais, respectivamente, resultado amplamente divulgado pela escola através de seus meios de comunicação. Fonte: MINAS GERAIS. **Diário do executivo**. Minas Gerais, 18 de set. 2020. Ano 128 – nº 192. Caderno 1, p. 18. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/?dataJornal=2020-09-18#caderno-jornal>. Acesso em: 4 jan. 2021.

<sup>5</sup> Uma síntese da trajetória da instituição poderá ser consultada no Apêndice B, ao final deste trabalho.

Dessa forma, para esta pesquisa, elegeu-se o recorte do primeiro período de funcionamento do Ginásio Vera Cruz de Teixeira, de 1954 a 1965, no qual observa-se o processo de criação e consolidação da instituição, cuja análise constitui o objetivo central deste trabalho. Além disso, identifica-se nesse período a construção de uma identidade institucional que será preservada mesmo após as rupturas e mudanças ocorridas após 1965<sup>6</sup>, a qual compõe parte indispensável do interesse investigativo.

Não obstante o fato de que ao longo da maior parte de sua trajetória a instituição pesquisada se dedicou a ofertar o primeiro ciclo do ensino médio (o curso ginásial), compreender as mudanças pelas quais passou e as permanências que foram sendo consolidadas na cultura escolar da instituição, assim como sua representação na memória dos sujeitos que presenciaram e vivenciaram seu desenvolvimento, tornaram-se questões latentes. Dentre estas questões, destacamos: Como se deu a criação, organização e consolidação do Ginásio Vera Cruz e do curso ginásial? O processo de oferta do ensino e de desenvolvimento da instituição se relaciona com os interesses locais e com o contexto nacional e regional? O que os dados referentes ao corpo docente e discente nos revelam sobre o curso ginásial e sobre o acesso ao ensino médio em Teixeira, MG? Qual é o papel desempenhado pela instituição na formação dos jovens e adolescentes?

Tais questões orientaram na formulação dos seguintes objetivos específicos: analisar o acesso à educação, especialmente ao ensino secundário, tomando como ponto de partida o contexto educacional nacional, regional e local nas décadas de 1940 a 1960; compreender o papel da sociedade anônima responsável pela construção do Ginásio<sup>7</sup> e sua importância para a educação no município; identificar a participação de autoridades locais, de recursos financeiros externos e dos diversos sujeitos e agentes históricos na criação e manutenção desta instituição de ensino; apresentar o perfil do corpo docente do Ginásio e avaliar como as leis e políticas educacionais orientavam a contratação destes profissionais; verificar o processo de ingresso e permanência no curso ginásial, assim como o papel da instituição na absorção da demanda pelo acesso a este ramo do ensino; identificar o impacto do cotidiano escolar para a memória dos ex-alunos e para a cidade; analisar o processo de construção da identidade da

---

<sup>6</sup> Neste mesmo período funcionou também a Escola Técnica de Comércio, a qual acreditamos ter tido importante participação na trajetória educacional do município, visto que, pela primeira vez, foi ofertado o ensino médio completo na cidade. Porém, ela não será incluída na pesquisa, pois sua análise exigiria aprofundamento teórico sobre o ensino técnico e sobre o ensino comercial, desviando do tema central deste estudo. Além disso, trata-se de uma outra instituição, que, apesar de criada pela mesma sociedade e funcionado no mesmo prédio, suscita outros debates e problematizações.

<sup>7</sup> Como foi apresentado no início da introdução deste trabalho, o termo ginásio ainda é utilizado para designar a instituição, contudo, é empregado nesta pesquisa apenas para se referir ao Ginásio Vera Cruz de Teixeira entre os anos 1954 e 1965.

instituição ao longo dos 11 anos de funcionamento do Ginásio particular e com a criação/transformação em Ginásio estadual.

Neste sentido, este estudo justifica-se não apenas por explorar a história de uma instituição até então pouco investigada, mas também por contribuir para a construção e valorização de uma história local da qual muitos foram agentes. A análise ganha ainda mais relevância na medida em que sugere caminhos para que possamos investigar o processo de criação de ginásios em outras cidades do interior de Minas que talvez tenham passado por tentativas semelhantes na oferta do ensino secundário<sup>8</sup>.

Para nos aproximarmos cada vez mais da compreensão da nossa realidade educacional e tecermos, seja por meio de novas pesquisas ou por estudos comparativos, uma história da educação local e regional, é imprescindível o exame do processo de institucionalização da educação, com todos os seus percalços, desafios e singularidades. Como Magalhães (1996 *apud* ARAUJO; GATTI JUNIOR, 2002) pontua, tal empreendimento, ao contextualizar as instituições e inseri-las na trama local, regional e nacional, confere um sentido e uma identidade a elas. Esse processo, além de colaborar para a construção do conhecimento, é de suma importância para identificar os diversos sujeitos históricos que atuaram no meio educacional.

Para que possamos prosseguir neste intento, segundo Minayo (2008, p. 22), a metodologia de um trabalho científico inclui não apenas as concepções teóricas, mas também um “(...) conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”. Logo, o percurso metodológico implica na apresentação dos pressupostos teóricos, muitas vezes relacionados à formação inicial do pesquisador, os quais orientam a investigação e a decisão do que fazer e de que forma fazer: como responder a determinada questão, que fontes utilizar e como interpretá-las.

Com isso, não somente por se tratar de uma pesquisa sobre a história da educação, mas também pela afinidade com o campo historiográfico oriunda da formação em História, um conceito fundamental para este trabalho é o de documento ou fonte histórica. O termo documento é usualmente associado ao sentido de prova, até mesmo pela sua relação com o meio jurídico e, por isso, ao longo do século XIX e início do XX, assumiu o papel de “prova histórica”, essencialmente escrita e detentora da verdade. No entanto, com a renovação

---

<sup>8</sup> Colabora também para a compreensão do processo de criação e expansão do curso ginasial na microrregião de Viçosa e na Zona da Mata Mineira o trabalho de Borges (2021) intitulado “O Ginásio Santo Antônio em Cajuri-MG: constituição, organização e funcionamento (1961-1975)”. Além de ter como objeto central o Ginásio localizado na cidade de Cajuri, MG, a autora também fez o levantamento de outras instituições que foram criadas em cidades vizinhas no mesmo período.

documental iniciada no século passado, esse documento, tido como essencialmente escrito e objetivo, é problematizado, criticado e tomado enquanto um monumento (intencional). Assume-se que nele não há objetividade, mas intencionalidade e, por isso, seja qual for a sua natureza, é preciso questioná-lo (LE GOFF, 1990).

Dessa forma, as fontes não escritas foram, por muito tempo, desconsideradas pelos historiadores que priorizavam aquelas de cunho oficial, as quais foram cedendo lugar a uma variedade de outras fontes à medida em que foram surgindo incontáveis novos temas e objetos de pesquisa. Além disso, tão importante quanto a ampliação do conceito de fonte é a mudança na forma como o historiador formula seus problemas e os direciona a elas, questionando-as sobre sua própria natureza e condições de existência: motivações envolvidas na sua criação, contexto histórico, público a que se dirigia, por que e como foi conservada (BURKE, 1992).

No conjunto de fontes utilizadas nesta pesquisa encontram-se as orais, as escritas e as iconográficas - estas duas últimas concentrando-se principalmente no arquivo da própria escola. Este fato nos leva a uma ponderação sobre o estado de conservação e de organização dos documentos públicos, especialmente nas escolas, pois uma das principais dificuldades enfrentadas nas pesquisas realizadas no campo da História da Educação é justamente a escassez de fontes. Dessa forma, foi uma surpresa descobrir que a Escola possuía um arquivo com a documentação dos primeiros anos de funcionamento do Ginásio Vera Cruz até os dias de hoje e que esse arquivo encontra-se preservado e organizado.

Segundo a diretora da Escola à época, foram alguns funcionários da secretaria e da biblioteca que cuidaram da organização do arquivo, separando os documentos em caixas etiquetadas e colocando-as em estantes em uma sala específica para este fim. A iniciativa chama atenção devido ao fato de a escola ter tido o cuidado de manter esses documentos, mesmo que sem a devida técnica de conservação e organização, pois cliques e grampos, por exemplo, que aceleram a degradação das folhas, não foram retirados, e as etiquetas das caixas nem sempre se referiam corretamente ao tema e às datas dos documentos ali armazenados.

Apesar disso, a iniciativa foge da regra, especialmente quando observamos que os funcionários que a executaram não tinham exatamente essa função e nem foram preparados para isso. Ou seja, se esses documentos existem até hoje, e se permitiram a realização desta pesquisa, é porque muitos se esforçaram para que eles fossem preservados e conservados, e não simplesmente entregues às traças ou depositados no lixo. Boa parte das fotografias utilizadas também estava neste acervo, muitas vezes anexadas aos relatórios, e outra parte estava nos álbuns da escola, nos quais há registros que vão das primeiras turmas às atuais.

As fontes orais utilizadas foram produzidas por meio de entrevistas semiestruturadas feitas com pessoas que tiveram algum contato com a instituição no período delimitado, seja como estudantes ou profissionais. O objetivo da utilização de tal fonte não foi o de suprir lacunas dos documentos escritos, mas dinamizar outros aspectos da experiência humana e da atuação dos diversos atores no âmbito da instituição. Por isso, trata-se de uma fonte que, como as demais, requer método, análise e interpretação crítica (LOZANO, 2006).

Portanto, os principais documentos utilizados nesta pesquisa foram: as fontes orais, fotografias, correspondências, atas, relatórios, dados estatísticos referentes à matrícula e ao aproveitamento anual, bem como documentação ampla e diversa referente ao ingresso dos alunos e à contratação dos professores. Utilizamos também o histórico da escola presente em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), os Livros de Tombo da paróquia, assim como decretos, leis, portarias, censos e anuários estatísticos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dialogando e ao mesmo tempo justificando o uso dessas fontes, recorreremos ao conceito de instituição proposto por Saviani, que pontua da seguinte forma:

(...) as instituições não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que o gerou. Não. Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem (SAVIANI, 2005, p. 28).

Ou seja, para compreender o Ginásio enquanto uma instituição, é preciso entender que ele é formado não apenas pelas ações oficiais, mas também pelas ações sociais e cotidianas. Pois, se as instituições são necessariamente sociais, como pontua Saviani (2005), elas também são essencialmente humanas e políticas. Por isso, ter em mãos resquícios desses diversos grupos que atuaram ao longo da trajetória do Ginásio se apresenta como uma oportunidade de analisar muito mais que a estrutura e o funcionamento dessa instituição: é também poder analisar a participação dos diversos atores e os processos que conferiram identidade à sua trajetória (ARAÚJO; GATTI JUNIOR, 2002), tornando-se ainda mais evidente a relação entre

os objetivos aqui propostos, as fontes utilizadas e a abordagem própria da história das instituições educacionais pretendida.

O processo de análise dos documentos da pesquisa configurou-se por dois momentos distintos: em um primeiro momento, o acesso às fontes escritas e, em segundo, a produção de história oral através das entrevistas. Como já indicado anteriormente, o contato prévio com os documentos foi essencial para a escolha do objeto e para o desenvolvimento da pesquisa. Graças a isso, mesmo durante a pandemia causada pelo COVID-19, foi possível permanecer em isolamento e prosseguir com os trabalhos, pois, pelo menos, a documentação disponível na escola já havia sido escaneada ou fotografada, o que possibilitou não apenas a análise dessas fontes, como também o planejamento das entrevistas.

Dessa forma, foi iniciado o processo de leitura e descrição, tomando cuidado com a identificação dos sujeitos, das leis e decretos citados e, principalmente, com a identificação (nome, tipo e ano) e a localização (física e digital) dos documentos. Como tratava-se de um montante significativo de textos, foi preciso atenção quanto à sua natureza (a quem se destinava, por quem foi produzido e com qual objetivo) e a sua utilização na pesquisa, sendo preciso muita atenção aos detalhes para a compreensão e interpretação da fonte.

A execução das entrevistas, por sua vez, foi bastante dificultada, pois todos os contatos tiveram que ser feitos pelo telefone, *e-mail* e *WhatsApp*. Esta etapa só foi possível com a ajuda dos profissionais da escola, os quais prontamente auxiliaram na identificação dos possíveis participantes e no primeiro contato com eles. Assim, construiu-se uma rede de contatos através da participação de cada entrevistado que sugeria também outros nomes. Como Teixeira é uma pequena cidade do interior, existe essa facilidade, pois a rede de familiares, amigos e conhecidos é muito grande. Com isso, muitas pessoas, com quem infelizmente não tive oportunidade de conversar pessoalmente, colaboraram grandemente indicando nomes e muitas vezes mediando o primeiro contato.

Como já previsto no início da pesquisa, e agravado pela situação sanitária do nosso país, em decorrência da pandemia, a execução das entrevistas foi uma das últimas etapas cumpridas, mas sofreu atraso e precisou ser repensada, até mesmo para avaliar se seria possível no formato remoto exigido pelo novo contexto. O roteiro semiestruturado<sup>9</sup> sofreu algumas alterações e, na maior parte das vezes, foi apenas adaptado tendo em vista as particularidades vivenciadas por cada participante.

---

<sup>9</sup> O roteiro semiestruturado para a realização das entrevistas encontra-se em Apêndice A.

No total, seis pessoas foram entrevistadas: Ana, Pedro, Lourdes, Joana, Marisa e Isabel<sup>10</sup>. Dentre eles, dois foram alunos da primeira turma do Ginásio e da Escola Técnica de Comércio, sendo que um deles também atuou na instituição como secretário; duas foram alunas da turma de 1958; uma estudou no Ginásio no primeiro ano de funcionamento do Ginásio Estadual e, posteriormente, foi diretora da Escola Estadual Doutor Mariano da Rocha; e, por fim, uma das entrevistadas é neta de um dos fundadores, filha de uma das professoras que atuou no primeiros anos da instituição e também foi aluna e professora da instituição. Cada entrevista teve duração média de 30 a 40 minutos e foram realizadas através do meio de comunicação que melhor atendia aos participantes. Dessa forma, uma foi realizada por ligação via *WhatsApp* e cinco pelo celular, todas foram gravadas com o consentimento dos participantes e, posteriormente, transcritas.

A análise das fontes orais produzidas, tal como ocorreu com os demais documentos, exigiu atenção para com os elementos situados não somente no conteúdo da narrativa feita por cada participante, mas também com relação aos fatores externos à fala de cada um deles. Foi preciso pensar na forma como foram feitos os contatos e nas implicações positivas e negativas do uso da tecnologia para a realização das entrevistas, nos motivos que levaram cada um a querer contribuir e expressar suas memórias, entre outras coisas.

Dentre os aspectos positivos identificados pelo uso dos diversos meios de comunicação podemos citar, principalmente, a comodidade proporcionada a ambas as partes, pois o lugar em que essas entrevistas foram realizadas deixou de ser físico, possibilitando que todos pudessem participar da sua própria casa. Além disso, facilitou o contato com algumas pessoas que não residem mais em Teixeira, como é o caso da Lourdes e da Marisa, e que provavelmente não teriam participado caso fosse dado preferência ao encontro presencial.

Todavia, o uso da tecnologia apresentou também pontos negativos. Por não ter sido possível estabelecer uma interação presencial com os participantes, alguns aspectos da comunicação foram prejudicados, como o uso da linguagem não verbal, que permite, através da observação das expressões faciais e corporais, melhor compreensão dos significados e sentidos da fala dos participantes. Dessa forma, algumas das entrevistas poderiam ter tido melhor resultado em outras condições de pesquisa, pois o roteiro semiestruturado tem como objetivo deixar o participante mais livre para falar e se expressar e o contato remoto em alguns casos implicou em uma formalização do diálogo.

---

<sup>10</sup> Nesta pesquisa, foram utilizados nomes fictícios como forma de preservar a identidade dos participantes. Além disso, uma descrição mais completa de cada um dos participantes será apresentada ao longo do texto.

Além da interferência da tecnologia na condução das entrevistas, foi possível observar que outro elemento que impactou no seu desenvolvimento foi a formação e a profissão dos entrevistados. Coincidentemente, a maior parte deles possui formação pedagógica e/ou atuou na educação, sendo justamente esses os que mais se sentiram à vontade para narrar e relatar suas vivências e impressões sobre o Ginásio e o cotidiano escolar, pois, tanto na formação acadêmica para a docência quanto no exercício da profissão, o professor é continuamente levado a refletir sobre a escola e sobre sua atuação - exercício menos comum àqueles que seguiram em outras profissões. Contudo, apesar de alguns fatores serem aqui destacados, cada entrevista teve seu próprio valor e importância e foi igualmente analisada.

Assim sendo, em face desse contexto, esta pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro intitula-se “A educação brasileira nas décadas de 1940 a 1960: compreendendo o ensino médio e o recorte espacial da pesquisa” e tem como um dos seus objetivos caracterizar o ensino médio, especialmente o ensino secundário, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, as leis de equivalência e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961. Além disso, apresenta o contexto educacional nacional do Estado de Minas Gerais e do município de Teixeira, MG, ao longo das décadas de 1940 e 1960.

O segundo capítulo intitula-se “O Ginásio Vera Cruz de Teixeira: a fundação e a organização administrativa e técnica” e nele é discutido, primeiramente, sobre a formação, composição e funcionamento da sociedade anônima “Ginásio Vera Cruz S.A.”, responsável pela criação e manutenção do Ginásio até o ano de 1965. Em seguida, é analisado o processo de construção e regulamentação do Ginásio a partir de 1954 e sobre a composição de sua administração, na qual se incluem os cargos de direção, secretaria e inspetoria. Por fim, tratamos dos procedimentos legais para a contratação do corpo docente e sobre sua composição, entendendo que estes profissionais compõem, juntamente com os demais existentes na instituição, o aparato técnico necessário para o seu funcionamento.

O terceiro e último capítulo tem como título “Os discentes, o cotidiano escolar e construção da identidade institucional”. Nele, analisamos o processo necessário para o ingresso e a permanência no Ginásio, começando pela realização dos exames de admissão. Por caracterizar-se como uma instituição de ensino particular, outra exigência era o pagamento da anuidade que, em alguns casos, de comprovada vulnerabilidade e mérito, era anulada por meio das gratuidades fornecidas de acordo com os recursos disponíveis em cada época. Além disso, são discutidos os dados referentes à procura, ingresso e conclusão do curso ginásial, os quais expressam a demanda por este ramo do ensino, assim dialogando com o primeiro capítulo e demonstrando o impacto resultante da criação do Ginásio.

Ainda no terceiro capítulo, são tecidas algumas considerações sobre o cotidiano escolar, pensando tanto na relação dos alunos com a instituição, as práticas e afazeres diários, as provas e os docentes, quanto na relação da instituição, personificada na figura dos seus profissionais e estudantes, com o município e expressa na sua participação da vida social, política e religiosa da cidade. Finalizando o capítulo, discutimos sobre a criação de um Ginásio estadual em dezembro de 1965 em Teixeira, MG, e sobre as mudanças adivindas com a sua instalação no prédio fundado pela sociedade em 1966. Assistiu-se, nessa ocasião, à transformação do Ginásio Vera Cruz em uma instituição de ensino pública e que, apesar das inúmeras alterações, manteve um vínculo com a identidade institucional em construção desde 1954.

## **1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1940 A 1960: COMPREENDENDO O ENSINO MÉDIO E O RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA**

Neste primeiro capítulo, analisaremos alguns aspectos do contexto educacional brasileiro ao longo das décadas de 1940 a 1960 que nos ajudarão a compreender o que era o ensino médio e qual o papel da educação para a sociedade daquela época e, especialmente, para a cidade de Teixeira, MG. Por isso, destacamos neste período alguns elementos que se relacionam diretamente aos objetivos e ao recorte cronológico e espacial deste trabalho, e, portanto, à instituição, que é nosso objeto de pesquisa.

Destacaremos na primeira parte deste capítulo as Leis Orgânicas responsáveis por reformularem todos os ramos do ensino médio e o ensino primário no período que antecede a criação do Ginásio, com foco no ensino secundário. Apresentaremos também as leis de equivalência e o processo de criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada em 1961, as quais propiciaram a adequação e nova orientação ao ensino médio e ao ensino secundário.

Por fim, será esboçado um breve panorama do quadro educacional em Minas Gerais e no município de Teixeira, dialogando com o contexto nacional e demonstrando as especificidades da realidade por nós investigada. Dessa forma, o percurso aqui proposto será de fundamental importância para compreendermos as motivações e as bases sob as quais se estruturou e se manteve o Ginásio Vera Cruz de Teixeira, além de contribuir para a discussão realizada nos demais capítulos.

### **1.1 O ensino médio nas Leis Orgânicas do Ensino**

As Leis Orgânicas do Ensino foram decretadas no Brasil ao longo da década de 1940, mais especificamente entre os anos de 1942 e 1946, e vigoraram durante quase 20 anos. Com base nestes dispostos, cada ramo do ensino foi orientado por uma legislação específica. Dessa forma, por intermédio do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, foram decretadas na seguinte ordem: Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942); Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942) e Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141, de 28 dezembro de 1943), as quais ficaram conhecidas como Reforma Capanema. Um aspecto comum a essas leis é a orientação política do próprio período, pois foram criadas durante o Estado Novo (1937-1945).

Após a queda do Estado Novo e sob nova administração, foram assinados, em 1946, outros três decretos-lei: Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946); Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946) e Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto de 1946).

Para compreender o propósito desse conjunto de leis é importante destacar a forma como a educação foi tratada nas constituições de 1934 e 1937, sendo esta última de forte influência para a consagração do dualismo educacional expresso nas leis orgânicas. Enquanto em 1934 o Estado afirmou ser a educação um direito de todos, garantindo o ensino primário gratuito e de frequência obrigatória, a Carta de 1937 colocou o Estado na função de subsidiário. Além disso, deixou “(...) transparecer a intenção de que os mais ricos, diretamente, é que deveriam financiar a educação dos mais pobres” (GHIRALDELLI JR, 1994, p. 82).

Desse modo, a lei máxima do país em 1937, representando a política ditatorial de Vargas e rompendo com os pequenos avanços despontados em 1934, pouco tratou do ensino público e gratuito; pelo contrário, dividiu a responsabilidade do ensino primário com a família, exigiu daqueles que não comprovassem falta de recursos uma “contribuição módica e mensal para a caixa escolar” e se propôs “suprir as deficiências” da rede privada, conforme definido pelo Artigo 129 da Constituição (BRASIL, 1937).

Com relação ao ensino médio, não foi feita nenhuma referência direta ao ensino secundário, mas apenas ao ensino profissional, sendo este considerado o primeiro dever do Estado para com as classes menos favorecidas. Ademais, uma grande responsabilidade foi relegada à iniciativa privada, para a qual subentende-se que haveria um determinado repasse de recursos, mesmo este não sendo especificado. Segundo o Artigo 125, “A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular” (BRASIL, 1937).

Foi justamente neste contexto de ausência de preocupação com a educação pública que se inspirou a legislação sobre o ensino secundário, o qual ficou a cargo praticamente exclusivo da rede particular de ensino e, conseqüentemente, destinado às elites. Por outro lado, os diversos ramos do ensino técnico dedicaram-se, predominantemente, à formação das classes menos favorecidas (ROMANELLI, 1986).

Romanelli (1986) destaca o patriotismo e o nacionalismo de caráter fascista presente, principalmente, na Lei Orgânica do Ensino Secundário, devido aos seus objetivos e ao público que se pretendia formar. Ao se pronunciar sobre a Lei Orgânica do Ensino Secundário, o

ministro Gustavo Capanema assim se expressou: “(...) o que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística” (ROMANELLI, 1986, p. 156).

No corpo da própria lei, era especificado o objetivo do ensino secundário de “formar” a “personalidade integral dos adolescentes”, “acentuar e elevar” a “consciência patriótica e humanística”, além de ser base para “estudos mais elevados de formação especial” (BRASIL, 1942, Art. 1º). Ou seja, o projeto de ensino secundário visava uma formação não somente humanística, como também nacionalista, e, além disso, tinha o objetivo de proporcionar o acesso ao ensino superior. O que se observava era a já conhecida tradição do ensino secundário destinado às elites e propedêutico ao ensino superior (ROMANELLI, 1986).

Em termos estruturais, o ensino secundário se organizava em dois ciclos. O primeiro era o ginásial, com quatro séries. As disciplinas que compunham a grade curricular do curso ginásial (1º ciclo) reforçavam novamente a finalidade desse ensino, demonstrando seu caráter erudito e enciclopédico, quais sejam: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico (BRASIL, 1942).

O segundo ciclo de três séries era composto pelo Curso Clássico e pelo Curso Científico, e as disciplinas que compunham as grades desses cursos eram Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, Biologia, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Filosofia e Desenho. Contudo, apenas três disciplinas diferenciavam os dois cursos, pois o Latim e o Grego só eram ofertados no Clássico e Desenho somente no Científico (BRASIL, 1942). Na prática, os currículos se aproximavam muito e as disciplinas eram praticamente as mesmas ao longo de todo o curso secundário, o que só reforça seu objetivo de preparar para o ingresso no ensino superior (ROMANELLI, 1986).

O que não foi previsto, no entanto, foi a crescente demanda social por essa educação. Tanto as classes médias como as classes populares se voltaram para o ensino secundário, que por meio de um sistema de provas e exames manteve a rigidez e a seletividade. Além disso, a lei aproximava-se da ideologia autoritária do período por meio de outros dispositivos. Era aconselhado, por exemplo, “(...) a não adoção da co-educação dos sexos, além de instituir a educação militar para os meninos (...)” (GHIRALDELLI JR, 1994, p. 87).

Para o crescimento da demanda pelo ensino secundário, que se explicava pela oportunidade de acesso ao ensino superior, corroborou outro fator decisivo: as escolas

profissionais, regulamentadas pelas leis orgânicas específicas e que ofertavam cursos de formação técnica possuíam duração similar à do ensino secundário. Mas, além dessas escolas não receberem do Estado recursos suficientes para a formação dos profissionais que os setores industrial e comercial exigiam, os alunos ali formados se viam diante de determinadas barreiras para prosseguir nos estudos, pois não havia equivalência entre esses ramos do ensino (ROMANELLI, 1986).

De acordo com Romanelli (1986), essa questão nos remete a uma das fragilidades das leis orgânicas decretadas ao longo da década de 1940, que era o seu caráter parcial, visto que no momento em que foram criadas o país já exigia uma reforma integral do ensino, a qual se concretizou pela primeira vez em 1961, com a aprovação da LDBEN.

Pensando no conjunto das leis orgânicas e especificamente na desigualdade de acesso ao ensino secundário, Romanelli (1986, p. 153) ressalta que o Estado instituiu “(...) oficialmente a discriminação social, através da escola”. A escola do Estado, voltada para a profissionalização dos pobres, se contrapunha à outra escola, destinada a formar as elites e elevar seu prestígio social. Com isso, a demanda pelo ensino médio recaiu justamente sobre esta última, aquela que era a porta de entrada ao ensino superior e, conseqüentemente, o caminho para a ascensão social.

O ensino técnico profissional, por sua vez, foi organizado por quatro decretos-lei que versavam sobre o ensino Industrial<sup>11</sup>, Comercial<sup>12</sup>, Agrícola<sup>13</sup> e Normal<sup>14</sup>, e se organizava, assim como o secundário, em dois ciclos, um primeiro ciclo fundamental de quatro anos e outro técnico de 3 a 4 anos. As principais variações entre eles e o ensino secundário ocorriam em detrimento das especificidades de cada área do ensino profissional. Dessa forma, a

---

<sup>11</sup> No ensino industrial “(...) além do industrial básico de 4 anos, existia, no mesmo ciclo, o curso de mestría, de 2 anos. Já o 2º ciclo possuía, além dos cursos técnicos de 3 a 4 anos, o curso de formação de professores (pedagógico) de 1 ano” (ROMANELLI, 1986, p. 155). Estavam previstos também cursos artesanais e de aprendizagem com o objetivo de qualificar aprendizes industriais, os quais ficavam a cargo das próprias indústrias.

<sup>12</sup> O ensino comercial também se desdobrava em três tipos de cursos: cursos de formação, de continuação (eram de primeiro ciclo e destinavam-se a dar preparação profissional para o exercício de atividades básicas no comércio e na administração para candidatos não diplomados no ensino comercial) e de aperfeiçoamento (poderiam ser ofertados no primeiro e segundo ciclo e eram voltados para os profissionais diplomados) (BRASIL, 1943). O curso de formação, especificamente, se subdividia em curso comercial básico (1º ciclo com duração de quatro anos), e em cursos comerciais técnicos (2º ciclo de três anos), composto pelos cursos de comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e de secretariado (ROMANELLI, 1986).

<sup>13</sup> Eram ofertados cursos como o de agricultura, horticultura, zootecnia, prática veterinária, laticínios e mecânica agrícola (ROMANELLI, 1986).

<sup>14</sup> Possuía cursos destinado à formação de docentes para atuar como regentes no ensino primário (1º ciclo) e cursos de formação de professor primário (2º ciclo). Havia também os cursos de especialização e de habilitação de administradores escolares (ROMANELLI, 1986). Para mais detalhes sobre os cursos técnicos, consultar Romanelli (1986, Capítulo 4).

orientação proposta pelas leis orgânicas do ensino tinha seus pontos positivos e negativos. Segundo Ghiraldelli Jr.,

A centralização administrativa do governo Vargas possibilitou uma maior homogeneidade e continuidade nas medidas educacionais. (...) Independentemente do conservadorismo ou dos possíveis avanços que se possa encontrar na Reforma Capanema, sua notabilidade e relevância se deu pelo seu caráter pioneiramente sistematizador do ensino nacional. (GHIRALDELLI, JR., 1994, p. 88)

Por outro lado, essa organização convivia com a falta de flexibilidade, pois os alunos não conseguiam transitar livremente entre os ramos do ensino profissional e o ensino secundário. Dessa forma, ao ingressar na primeira série de um curso comercial básico, o aluno já definia seu percurso. Sem opção de transferência, caso desejasse reorientar seus estudos, seria preciso abandonar o curso já iniciado e recomeçar no outro. Além do entrave que este fato simbolizava para os estudantes, implicando no desperdício de tempo, havia ainda o desperdício de recursos aplicados na formação educacional desses alunos e uma barreira para o ingresso nos cursos superiores, visto que só era possível ingressar nos cursos correspondentes ao ensino profissional cursado (ROMANELLI, 1986).

De acordo com Nunes (1979b), ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, os cursos com maior número de matrículas foram o secundário e o comercial, seguidos pelo normal e pelo industrial e agrícola, sendo estes dois últimos os menos procurados. Apesar de o ensino comercial estar logo ao lado do secundário, a diferença no número de matrículas demonstra a preferência por este. Enquanto o comercial contava com 194.124 matrículas em 1960, o secundário estava à frente com 991.391, diferença que também se observa na comparação entre o comercial e o industrial, como pode ser observado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Matrícula geral no ensino médio (1945-1960)

	<b>Secundário</b>	<b>Comercial</b>	<b>Industrial</b>	<b>Agrícola</b>	<b>Normal</b>
<b>1945</b>	237.695	56.570	16.531	659	19.533
<b>1950</b>	406.920	76.455	19.436	2.099	33.436
<b>1960</b>	991.391	194.124	26.850	6.850	93.600

Fonte: SEEC Ensino Médio - 1933-59; 1950-64 *apud* Nunes (1979b, p. 45)

Jayme Abreu (1961 *apud* NUNES, 1979b) aponta quatro motivos para explicar a demanda pela formação de nível médio secundário, alguns dos quais já citados, e colabora também para a compreensão das motivações envolvidas na criação e manutenção de estabelecimentos de ensino secundário e comercial, razões que também podem ser associadas ao aumento de estabelecimentos de curso normal demonstrado pela tabela anterior. Segundo ele:

(...) era o ramo [secundário] que desfrutava de maior prestígio como agência de ascensão social, pois, conforme dispunham as Leis Orgânicas, era destinado à camada dominante, enquanto os demais destinavam-se às massas; era a mais acreditada agência de preparo para uma série de atividades em empregos e serviços semiqualeificados; era o melhor caminho de acesso ao ensino superior; era, ao lado do ensino comercial, o menos exigente em custos (ABREU, 1961 *apud* NUNES, 1979b, p. 45).

Nesse sentido, é preciso destacar que o Estado buscou formas de suprir a baixa procura pelos cursos técnicos e atender às necessidades imediatas do capital. Concomitante à criação das Leis Orgânicas do Ensino Industrial e Comercial, foram feitos outros dois decretos para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)<sup>15</sup>. Foram o SENAI e o SENAC os responsáveis pela urgente formação de mão de obra, pois ofertavam cursos rápidos de aprendizagem e com treinamento técnico feito nas próprias empresas. A iniciativa teve êxito pela formação de mão de obra mais qualificada e atualizada, e ainda contou com um atrativo financeiro, pois os alunos eram pagos para estudar (ROMANELLI, 1986).

Dessa forma, o Estado, que também era responsável pelo ensino profissionalizante, se eximiu perante a responsabilidade de criação e manutenção de uma escola que exigia alto custo material, técnico e humano para acompanhar o constante desenvolvimento tecnológico do país. Como consequência, “(...) a maioria da população que podia permanecer na escola o tempo necessário à conclusão do ensino médio, procurava aquele ramo do ensino [ensino secundário], de preferência ao ensino profissional de formação” (ROMANELLI, 1986, p. 168)<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> O Decreto-Lei no 4.048, de 22 de janeiro de 1942, foi responsável pela criação do SENAI, inicialmente chamado criação Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, e o decreto-lei no 8.621, de 10 de janeiro de 1946, criou o SENAC (ROMANELLI, 1986).

<sup>16</sup> Romanelli destaca que essas observações, apesar de mais gerais, não se aplicam por inteiro à realidade vivida no país: “É assim, por exemplo, que o 2º ciclo do ensino comercial abrigava e abriga uma população bastante diversificada, enquanto o ensino normal de 1º ciclo, portanto profissional, acabou por transformar-se na escola da população feminina de classe média e superior” (ROMANELLI, 1986, p. 169).

As reformas da década de 1940 tiveram, por isso, o papel de consolidar o dualismo educacional já existente e de reforçar ainda mais as desigualdades sociais.

(...) as escolas de aprendizagem acabaram por transformar-se, ao lado das escolas primárias, em escolas das camadas populares. Como aquelas passaram a ser, na sua maioria, mantidas pelo SENAI e pelo SENAC, e, portanto, ligadas ao chamado sistema “paralelo” de ensino profissional e, como o ensino profissional oficial tinha uma matrícula sensivelmente inferior à do sistema paralelo, tornou-se evidente que o sistema oficial de ensino, em seus ramos secundário e superior, continuou sendo o sistema das elites, ou, ao menos, das classes médias e altas, enquanto o sistema “paralelo” de ensino profissional, ao lado das escolas primárias, passou a ser mais acentuadamente o sistema educacional das camadas populares (ROMANELLI, 1986, p. 169).

A própria forma como esse ensino médio se estruturava colaborou para que isso ocorresse e foi responsável pela criação de barreiras que impediam à população o acesso à educação. Como Azevedo explica:

(...) não havia uma extensão vertical entre escola primária e o primeiro ciclo do ensino médio - notadamente o ginásio. Isto se dava devido ao seu caráter seletivo - exame de admissão nas poucas escolas públicas existentes e ensino pago nas escolas privadas que estabelecia uma barreira no acesso ao ensino secundário para as camadas populares, e outra no plano horizontal, caracterizada pela separação entre os diferentes ramos de ensino de nível médio, pois o ginásio era o único tipo de ensino que dava acesso a todos os cursos de segundo ciclo, enquanto o primeiro ciclo de um ramo profissional só conduzia ao segundo ciclo deste mesmo ramo de ensino. Além disso, o colégio - denominação dada ao segundo ciclo do ensino secundário - dava acesso a todos os cursos superiores, enquanto o diploma de 2º ciclo do técnico ou de professor primário só encaminhava, no nível superior, para a carreira diretamente relacionada com o curso profissional concluído. (AZEVEDO, 1993, p. 14-15).

Com isso, a forma como se estruturava a educação foi responsável pela discriminação social, pela forma como alguns eram induzidos ao ensino secundário e outros ao ensino profissional, e pela crescente procura pelo ensino secundário, concomitantemente seguida pela baixa procura pelo ensino profissionalizante. Como forma de ajustar essa situação, uma das iniciativas tomadas pelo Estado foi, como já citado, a criação de cursos de aprendizagem (SENAI e SENAC) de menor duração, visando atender de forma mais rápida às necessidades do setor econômico. Além disso, ao longo da década de 1950 foram aprovados diversos decretos-lei complementares com o objetivo de adequar as leis orgânicas às demandas educacionais mais urgentes. Neste contexto, as leis que serão tratadas a seguir apresentam a

proposta de tornar os ramos do ensino profissional e secundário equivalentes, e resolver ou amenizar parte dos entraves consolidados na década anterior.

## 1.2 As leis de equivalência

Segundo Azevedo, no início dos anos 1950, houve uma tentativa de se eliminar na legislação do ensino médio a dicotomia entre o ensino propedêutico (aquele voltado exclusivamente para o ensino superior) e o profissionalizante (ofertado pelo sistema oficial através das escolas técnicas profissionalizantes). Essa iniciativa, ainda segundo o autor, ocorreu em dois sentidos: “(...) garantir a equivalência entre os dois tipos de ensino e atenuar o caráter específico de cada um” (AZEVEDO, 1993, p. 21).

A primeira lei de equivalência foi aprovada em 1950, a segunda em 1953 e a última em 1957. De acordo com Nunes,

A Lei de Equivalência nº 1.076, surgiu em 1950. Dava direito à matrícula no 2º ciclo secundário (clássico ou científico de alunos concluintes no 1º ciclo comercial, industrial e agrícola, tendo como exigência a prestação de exames das disciplinas de cultura geral não estudadas nos ciclos técnicos. Data de 1953 a segunda Lei de Equivalência, nº 1.821, que estendeu aos concluintes do primeiro ciclo do ensino normal, dos cursos de formação militar e sacerdotal o ingresso tendo como exigência a prestação de “exames de complementação”, através dos quais se estabelecia a igualdade de condições entre os alunos isentos, neste caso específico, e os concluintes do clássico ou científico para fins de inscrição em exames vestibulares. Em 1957 aparece a Lei nº 3.104 que acrescenta alguns itens ao artigo segundo da Lei nº 1.821 de 1953 e é alterada ligeiramente no que diz respeito aos exames de adaptação pelo decreto 50.362 de 1961 (NUNES, 1979a, p. 89)

O projeto de equivalência correspondeu, portanto, a um conjunto de três leis que, ao longo da década de 1950, tentou amenizar as diferenças existentes entre os diversos ramos do ensino médio, permitindo que os alunos tivessem a opção de cursar o 2º ciclo do ensino secundário mesmo tendo feito o 1º ciclo em alguma escola profissionalizante. Dessa forma, tentou-se contornar a dualidade tão característica no período e consagrada na legislação, a qual só foi de fato eliminada com a equivalência entre todos os ramos de ensino anunciada pela LDBEN em 1961, quando foi determinado que todos os concluintes do segundo ciclo poderiam prestar vestibular para qualquer curso de nível superior, sem exigência de exame de complementação (NUNES, 1979a).

Ou seja, sem nenhuma mudança real no quadro das desigualdades sociais, com as leis de equivalência, os alunos se viam diante de uma possibilidade legal de optar por qualquer um

dos ramos do ensino médio, pois, pelo menos na teoria, todos ofertavam as mesmas oportunidades. Todavia, simbolizando uma barreira real para essa transição, estava a exigência dos exames de adaptação e de complementação, os quais visavam avaliar um aluno formado por outro currículo e, portanto, colocado em condição de desigualdade perante àqueles que frequentaram desde o início o ensino médio secundário.

### **1.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

Como foi possível observar acima, a partir do final da década de 1940 e ao longo da de 1950, foram várias as tentativas de reaver alguns dos principais entraves oriundos das proposições presentes nas Leis Orgânicas. A partir de 1946, no entanto, uma outra pauta se tornou alvo das discussões de diversos grupos com interesses bastante conflitantes: a construção do projeto que definiria as diretrizes educacionais do país.

Com o fim do Estado Novo em 1945 foi promulgada uma nova constituição no ano seguinte, assinalando o retorno à democracia. Reafirmou-se o dever da União de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e o ensino primário gratuito foi novamente assegurado.

Distanciava-se, portanto, a Constituição de 1946 da Constituição de 1937. Esta, com o fazer significativa concessão à iniciativa privada, quanto à “liberdade de ensino” (Arts. 128 e 129), praticamente isentava os poderes públicos do dever de proporcionar e garantir a educação. Aliás, o direito à educação não estava mencionado na Constituição de 1937 até então vigente. Na verdade, a Constituição de 1946, nesse sentido, se aproximava muito da Constituição de 1934 inspirada nos princípios proclamados pelos pioneiros (ROMANELLI, 1986, p. 170).

Outro grande diferencial foi a garantia de que o ensino seria ministrado pelos poderes públicos com a destinação de uma porcentagem mínima para a manutenção e o desenvolvimento da educação. De acordo com a Carta de 1946, Art. 169, “Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1946).

Dessa forma, a Constituição definiu as bases sob as quais seria reformulado o novo projeto de educação do país. Esse novo período seria caracterizado pela política populista, pela oposição partidária e pelas diferentes propostas em disputa para a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foram treze anos até que o recém proposto projeto

finalmente se concretizasse e substituísse o projeto educacional vigente desde o Estado Novo (GHIRALDELLI JR., 1994).

Dessa forma, em 1946, o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, formou uma comissão responsável pela elaboração de um projeto para a LDBEN. No ano seguinte, a comissão foi instalada e em 1948 o projeto foi remetido ao Congresso. A partir deste momento, o processo se tornou mais lento, o trabalho foi arquivado e extraviado, fazendo com que a comissão tivesse que reconstruí-lo. A discussão efetiva sobre as propostas da comissão só veio à tona no final da década de 1950 e, aos poucos, ganhou lugar a disputa entre os grupos que tentavam aprovar uma lei que atendesse aos seus próprios interesses e anseios. O substitutivo<sup>17</sup> proposto pelo deputado Carlos Lacerda foi responsável por escancarar este conflito, como pontua Ghiraldelli Jr.:

Dois anos antes da entrada do substitutivo Lacerda no Parlamento, ou seja, em 1956, o debate entre defensores da escola pública e defensores da escola particular já dava mostras de que se desencadearia uma verdadeira guerra ideológica na sociedade civil. A rede pública de ensino cresceu substancialmente nos anos 40 e 50, tomando-se um patrimônio que os setores sociais mais democráticos não titubeavam em defender. Por outro lado, os empresários do ensino, os donos das escolas particulares, na falta de uma justa bandeira para lutarem pelo ensino privatizado, utilizavam-se da Igreja Católica, que lhes forneceu os velhos argumentos da “liberdade de ensino” e do “direito natural da família na educação dos filhos”. (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 113).

Enquanto os representantes dos interesses privatistas defendiam o “ensino livre” e que a educação não era função do Estado, mas da família, os defensores da Escola Pública<sup>18</sup>, por sua vez, se pronunciaram em favor da existência das duas redes de ensino e propuseram que as verbas públicas se destinassem apenas às escolas públicas e que as escolas particulares fossem devidamente fiscalizadas pelo Estado (GHIRALDELLI JR., 1994).

Segundo Romanelli (1986), o processo de construção das diretrizes e bases pode ser dividido em duas fases, pois a discussão do primeiro projeto suscitou o debate em torno da centralização e descentralização do ensino. Nesse sentido, percebia-se ainda a influência do

---

<sup>17</sup> “O substitutivo do deputado Carlos Lacerda (UDN) baseava-se nas teses do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ocorrido em 1948. O substitutivo Lacerda, portanto, trouxe para o interior do Congresso e para a letra da Lei os interesses dos donos das escolas privadas” (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 113).

<sup>18</sup> A discussão neste período foi fomentada pelo III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (1948), pela Campanha de Defesa da Escola Pública, pelo “Manifesto dos Educadores mais uma vez convocados” (1959), pela I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública, realizada em São Paulo em 1960, pela II Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública (1961) e contou também com a participação ativa de membros da Igreja e com setores da imprensa. Ver Ghiraldelli Jr. (1994) e Romanelli (1986).

regime centralizador que vigorou ao longo de 15 anos e que impôs um rígido controle do Governo Federal sob a educação. Após ser proposto o substitutivo Lacerda, contudo, o debate passou a transcorrer em torno do tema da “liberdade de ensino”.

Em meio aos debates, em 1961 foi aprovado o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o qual recebeu “(...) mais de 200 emendas no Senado, e procurou conciliar as tendências em disputa. Anísio Teixeira considerou a aprovação da LDBEN uma ‘meia-vitória, mas vitória’. Carlos Lacerda, do lado oposto, comentou que ‘era a Lei que pudemos chegar’” (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 115-116).

Nesse âmbito, a Lei nº 4.024/61 garantiu que o Estado inspecionasse os estabelecimentos particulares, mas, em contrapartida, assegurou o repasse de verbas públicas para a rede privada, a qual poderia ser utilizada para compra, construção ou reforma dos prédios escolares, demonstrando que a lei procurou atender às demandas dos defensores da escola pública e da particular (BRASIL, 1961). No entanto, ela não conseguiu contemplar as necessidades educacionais de um país em processo de industrialização e urbanização e que deixava de ser caracterizado pelo predomínio da atividade agrícola (GHIRALDELLI JR., 1994).

Outro ponto destacado por Romanelli (1986) e que simbolizava uma conquista para a rede privada foi a representatividade nos órgãos de direção do ensino, visto que assim como ocorreu com os recursos, a iniciativa privada ficou em condições de igualdade com relação à representação nos Conselhos de Educação Federal e Estaduais, responsáveis por determinar sobre o financiamento destinado aos diversos graus de ensino e sobre o quantitativo de bolsas de estudo, entres outras coisas.

Com relação à estrutura do ensino, foi mantida basicamente a mesma organização:

(...) ensino pré-primário; ensino primário de 4 anos, podendo ser acrescido de 2 anos com programa de artes aplicadas; ensino médio dividido em ginásial de 4 anos e colegial de 3 anos, ambos compreendendo o ensino secundário e o técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores); ensino superior (ROMANELLI, 1986, p. 181).

Um das mudanças que ocorreu foi com relação ao currículo do ensino médio, o qual se tornou um pouco mais flexível ao conter disciplinas obrigatórias e optativas. Ficava sob responsabilidade do Conselho Federal de Educação indicar as disciplinas obrigatórias e aos Conselhos Estaduais cabia selecionar as de caráter optativo. Além disso, as duas primeiras séries do 1º ciclo de qualquer um dos cursos de ensino médio teriam as mesmas matérias obrigatórias (BRASIL, 1961, art. 35).

Essa abertura, no entanto, pode não ter alcançado o seu real propósito, pois “(...) na prática, as escolas acabaram compondo o seu currículo de acordo com os recursos materiais e humanos de que já dispunham. Ou seja, continuaram mantendo o mesmo currículo de antes, quando não puderam improvisar professor e programa” (ROMANELLI, 1986, p. 181). Ademais, permaneceram na lei os fundamentos apontados no substitutivo Lacerda, como os “direitos da família”, a igualdade de tratamento para a iniciativa privada e, como demonstrado acima, a igual representatividade nos conselhos.

Dessa forma, estes são alguns dos elementos que serão importantes para analisarmos o contexto educacional em Minas Gerais e no município de Teixeira, os quais demonstraram a inexistência (ou quase inexistência) de instituições públicas que ofertassem o ensino secundário gratuito e o aumento da demanda pelo ensino secundário pelas “oportunidades” por ele oferecidas. Consequentemente, o ensino secundário se tornou o ramo do ensino médio mais procurado e, não à toa, o Ginásio Vera Cruz de Teixeira foi criado para ofertar o primeiro ciclo deste.

#### **1.4 O ensino secundário em Minas Gerais**

O percurso educacional legal exposto acima buscou auxiliar na compreensão dos motivos que levaram à criação do Ginásio em Teixeira, MG, no ano de 1954. Resguardadas as particularidades do Estado de Minas e do município em questão, a demanda por vagas no pós-primário também se fazia presente no interior e nas cidades de pequeno e médio porte. Com isso, podemos inferir que o curso ginásial criado, por ser o 1º segmento do ensino secundário, era visto como uma forma de oferecer à população teixeirense uma oportunidade ímpar, não somente pelo aprendizado adquirido, mas também pela oportunidade de ingresso posterior no 2º ciclo de cursos técnicos ou de cursos secundários (colegial) e, quiçá, no curso superior.

Na idealização e na construção do Ginásio em Teixeira, MG, foi possível identificar a reprodução de um imaginário que se associava aos objetivos e características do ensino secundário: a formação das elites e a ascensão social. Em todo caso, a iniciativa não deixou de ter suas implicações positivas para o município, mas, como era uma instituição particular, apenas um grupo seleto foi de fato contemplado com essas oportunidades, pelo menos nos primeiros anos de seu funcionamento.

A iniciativa da construção do Ginásio Vera Cruz comungava com um movimento de ampliação de vagas no ensino médio vivenciado no país e também no Estado de Minas

Gerais. Resultado do investimento de particulares, do setor religioso e do Estado, observou-se que em 1945 havia um total de 137 estabelecimentos de ensino secundário em Minas Gerais, e que, em 1959, o número já havia crescido para 437. Apesar disso, o crescimento realmente expressivo ocorreu com relação aos ginásios, que passaram de 100 em 1954 para 344 em 1959 (GATTI; GATTI JR., 2020).

De acordo com Gatti e Gatti Júnior (2020), o aumento da demanda pela educação já latente desde o início do século XX foi agravado pelo crescimento populacional entre as décadas de 1940 e 1960 e pelo adensamento populacional no meio urbano. A resposta a essa demanda foi oferecida pelas iniciativas estatais, da sociedade civil e confessionais, mas foi o setor particular o responsável pela criação e manutenção do maior número de estabelecimentos e, conseqüentemente, aquele que atraiu o maior número de matrículas.

Dentre o total de estabelecimentos identificados em 1945 (137), 26 (19%) eram públicos, 41 (30%) de sociedades civis e 70 (51%) eram confessionais. Em 1959 registrou-se 437 estabelecimentos de ensino secundário, dentre os quais 65 (14,9%) eram públicos, 139 (31,8%) da sociedade civil e 152 (34,8%) confessionais, restando 81 (18,5) sem identificação. Nesse sentido, percebe-se um sensível aumento de estabelecimentos públicos e um crescimento expressivo dos privados, nos quais se incluem os da sociedade civil e os confessionais (GATTI; GATTI JR., 2020).

Visando identificar o número de estabelecimentos de ensino secundário em Minas Gerais até o final do recorte proposto por esta pesquisa (1965), foi preciso recorrer a outras fontes. Dessa forma, recorreremos aos Anuários Estatísticos com o objetivo de localizar tais informações referentes aos anos de 1955, 1960 e 1965. Diferentemente da pesquisa publicada por Gatti e Gatti Júnior (2020), os estabelecimentos foram classificados apenas em públicos e privados. Na primeira categoria se inserem as unidades escolares estaduais, municipais e federais, e na segunda não houve especificações, mas provavelmente foram agrupados estabelecimentos oriundos de diversos mantenedores.

Pela análise da Tabela abaixo é possível notar que, dentro de dez anos, o total de unidade escolares mais do que duplicou ao passar de 392 para 822, simbolizando um aumento de 109,7%, e, se considerarmos o intervalo de vinte anos (1945-1965), o aumento é de 500%. As unidades de ensino públicas, por sua vez, aumentaram 220% de 1955 até 1965, enquanto as particulares cresceram 89,8%. Dessa forma, de acordo com a Tabela 2 e com os dados apresentados por Gatti e Gatti Júnior (2020), conclui-se que, no período destacado, o principal crescimento ocorreu na passagem da década de 1940 para a de 1950, sendo também

significativo na década seguinte, pois, apesar de o número de unidades escolares particulares ser maior, as unidades de ensino públicas apresentaram crescimento significativo.

Tabela 2 - Unidades escolares de ensino secundário em Minas Gerais (1955-1965)

Ano	Total	Ginasial		Colegial	
		Público	Particular	Público	Particular
1955*	392	49	259	11	73
1960	570	75	389	25	81
1965	822	142	552	50	78

\* De acordo com o Anuário, este dado estava sujeito a retificação, mas não localizamos o resultado consolidado. Fonte: BRASIL (1955; 1960; 1967).

Assim sendo, visualiza-se em Teixeira, MG, um reflexo do que os dados acima apontam sobre a situação no Estado, pois foi justamente a iniciativa civil a responsável pela criação do ginásio no município. Os dados nos levam a crer que a educação esteve sob maior domínio do setor privado, visto que o número de estabelecimento públicos, apesar de ter-se mantido crescente, foi muito inferior ao de privados. No entanto, é preciso recordar, de forma a evitar conclusões precipitadas que, na verdade, muitas dessas instituições privadas eram frequentemente subvencionadas pelo governo do Estado, como foi assegurado na legislação e como será demonstrado logo mais.

### 1.5 O contexto educacional de Teixeira e a demanda pelo ensino médio

A partir desse breve levantamento sobre a educação mineira, chegamos ao local onde situa-se nosso objeto de pesquisa. O município de Teixeira conta, atualmente, de acordo com os dados apresentados no último Censo do IBGE (2010), com um total de 11.355 pessoas, sendo que a população estimada para o ano de 2020 é de 11.670<sup>19</sup>. Localiza-se na Zona da Mata de Minas Gerais e integra, com outras 19 cidades, a microrregião de Viçosa<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> IBGE. **Teixeiras**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/teixeiras.html>. Acesso em: 12 dez. 2020.

<sup>20</sup> A microrregião de Viçosa é composta por 20 municípios, sendo eles: Viçosa, Ervália, Piranga, Teixeira, Porto Firme, Alto do Rio Doce, Paula Cândido, Araçuaia, Coimbra, São Miguel do Anta, Cipotânea, Senhora de Oliveira, Rio Espera, Presidente Bernardes, Amparo da Serra, Canaã, Brás Pires, Cajuri, Lamim e Pedra do Anta. Ver: CIDADE BRASIL. **Microrregião de Viçosa**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-vicosa.html>. Acesso em: 22 dez. 2020.

A criação do município com o nome de Teixeira se deu por força do decreto-lei nº 148 de 17 de dezembro de 1938. O novo município passou a se constituir de dois distritos, Teixeira (sede) e do distrito de Pedra do Anta, ambos desmembrados do município de Viçosa. O distrito de Pedra do Anta se emancipou em 1962, constituindo município independente, ficando Teixeira constituído de um único distrito (o da sede), como está até hoje<sup>21</sup>.

A população do município, segundo os dados do recenseamento do ano de 1950, era composta por 14.265 habitantes, sendo que desse total 80% concentravam-se nas áreas rurais e aproximadamente 20% residiam nos núcleos urbanos, composto pela sede em Teixeira (15%) e pela Vila de Pedra do Anta (5%), à época ainda distrito de Teixeira. Em 1960, como pode ser observado na Tabela 3, abaixo, houve um aumento populacional no município e dez anos depois este número caiu para aproximadamente metade do anterior, o que se explica pela elevação de Pedra do Anta à categoria de município. No entanto, mesmo levando em consideração a perda de parte do território antes teixeirense, nota-se uma inversão no crescimento, identificada em 1960, o qual se revela ao somar a população de Teixeira (8.709) com a de Pedra do Anta (5.502) no ano de 1970. Dessa forma, a população que antes totalizava 15.338 passou para 14.211.

Tabela 3 - População de Teixeira (1950-1970)

Ano	Total da população
1950	14.265
1960	15.338
1970	8.709

Fonte: IBGE (1954; 1960; 1970).

De acordo com a “Enciclopédia dos municípios brasileiros: Municípios do Estado de Minas Gerais”, ao longo da década de 1950, as principais atividades econômicas de Teixeira eram a agricultura, pecuária e silvicultura, obtendo destaque a atividade agrícola, na qual destacava-se a produção de café, milho, feijão e arroz. A pecuária e a indústria ocupavam posição secundária, destacando-se esta última pelo beneficiamento de produtos agrícolas, como a produção de aguardente de cana, de rapadura e a farinha de milho<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> IBGE. **Teixeiras**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/teixeiras/historico>. Acesso em: 22 dez. 2020.

<sup>22</sup> IBGE. Teixeira. In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros: Municípios do Estado de Minas Gerais**. Volume XXVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 346.

O município beneficiava-se, em termos de transporte, de diversas rodovias e da Estrada de Ferro Leopoldina, a qual ligava-o às cidades de Guaraciaba, Ponte Nova, Viçosa, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Rio de Janeiro, fato que colaborou grandemente para o desenvolvimento do comércio local e para a locomoção daqueles que saíam em busca de estudo ou trabalho<sup>23</sup>. Sobre o setor cultural, é mencionado, sem nenhum detalhe adicional, que o município contava com um estabelecimento de ensino secundário, dois periódicos, três bibliotecas e uma livraria<sup>24</sup>. Com relação ao ensino secundário, especificamente, a falta de detalhes pode estar relacionada ao ano em que se iniciaram as atividades do Ginásio e à data em que foram coletados os dados para a composição do documento.

Sobre a instrução, identificou-se que, em 1950, 42% da população sabia ler e escrever<sup>25</sup>, ou seja, 4.989 habitantes tinham algum grau de escolarização, número que poderia ser diferente caso não fosse tão grande a discrepância existente entre a percentagem de pessoas letradas e inseridas no meio urbano (65%) e aquela que residia no meio rural (36%), indicando que estas últimas tinham menores condições de acesso e permanência na escola<sup>26</sup>. Todavia, em Minas Gerais, neste mesmo período, havia 38,2% da população que sabia ler e escrever, demonstrando que o percentual do município estava acima da média do Estado<sup>27</sup>.

A Tabela 4, abaixo, colabora com esta reflexão e expõe a seguinte situação sobre o ensino primário ao longo década de 1950:

Tabela 4 – Ensino Primário em Teixeira (1954-1956)

	<b>1954</b>	<b>1955</b>	<b>1956</b>
<b>Unidades escolares</b>	23	25	25
<b>Corpo docente</b>	41	45	47
<b>Matrícula efetiva</b>	1817	1798	1829

Fonte: IBGE (1959, p. 346).

A partir dessas informações, podemos perceber que, ao longo desses três anos, o número de escolas, de professores e de matrículas manteve-se praticamente estável e apresentou poucas alterações. Além disso, verificando que a percentagem de matriculados em

<sup>23</sup> *Idem.*

<sup>24</sup> *Idem.*

<sup>25</sup> Todos os dados referentes à população que sabe ler e escrever referem-se à parcela da população que possui 5 anos ou mais.

<sup>26</sup> IBGE. Teixeira. In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: Municípios do Estado de Minas Gerais. Volume XXVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 346.

<sup>27</sup> IBGE (1954).

relação à população infantil é de aproximadamente 52,58%<sup>28</sup>, fica evidente que praticamente metade das crianças em idade escolar estavam fora da escola (não se inclui neste grupo aqueles que já estavam fora da faixa etária), e isso sem contar com as evasões e desistências que não foram localizadas.

Na Tabela 5, a seguir, é possível observarmos uma alteração com relação ao retratado na década de 1950, pois, enquanto o percentual de pessoas que sabem ler e escrever em 1960 permaneceu praticamente o mesmo em Teixeira (42,35%), em Minas Gerais foi registrado um aumento, passando de 38,23% para 50,36%. Infere-se que, ao longo da década de 1960, os investimentos aplicados na alfabetização em Teixeira se mantiveram estáveis, enquanto que em outros municípios mineiros pode ter ocorrido maior esforço neste sentido. Na década de 1970, porém, tanto o Estado quanto o município apresentaram crescimento e, apesar de quase terem se equiparado, o Estado se manteve à frente.

Tabela 5 - População letrada em Teixeira e em Minas Gerais (1950-1970)

		<b>Total*</b>	<b>Sabem ler e escrever</b>	<b>Sabem ler e escrever (%)</b>
<b>1950</b>	Teixeiras	11.813	4.989	42,23%
	Minas Gerais	6.438.907	2.461.921	38,23%
<b>1960</b>	Teixeiras	12.618	5344	42,35%
	Minas Gerais	8.083.235	4.071.211	50,36%
<b>1970</b>	Teixeiras	7.533	4.354	57,79%
	Minas Gerais	9.792.192	5.769.124	58,91%

\* O total refere-se à população de 5 anos ou mais, conforme destacados nos censos analisados.

Fonte: IBGE (1954; 1960; 1970).

Além disso, ao observar o aumento percentual em 1970 em Teixeira, deduz-se duas possibilidades que podem se complementar, quais sejam: maior investimento no ensino primário e/ou concentração dos estabelecimentos na sede do município e suas proximidades, tendo em vista a alteração territorial com a perda do distrito de Pedra do Anta<sup>29</sup>. Dessa forma, é preciso atenção para com o que os números representam, pois, apesar de notarmos que

<sup>28</sup> IBGE. Teixeira. In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: Municípios do Estado de Minas Gerais. Volume XXVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 346.

<sup>29</sup> De acordo com o IBGE (1970, p. 469), o município de Pedra do Anta contava com população de 5 anos ou mais de 4.637, e, deste total, 2.313 sabiam ler e escrever, o que equivale a 49,88%. Ou seja, o território recém elevado à categoria de município estava percentualmente abaixo de Teixeira e do Estado.

Estado e município melhoraram no quesito alfabetização, isso não significa que esse processo ocorreu de forma equilibrada; pelo contrário, pelo próprio exemplo de Teixeiras foi possível notar como o investimento se concentrou em locais específicos, aumentando o percentual geral, mas não necessariamente melhorando as oportunidades de acesso à educação.

Ainda de acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE, verifica-se o total de pessoas com curso completo<sup>30</sup>, dado importante para identificarmos o número de pessoas com curso elementar, médio e superior e para refletirmos sobre a demanda por uma instituição que ofertasse o ensino médio na cidade de Teixeiras. Em 1950, de um total de 9.801, verificou-se que 1.393 (14,2%) pessoas no município de Teixeiras possuíam algum curso completo, sendo que, deste total, 1.300 pessoas (93,3%) possuíam grau elementar, 78 (5,6%) possuíam grau médio e 15 (1,1%) tinham ensino superior.

No censo de 1960 não foram localizados os dados desta mesma categoria; estes só foram encontrados referentes ao de 1970. Neste, verificou-se que o total da população que possuía dez anos ou mais era 6.297, e que deste total 1.469 (23,3%) tinham algum curso completo, sendo 1.263 (86%) com o elementar, 182 (12,4%) com o ensino médio e 24 (1,6%) com curso superior. Mesmo não sendo um dos objetivos deste trabalho, é importante destacar que no grupo de pessoas que cursou grau superior não havia nenhuma mulher, e que nos demais níveis de ensino o número de mulheres era maior que o de homens, ou se tornou maior ao longo do tempo<sup>31</sup>.

Tabela 6 - População de Teixeiras com curso completo, por sexo (1950-1970)<sup>32</sup>

	Total	Total Homens	Total Mulheres	Elementar		Médio		Superior	
				H	M	H	M	H	M
1950	1.393	718	705	668	662	35	43	15	0
1970	1.469	689	780	591	672	74	108	24	0

Fonte: IBGE (1954; 1970).

Ao tratar sobre o total de pessoas que possuíam curso completo, chama-nos atenção a dispersão que ocorreu entre um nível e outro de escolarização, a qual pode ser oriunda da falta

<sup>30</sup> Os dados sobre a população que possuía curso completo referem-se àqueles que possuíam 10 anos ou mais.

<sup>31</sup> IBGE. **Estado de Minas Gerais: Censo Demográfico**. Série Regional. Volume XXI. Tomo I. Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

<sup>32</sup> De acordo com o IBGE, os dados se referem à população de 10 anos ou mais.

de oportunidade para acesso e permanência escolares e a conseqüente evasão escolar. Caracteriza-se, esta última, como um fator importante para a compreensão da educação, devendo ser também analisada. No entanto, este estudo não irá se aprofundar sobre o tema, tendo em vista a sua dimensão e os objetivos da pesquisa. O que faremos, a esse respeito, será justamente apontar, quando identificados, os indícios que revelam tal realidade, problematizando e propondo questões que poderão ser exploradas em outro momento.

Apesar disso, foi possível compor um retrato, mesmo que parcial, da educação no município de Teixeira e, numa análise preliminar, destacar a discrepância entre o número de pessoas que concluíram o ensino elementar e o médio, assinalando a existência de um público que compunha uma demanda reprimida para cursar este último. Além disso, percebe-se que o acesso ao curso primário garantiu a formação e o crescimento dessa demanda pelo ensino médio, especialmente o secundário, o qual era praticamente inacessível pela ausência de ginásios e colégios públicos, situação agravada nos municípios em que também não havia instituições privadas.

Ademais, a criação de um Ginásio em Teixeira se colocou como uma resposta a esta demanda social pelo ensino secundário, visto que o município já possuía número significativo de unidades escolares de ensino primário e de concluintes desta etapa escolar. Dentre essas unidades, uma foi identificada por ter sido citada por quase todos os entrevistados nesta pesquisa: o Grupo Escolar Antônio Carlos, localizado no distrito sede e atualmente conhecido como Escola Municipal Antônio Carlos.

Subentende-se, a partir disso, que as demais escolas localizavam-se na zona rural e eram geridas pelo próprio município, pois o Estado de Minas mantinha os grupos escolares, que funcionavam geralmente nas cidades, e os municípios as escolas rurais (CUNHA, 2020). Outro dado apresentado por Cunha (2020) é que Viçosa contava com 33 unidades escolares em 1954, enquanto Teixeira contava com 23 - número que demonstra que Teixeira e Viçosa se “equiparavam” ou mantinham um investimento educacional similar (pelo menos no ensino primário), pois, apesar da diferença de 10 unidades escolares, Viçosa era, assim como é até hoje, o maior município da microrregião. No entanto, não foi possível averiguar com mais precisão qual era a situação das escolas primárias no município de Teixeira.

Com relação ao ensino médio, muitos dos entrevistados citaram que, antes da criação do Ginásio Vera Cruz, aqueles que possuíam recursos iam para o Colégio de Viçosa ou para o Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, ambos em Viçosa, ou ainda para o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Ponte Nova. Em casos mais raros, iam também para Ouro Preto, Belo Horizonte ou outras cidades. A questão central é que só foram citados colégios

particulares e nenhum público<sup>33</sup>, demonstrando que a dificuldade financeira relacionada à anuidade era agravada pela distância e pela necessidade de transporte, fazendo com que a maioria daqueles que haviam finalizado o primário interrompesse os estudos.

Para uma melhor compreensão das particularidades vivenciadas pelos municípios mineiros, tanto na oferta do ensino primário quanto do ensino médio, serão necessárias ainda muitas pesquisas. Tais estudos poderão revelar as diferenças e desigualdades regionais, garantindo também que as grandes generalizações sejam evitadas. Estudos com esse propósito já ocorrem, com significância, em São Paulo, onde muitas pesquisas na área da História da Educação estão voltadas especialmente para a história das instituições educacionais secundárias e se encontram mais consolidadas. Um exemplo disso é o estudo desenvolvido por Marília Spósito em 1984. Segundo a autora, apesar de São Paulo ser um dos estados brasileiros com situação econômica mais favorável no país, em 1930 existiam apenas três ginásios estaduais e somente no final da década de 1950 foi quando houve um crescimento significativo (SPÓSITO, 1984).

Em Minas Gerais, os trabalhos sobre o ensino secundário são ainda muito escassos e, como a produção acadêmica tende a se concentrar nas cidades próximas aos centros universitários com pós-graduação e tem foco em objetos e recortes muito específicos, será preciso ainda muitos anos de pesquisa para ser possível esboçar uma síntese da história das instituições educacionais no Estado. Assim sendo, este trabalho busca colaborar para essa investigação.

---

<sup>33</sup> Nas fontes pesquisadas até o momento foi mencionado apenas um ginásio estadual localizado na cidade de Visconde do Rio Branco. O Ginásio Estadual de Visconde do Rio Branco foi mencionado na pasta de contratação de um professor para lecionar no Ginásio Vera Cruz. Nela consta os resultados dos exames de admissão do aluno no Colégio D. Helvécio, em Ponte Nova (dezembro de 1949) e o Histórico do curso ginasial, sendo a 1ª e 2ª séries cursadas no Colégio D. Helvécio em Ponte Nova (1950-1951); a 3ª série no Colégio Arquidiocesano em Ouro Preto (1953) e a 4ª série no Ginásio Estadual de Visconde do Rio Branco (1954).

## **2 O GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS: A FUNDAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA**

Neste capítulo, iniciaremos com a discussão sobre a criação e a organização técnica e administrativa do Ginásio Vera Cruz de Teixeira, MG. Dessa forma, buscaremos compreender o papel da sociedade anônima na construção e manutenção do Ginásio, assim como analisar seu processo de formação, quem eram seus membros, quais eram seus objetivos e como procedeu seu funcionamento ao longo do tempo. Nesta etapa da pesquisa foi identificada a participação de autoridades e/ou personalidades locais, que também caracterizam-se como agentes históricos e sujeitos de relevante importância social para a educação no município. A partir disso, analisaremos a construção propriamente dita da instituição e seu processo de regulamentação, no qual a sociedade esteve novamente à frente em correspondência direta com a Diretoria do Ensino Secundário (DESE)<sup>34</sup>, órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC)<sup>35</sup>.

A partir do atendimento às exigências legais para o início das atividades do Ginásio, passaram a compor a comissão de frente do estabelecimento, juntamente com o diretor da sociedade, os cargos de diretor do Ginásio, secretário e inspetor federal. Para tanto, será dedicado um tópico para a análise das funções que compõem a administração, procurando identificar como eram escolhidos os profissionais para essas vagas, quem as ocupou e quais as atribuições de seus cargos. Por fim, será apresentado o perfil do corpo docente e os procedimentos legais necessários para o investimento no cargo, demonstrando a ausência de profissionais formados para o exercício da docência e as estratégias utilizadas para suprir tal carência mediante o aproveitamento daqueles que possuíam ensino médio ou curso superior em áreas diversas.

### **2.1 O processo de instalação do Ginásio em Teixeira**

---

<sup>34</sup> “A Diretoria do Ensino Secundário era um dos órgãos de Administração Especial, órgão de direção dentro do Ministério da Educação e Cultura. Estavam sob a responsabilidade deste órgão as seguintes seções: Seção de caráter técnico administrativo e a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). As seções de caráter técnico administrativos eram seção de prédios e aparelhamento escolar; seção de pessoal docente e administrativo; seção de fiscalização da vida escolar; seção de orientação e assistência; seção de inspeção federal; serviços auxiliares e inspetorias seccionais” (BRAGHINI, 2005, p. 24).

<sup>35</sup> “A sigla MEC surgiu em 1953, quando a Saúde ganhou autonomia e surgiu o Ministério da Educação e Cultura” MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Institucional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=32681:apresentacao>. Acesso em: 03 mai. 2021.

O Ginásio Vera Cruz foi idealizado e construído em 1954 com o objetivo de oferecer o primeiro ciclo do ensino secundário (curso ginásial) àqueles que desejavam dar continuidade aos estudos e não podiam pela falta de uma instituição que ofertasse esse ramo do ensino na cidade. À época, como destacado, as oportunidades eram escassas, sendo que alguns poucos que podiam frequentavam os colégios particulares e/ou internatos, e outros, conforme narraram os entrevistados, dependiam da hospedagem de conhecidos e/ou familiares para frequentar a escola, se ausentando da casa dos pais - que muitas vezes residiam na zona rural ou em outras cidades - por semanas ou meses, a depender da distância. Em alguns casos, utilizavam o trem, um dos principais, senão o principal meio de transporte na época, para frequentar alguma instituição próxima, neste caso, em Viçosa.

As fontes pesquisadas, além de atestarem o objetivo da criação da instituição e a realidade acima exposta, demonstram o valor atribuído à educação, a pretensão em facilitar o acesso ao ensino médio e o juízo de valor construído sob a imagem daqueles que se propuseram colocar em prática a iniciativa, vista como ato de bondade e caridade, como pode ser observado na seguinte afirmação: “O ‘Ginásio Vera Cruz’ foi fundado em 1º de maio de 1954 por um grupo abnegado de homens de boa vontade, que ansiava, desde há muito, proporcionar a mocidade teixeirense em geral ensino médio eficiente e fácil”<sup>36</sup>. O trecho indica que a criação da instituição já era um desejo do dito “grupo” e, além disso, assinala que o objetivo era ofertar ensino médio eficiente e fácil - comodidade que pode relacionar-se, principalmente, à possibilidade de seguir os estudos sem precisar se mudar ou se locomover para outras cidade.

Com isso, partindo de um contexto específico, dos obstáculos e desafios enfrentados pela população local na busca pela formação educacional e, principalmente, da exclusão de um grupo que se viu distante de melhores oportunidade oferecida pelo Estado, é que iniciaremos com a caracterização da sociedade responsável pela idealização e concretização do projeto de criação de um ginásio, buscando compreender o papel desempenhado por ela ao longo desses anos, o qual se estende, inclusive, até os dias atuais.

### **2.1.1 A sociedade “Ginásio Vera Cruz de Teixeira S.A.”**

Para a criação do Ginásio em Teixeira foi criada, em 1954, uma sociedade anônima denominada “Ginásio Vera Cruz de Teixeira S.A.”, a qual utilizou o nome como uma

---

<sup>36</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS. **Relatório de Verificação Prévia do Ginásio Vera Cruz de Teixeira**. Teixeira, [1956?].

homenagem à primeira denominação dada às terras brasileiras<sup>37</sup>. Fica também em evidência a finalidade com a qual foi criado o grupo, correspondendo ao que orientava a legislação que dispunha sobre as sociedades por ações à época: “Art. 3º A sociedade anônima será designada por denominação que indique os seus fins, acrescida das palavras ‘sociedade anônima’ ou ‘companhia’, por extenso ou abreviadamente” (BRASIL, 1940).

Segundo o Estatuto da sociedade anônima “Ginásio Vera Cruz S.A.”, “(...) fica constituída uma sociedade por ações, com sede na cidade de Teixeira, Comarca de Viçosa, Estado de Minas Gerais, podendo, entretanto, exercer atividades, manter filiais, bem como possuir bens de qualquer natureza em outros lugares e municípios”<sup>38</sup>. Além disso, acrescenta que seu objetivo é a manutenção de um estabelecimento de ensino secundário de mesmo nome, podendo também serem criados cursos técnicos de outros graus, tal como ocorreu<sup>39</sup>, e que a duração será por tempo indeterminado.

Infelizmente, só foi possível localizar a primeira página deste Estatuto, na qual consta o Capítulo I (Da denominação, sede, fins e duração), já citado acima, e o Capítulo II (Do capital social e acionistas) incompleto. O documento apresenta, então, o valor pretendido pela sociedade para colocar em prática o projeto de criação do Ginásio e algumas questões referentes à compra e venda dessas ações. O objetivo era arrecadar um capital de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para a compra do terreno e a construção do prédio e, para tanto, foram vendidas quinhentas ações de Cr\$ 1.000,00 cada<sup>40</sup>.

A partir da leitura desse Estatuto foi possível observar o que alguns entrevistados também já tinham mencionado quando perguntados sobre a criação do Ginásio. Pedro<sup>41</sup>, por exemplo, aluno da primeira turma e atualmente com 86 anos, contou sobre a iniciativa: “Foi

<sup>37</sup> E.E. DR. MARIANO DA ROCHA. Histórico da Escola. In: **Projeto Político Pedagógico**. Teixeira, 2019.

<sup>38</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Estatutos do Ginásio Vera Cruz de Teixeira, S.A.**. Teixeira, [1954?]. p. 1.

<sup>39</sup> A partir de 1959, além do curso ginásial, foi criada a Escola Técnica de Comércio anexa ao Ginásio Vera Cruz, onde foi ofertado, até 1963, o curso técnico de contabilidade. Funcionando no período noturno, esse curso de três anos de duração recebeu uma parte dos alunos que o próprio Ginásio formava, mas a demanda era bem menor, pois a média de alunos por turma variou entre 10 e 15, enquanto o Ginásio atendia a uma média de 40 estudantes em cada série. Além de turmas menores, a Escola Técnica se viu prejudicada pela infrequência dos poucos alunos matriculados, de forma que em determinadas turmas chegaram a se formar apenas 6 discentes. A dificuldade para contratação de corpo docente foi outro fator que impactou o funcionamento da instituição, sendo que muitos professores que lecionavam no Ginásio Vera Cruz também trabalhavam na Escola, mas, devido às disciplinas do currículo do curso técnico, eram necessários profissionais com formação específica.

<sup>40</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Estatutos do Ginásio Vera Cruz de Teixeira, S.A.**. Teixeira, [1954?]. p. 1.

<sup>41</sup> Além de aluno da primeira turma do curso ginásial, Pedro também foi aluno da primeira turma da Escola Técnica de Comércio. Natural de Amparo do Serra, MG, contou que sua família se mudou para Teixeira para trabalhar com comércio e que ele, à época, já havia concluído o primário. Ingressou no Ginásio com 21 anos e, após se formar no curso técnico, preferiu não exercer a contabilidade, se dedicando, principalmente, ao comércio.

construído por dois comerciantes de Teixeira, Sebastião Moraes e Sebastião Ângelo Rigueira. Com uma dificuldade imensa, eles venderam ações e, com o dinheiro, eles compraram o terreno e fizeram o prédio”.

Isabel<sup>42</sup>, 55 anos, neta de um dos fundadores, também explicou sobre a venda dessas ações, ou “cotas”, como ela chama:

O pontapé inicial está com meu avô, Sebastião Ângelo Rigueira, e um grupo daqui da cidade, Sr. Moraes, Profª Maria Emilce Fialho, Sebastião Moraes, Padre Napoleão. Aí, na verdade, eles criaram cotas para construir a escola. Então, muita gente que morava em Teixeira e que tinha a educação como importante, necessária, acabou por comprar cotas. Então, nasce a escola de um grupo de cotistas, vamos chamar assim, era uma escola particular, originalmente.

Ao falar das motivações que levaram à construção do Ginásio, os entrevistados citaram que Sebastião Moraes e Sebastião Ângelo Rigueira, naturais de Teixeira, tinham ideais “progressistas”, queriam melhorar a cidade, eram conhecidos como “grupo de idealistas” e faziam parte de um grupo que valorizava a educação. Portanto, o grupo reunido conseguiu rapidamente concretizar o projeto e, como destacou Pedro, até mesmo os tijolos utilizados na construção foram produzidos pelos dois idealizadores. “Eles iam para lá e levavam até marmita para não ter que vir em casa e lá eles ficavam administrando a fábrica de tijolos. Depois, veio a construção do prédio e colocar o prédio em ordem, né? Em condições de funcionamento”.

Em maio de 1954 uma edição do jornal “O Cometa”, de Cajuri, MG, anunciava e parabenizava o projeto da sociedade encabeçada pelo Sr. Sebastião Moraes sob o título: “Teixeiras terá seu Ginásio”. Segundo o periódico, a comissão fundadora da sociedade era formada por diversos nomes, alguns dos quais já citados:

Sebastião Moraes, José de Azevedo Rubim, Renato Teixeira de Carvalho, Levindo Silva, Geraldo Soares da Silva, Dr. Benevenuto Alvim Filho, Alberto Zaidan, Dr. Ayrton Rodrigues, Antônio Pena, Dr. Laércio Rodrigues, Antônio Soares, Sebastião Angelo Rigueira e José da Costa Val Sobrinho<sup>43</sup>.

<sup>42</sup> Primeira entrevistada, Isabel é neta de um dos fundadores, filha de uma das professoras que atuou desde o início do Ginásio, além de ex-aluna e ex-professora da instituição. Sua participação se deu pela relação entre seus familiares e a instituição e a sociedade fundadora, a qual ainda conta com sua atuação. Ademais, foi aluna na turma de 1976, ano em que a instituição se tornou E. E. Dr. Mariano da Rocha e, em seguida, completou sua formação na Escola Normal de Teixeira, a qual foi fundada no início da década de 1970. Além disso, a partir dessa entrevista, foi sugerida a participação de sua irmã mais velha, Marisa.

<sup>43</sup> Teixeira terá seu Ginásio. In: **O Cometa**. Ano 11, número 8. Cajuri, Minas Gerais, 23 de maio de 1954. p. 2.

Em outro documento foi encontrada a relação completa dos acionistas, porém, o mesmo não possui data e tem rascunhos feitos à lápis e caneta, de forma que pode ser uma versão preliminar da lista de subscritores (acionistas) ou indicar aqueles que, ao longo do tempo, deixaram a sociedade ou adquiriram mais ações. Apesar disso, há um ponto de confluência, pois os nomes citados acima aparecem na lista e, dentre os demais, também podem ser localizados nomes conhecidos, que posteriormente vieram a lecionar no Ginásio e que, portanto, têm comprovada relação com a cidade e com a instituição.

Na lista constam, aproximadamente, 170 nomes e para cada um deles a informação sobre a cidade de residência, número de ações adquiridas e valor total pago pelas mesmas. A maioria das pessoas residia em Teixeira, mas havia também moradores de outras cidades próximas, como Viçosa, Guaraciaba, Canaã, Ponte Nova, São Miguel do Anta, Jequeri, Ubá e Belo Horizonte, esta última um pouco mais distante que as demais. Cada qual adquiriu entre 1 e 10 ações, o que resultou em uma média de 3 ações por pessoa e, dessa forma, os valores pagos ficaram entre Cr\$ 1.000,00 e Cr\$10.000,00<sup>44</sup>.

Dentre os nomes citados no jornal e na relação geral de subscritores localizada, foram identificados comerciantes, advogados, contadores e um médico. O “Relatório de Verificação Prévia do Ginásio Vera Cruz de Teixeira”, documento produzido para a regulamentação da instituição a ser criada, caracteriza-se pelo seu caráter predominantemente técnico, mas apresentou também um breve histórico do estabelecimento, no qual destacou a participação do modesto operário ao lado do fazendeiro e do industrial.

Conquanto tenha sido organizada uma sociedade anônima para manter o estabelecimento, não houve, da parte de seus organizadores, qualquer interesse de caráter especulativo, o que prova esta assertiva o artigo 37 dos Estatutos Sociais, que diz: “Os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal, eleitos para o corrente ano, renunciaram voluntariamente a quaisquer proventos ou remunerações inerentes aos seus cargos, em favor da Sociedade”. Além do mais, a sociedade recebeu e tem recebido auxílios de várias espécies de **pessoas idealistas e caridosas**. Assim é que, arrostando os **maiores sacrifícios**, aquele grupo de homens se dedicou, com um **entusiasmo invulgar**, à construção de um edifício próprio para o funcionamento do Educandário. O movimento de organização e, depois, a obra cujo lançamento da pedra fundamental se verificou em 5 de novembro de 1954, transmitiram ao povo em geral do Município o mesmo entusiasmo de que estavam invadidos os seus fundadores, fato que se depreende facilmente da relação de acionistas, onde poderão ser encontrados representantes de todas as classes sociais, formando um capital inicial de Cr\$ 500.000,00, do qual participa o modesto operário ao lado do grande

---

<sup>44</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. Relação de subscritores e recebimentos efetuados por chamada. Teixeira, Minas Gerais, [195?].

fazendeiro ou industrial, todos com idênticos **propósitos sadios e patrióticos**<sup>45</sup> (grifos nossos).

Sobre o trecho acima, é preciso destacar que o Artigo 37 dos Estatutos Sociais foi citado de forma a garantir a ausência de interesse de “caráter especulativo” e a renúncia aos proventos ou remunerações inerentes aos cargos dos membros da Sociedade. A ênfase feita é importante, visto que o princípio organizador da sociedade anônima é de natureza mercantil e “rege-se pelas leis do comércio”, podendo, portanto, possuir empresa de fim lucrativo (BRASIL, 1940).

Nesse âmbito, é preciso destacar também o uso dos termos em negrito na citação acima, utilizados para dar ênfase àqueles que colaboraram e, especialmente, àqueles que fizeram parte da sociedade, apresentados praticamente como desbravadores que se doaram em nome de um bem maior chamado educação, o qual, apesar de não figurar entre as prioridades da administração pública, é visto como um propósito nacionalista e patriótico, princípios herdados de uma tradição política e educacional das décadas de 1930 e 1940 e que permaneciam na mentalidade popular. De acordo com eles, o “ensino médio”, que deveria ser proporcionado à “mocidade”, associava-se fortemente aos objetivos do ensino secundário.

Ademais, quanto à ocupação do grupo que participou do projeto, não foi possível constatar ou refutar a afirmação de que participaram o “modesto operário”, o “fazendeiro” e o “industrial”, assim como a fala de uma das entrevistadas, que mencionou que a Igreja Católica foi proprietária de algumas ações, pois na lista dos acionistas não consta a sua participação e nem a do pároco da cidade. No entanto, no mesmo documento é interessante notar a exaltação da figura de Sebastião Moraes, identificado como “alto comerciante”, “(...) cuja dedicação e trabalho se devem a aquisição do terreno e a construção do prédio, que está caminhando para seu fim”<sup>46</sup>, assim destoando da narrativa que descreve um engajamento coletivo da sociedade e da população e individualizando o mérito do bem conquistado.

De toda forma, a sociedade conseguiu reunir o capital almejado e registrou, em agosto de 1954, o imóvel de 4 hectares, onze ares e cinquenta centiares (4 has., 11<sup>a</sup>., 50 cas.) e uma área para construção ou posse com total de 746 m<sup>2</sup>, com a frente para a Rua 29 de Outubro, adquirido pelo valor de Cr\$100.000,00. No mesmo mês, a sociedade registrou em cartório

---

<sup>45</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS. **Relatório de Verificação Prévia do Ginásio Vera Cruz de Teixeira**. Teixeira, [1956?].

<sup>46</sup> *Idem*. p. 1.

local os seus estatutos e demais atos constitutivos para serem devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, regularizando seu funcionamento<sup>47</sup>.

Encabeçava a sociedade, em 1954, Sebastião Moraes, na função de Diretor-Presidente; Sebastião Ângelo Rigueira, como Diretor-Tesoureiro; Antônio Soares, como Diretor-Gerente e Salvador Rodrigues como Guarda-livros<sup>48</sup>, sendo que este último foi também secretário do Ginásio Vera Cruz durante quatro anos. Ao longo dos anos, algumas funções foram ocupadas por outras pessoas, como por Manoel Moreira de Souza Barros, que se tornou Diretor-Gerente e Antônio Penna, que passou a ocupar o cargo de contador. Já os cargos de Diretor-Presidente e Diretor-Tesoureiro se mantiveram intactos, pelo menos até 1965<sup>49</sup>.

Como nota-se acima, foi adquirida pela sociedade uma propriedade de proporções muito superiores à necessária para construção do Ginásio, e parte deste terreno encontrava-se em condições de oferecer retorno financeiro devido à possibilidade de cultivo de árvores frutíferas, de plantação de milho, feijão, café, dentre outras. A aquisição da propriedade pode ter ocorrido justamente com a finalidade de obter uma fonte de renda que pudesse auxiliar na construção do Ginásio e na sua manutenção, visto que a sociedade demonstra não visar lucros. Nesse ínterim, foram localizados alguns contratos de parceria agrícola feitos entre a sociedade e lavradores.

O “Ginásio Vera Cruz de Teixeira, S.A.”, sediado nesta cidade de Teixeira, Estado de Minas Gerais, sendo senhor e possuidor de uma área de terras de aproximadamente um alqueire<sup>50</sup>, contígua ao estabelecimento de ensino do mesmo nome, e Francisco de Assis Rigueira, brasileiro, casado, lavrador, residente nesta cidade, contrataram, por este instrumento particular, uma parceria agrícola (...) <sup>51</sup>.

Este contrato, assim como os demais localizados entre os anos de 1961 e 1965, especificava as condições em que ocorreria a parceria. Este, por sua vez, indicava que o

---

<sup>47</sup> VIÇOSA (MG). Registro de Imóveis. **Escritura pública de compra e venda de imóvel**. Registro em 17 de ago. 1954.

<sup>48</sup> “Entre os anos 50 e 60, os contadores e profissionais contábeis no Brasil eram conhecidos como ‘guarda-livros’, tendo maior reconhecimento a partir dos anos 70, quando a expressão se tornou obsoleta” JORNAL CONTÁBIL. **A evolução do Contador: de guarda-livros à consultor de negócios**. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/evolucao-contador-de-guarda-livros-consultor-de-negocios/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

<sup>49</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Balanço Geral realizado em 31 de dezembro de 1957**. Teixeira, Minas Gerais, 1957.

<sup>50</sup> Unidade de medida utilizada na documentação e que corresponde a 4,84 hectares (aproximadamente 48.400 m<sup>2</sup>). Fonte: IMÓVEIS VIRTUAIS. **Medidas de áreas**. Disponível em: [imoveisvirtuais.com.br](http://imoveisvirtuais.com.br). Acesso em: 7 abr. 2020. Os registros de imóveis encontrados comprovam que a Sociedade Ginásio Vera Cruz possuía uma propriedade com, aproximadamente, essas dimensões.

<sup>51</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Contrato Particular de Parceria Agrícola**. Teixeira, Minas Gerais, 1961.

“parceiro-locatário” iria plantar e cultivar milho, feijão e arroz, ficando ele com dois terços da produção e entregando ao proprietário um terço, desde que os gastos fossem também do primeiro; caso contrário, a produção seria dividida em partes iguais. Além disso, o contrato destacava a possibilidade de formação de pomar e lavoura de café<sup>52</sup>.

Ficava a sociedade encarregada também da contratação do corpo docente e demais funcionários que atuaram no Ginásio. Em dado momento, identificou-se, por exemplo, o contrato de um zelador, que além de auxiliar na limpeza externa do Ginásio e na formação do jardim, deveria cuidar da formação do pomar, do café, de uma horta, e da extração das formigas do terreno<sup>53</sup>. O contrato dos docentes, por seu turno, possuía um diferencial, pois era firmado entre a sociedade (sempre representada pelo Diretor-Presidente Sebastião Moraes), a Direção-Técnica do estabelecimento e os docentes. Neste, também é especificado o salário, as condições de trabalho, os direitos e as obrigações do contratado, sendo enfatizados principalmente os prazos para entrega dos diários de classe e das respectivas relações de aulas dadas, faltas e notas. Além disso, o documento informa do desconto no pagamento em caso de falta<sup>54</sup>.

Dessa forma, assim se configura a associação de civis que foi responsável pela idealização e concretização do processo de criação de uma instituição de ensino secundário no município de Teixeira, MG, atuando ativamente durante os 11 anos de funcionamento do Ginásio Vera Cruz. Após a criação do Ginásio estadual, o governo de Minas se tornou o responsável pela manutenção do estabelecimento, mas, mesmo assim, o “Ginásio Vera Cruz de Teixeira S.A.” permaneceu sendo o proprietário da instituição.

Em 1975, entretanto, a sociedade adquiriu *status* de empresa com natureza jurídica de “Entidade de Mediação e Arbitragem” e CNPJ<sup>55</sup>. Não é possível afirmar com exatidão o que mudou na relação da instituição e do Estado com a sociedade a partir de 1966 ou a partir da regulamentação da empresa em 1975, mas a sociedade passou a receber do Estado de Minas um valor anual por “locação de bens imóveis”<sup>56</sup> e continuou atuando na expansão e melhoramento das condições materiais do estabelecimento.

---

<sup>52</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Contrato Particular de Parceria Agrícola**. Teixeira, Minas Gerais, 1961.

<sup>53</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Contrato** [zelador]. Teixeira, Minas Gerais, 1961.

<sup>54</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Contrato de trabalho por tempo determinado** [docentes]. Teixeira, Minas Gerais, 1961.

<sup>55</sup> EMPRESAS DO BRASIL. **Ginásio Vera Cruz de Teixeira**. Disponível em: <https://empresasdobrasil.com/empresa/ginasio-vera-cruz-de-teixeiras-17763764000131>. Acesso em: 11 jan. 2021.

<sup>56</sup> Em 2019 o “Ginásio Vera Cruz de Teixeira” recebeu da Secretaria da Estado da Educação R\$ 102.441,20 por locação de bens imóveis, e em 2020 e 2021 recebeu R\$ 153.661,80. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO

Apesar de destacarmos reiteradamente o papel da sociedade e de alguns membros que são frequentemente citados, é preciso salientar que este fato não anula a participação de outros sujeitos que podem ter tido menos destaque nas fontes pesquisadas ou não apresentaram uma ligação direta com a sociedade, mas que estiveram presentes desde os primeiros anos da iniciativa. Nota-se, por exemplo, que a maioria dos documentos só se referiu à participação de homens, e que apenas uma entrevistada mencionou o nome de uma mulher (Maria Emilce Fialho) como parte do grupo que idealizou o projeto. Outros nomes, por sua vez, talvez não sejam identificados no momento, mas poderão ser retratados em outra oportunidade, a partir da realização de novas pesquisas.

### **2.1.2 A construção e regulamentação do Ginásio Vera Cruz**

O prédio construído pela sociedade caracterizava-se pelo seu estilo “colonial”. A disposição interna seguiu o formato de um L, facilitando a iluminação das salas, o trânsito dos alunos pelo pátio e acréscimos futuros<sup>57</sup>. Na planta do Ginásio, representada abaixo pela Figura 2, é possível visualizar essa disposição e a localização exata das salas da administração, dos professores, dos sanitários, pátios e espaços reservados à prática de esportes.

Essa estrutura, como já mencionado, sofreu poucas alterações, e os acréscimos futuros foram feitos à direita, onde foi construído outro pavilhão de salas de aula paralelo ao já existente e criado um corredor para acesso à cantina e demais salas construídas posteriormente. Dessa forma, o prédio que inicialmente possuía quatro salas de aulas, atualmente conta com mais de vinte, incluídas demais salas de aulas, laboratórios e outros<sup>58</sup>.

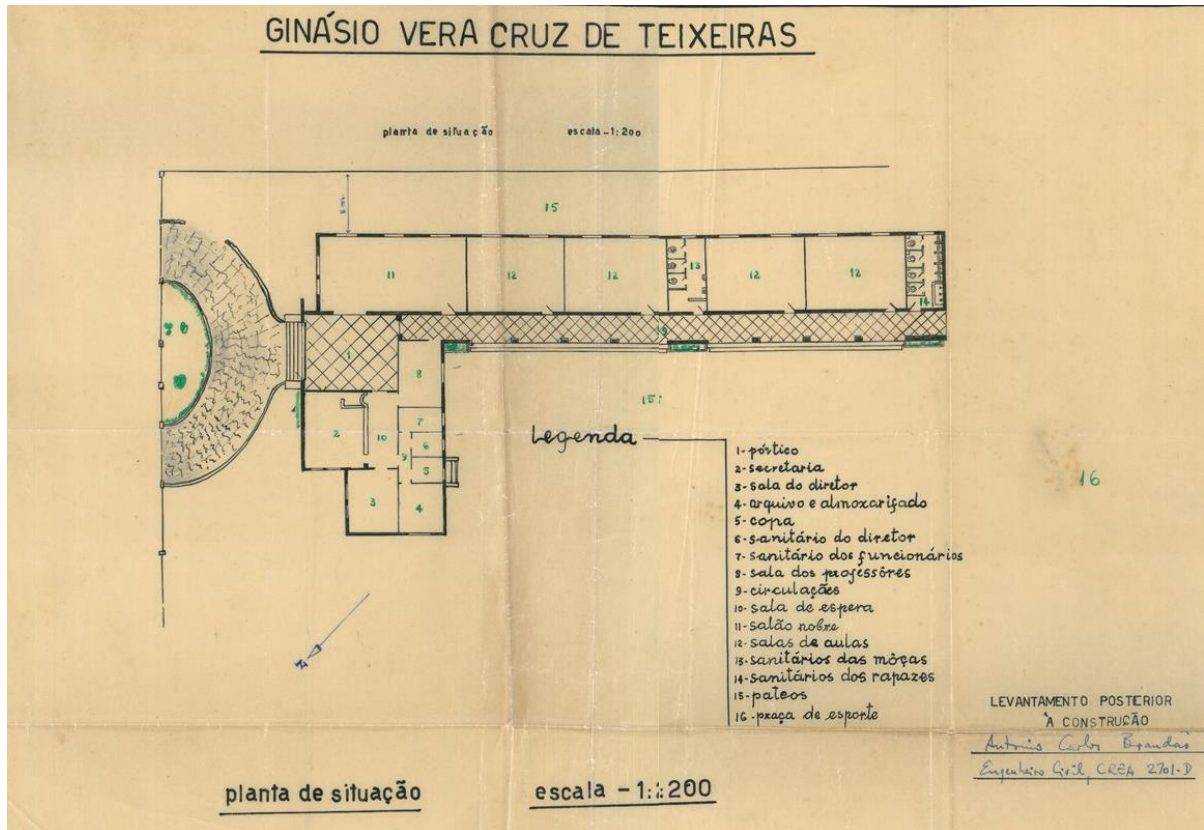
---

ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://www.transparencia.mg.gov.br/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

<sup>57</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS. **Relatório de Verificação Prévia do Ginásio Vera Cruz de Teixeira**. Teixeira, [1956?].

<sup>58</sup> E.E. DR MARIANO DA ROCHA. **Projeto político pedagógico**. Teixeira, 2019.

Figura 2 - Planta do Ginásio Vera Cruz de Teixeira [195?]



Fonte: Acervo documental da E. E. Dr. Mariano da Rocha.

Na Figura 3, abaixo, produzida em 1959, observa-se a entrada principal do Ginásio, a qual dá acesso às salas de aula localizadas à esquerda na imagem e à sala dos professores, bem como do diretor e a secretaria, à direita. Com exceção dos dizeres “Ginásio Vera Cruz”, que foram substituídos pelo nome atual, a fachada do prédio, os detalhes da arquitetura e o formato do jardim frontal ainda são preservados, como é possível visualizar em comparação com a Escola atual, apresentada na Figura 1.

Figura 3 -Vista parcial do Ginásio Vera Cruz (1959)



Fonte: Acervo da E. E. Dr. Mariano da Rocha.

Apesar de a educação ser tratada pela sociedade como uma forma de crescimento e melhora do município, não foi possível localizar registros sobre o recebimento de auxílio por parte do poder local para a construção ou manutenção do Ginásio. Em Viçosa, por outro lado, verificou-se que, em 1950, a prefeitura concedeu subvenções à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), à Escola Normal Nossa Senhora do Carmo e ao Colégio de Viçosa (CUNHA, 2020). Dessa forma, percebe-se que essa era uma prática comum à época, e a prefeitura de Teixeira poderia tê-la facilmente justificado, visto que a instituição beneficiaria o município e sua população.

Apesar de não ter sido identificado apoio municipal, a instituição contou com o auxílio financeiro estadual, pois foram identificadas cinco subvenções ao Ginásio Vera Cruz até o ano de 1965, sendo que as quatro primeiras já apresentavam definição do setor em que a verba seria empregada e a última destinou-se à sociedade “Ginásio Vera Cruz S.A.”, como pode ser observado a seguir, na Tabela 7.

Tabela 7 - Subvenções estaduais cedidas ao Ginásio Vera Cruz (1956-1965)

Ano	Instituição/setor investido	Valor
1956	Ginásio Vera Cruz (Biblioteca)	Cr\$ 10.000,00
1957	Ginásio Vera Cruz (Praça de Esportes)	Cr\$ 20.000,00
1958	Ginásio Vera Cruz (Biblioteca)	Cr\$ 10.000,00
1959	Ginásio Vera Cruz (Praça de Esportes)	Cr\$ 20.000,00
1965	Ginásio Vera Cruz S.A.	Cr\$ 500.000,00

Fonte: MINAS GERAIS (1956; 1957; 1958; 1959; 1965).

A título de comparação, nesses mesmos anos foram cedidas nove subvenções a estabelecimentos de ensino secundário de Viçosa, seis destes à Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, com valores que variaram entre Cr\$ 28.000,00 e Cr\$ 200.000,00, e um no valor de Cr\$ 20.000,00 ao Colégio de Viçosa<sup>59</sup>. Percebe-se que houve investimento público destinado a instituições de ensino privadas, em especial à Escola Normal de Viçosa, o qual pode ter relação com tamanho da instituição e com o número de alunos bolsistas. No entanto, apenas uma das subvenções indicava a destinação para bolsa de estudo.

Ademais, o destino destas verbas não foi especificado como ocorreu com as quatro primeiras destinadas ao Ginásio Vera Cruz. Alguns entrevistados, inclusive, comentaram sobre o campo de futebol do Ginásio, contando que havia um time formado só pelos estudantes e que sempre ocorriam jogos lá. Sobre a biblioteca, apenas mencionaram sua existência, indicando que não tinham o costume de frequentá-la e que raramente pegavam algum livro emprestado. No entanto, Ana<sup>60</sup>, que ingressou no Ginásio em 1955, destacou que adorava ler, mas que frequentava mais a biblioteca da Prefeitura. Portanto, não foi possível averiguar se esse valor foi, de fato, aplicado à biblioteca e à praça de esportes e quando isso ocorreu.

Apesar das concessões acima terem sido publicadas em lei estadual e tornadas públicas pelos meios legais e oficiais, só foi possível localizar um único documento que

<sup>59</sup> Lei no 1.446, de 14 de março de 1956; Lei no 1.603, de 20 de maio de 1957; Lei no 1.807, de 28 de agosto de 1958; Lei no 1.908, de 6 de fevereiro de 1959. Disponíveis na página da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no link: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 3 dez. 2020.

<sup>60</sup> Atualmente com 86 anos, Ana, assim como Pedro, foi aluna da primeira turma do Ginásio, os chamados “Quartanistas de 1958”, e da primeira turma da Escola Técnica de Comércio de Teixeira. É natural de Araponga, MG, mas se mudou para Teixeira ainda criança. Trabalhou no Banco da Lavoura em Teixeira e, após concluir o curso técnico, mudou-se para a capital Belo Horizonte, onde se formou no curso superior de Ciências Contábeis. Em seguida, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu a profissão até se aposentar.

mencionou o recebimento de uma subvenção pelo Ginásio. Trata-se de uma correspondência enviada em 1957 por um advogado de Belo Horizonte, na qual ele informou que a instituição foi beneficiada naquele mesmo ano com a subvenção estadual de Cr\$ 20.000,00 e se ofereceu para efetuar o recebimento do valor com “presteza”. Acrescentou, ainda, sua experiência com esse tipo de processo, afirmando ter a amizade de quase “totalidade dos ilustres Deputados da Assembleia Mineira”. Por fim, menciona como proceder caso tenham interesse em seu serviço e pede para comunicar caso haja subvenções anteriores não recebidas<sup>61</sup>. Ou seja, por ser aparentemente um processo bastante burocrático, não foi possível verificar se a instituição conseguiu efetuar o recebimento desses valores e como, de fato, os utilizou.

Concluída a estrutura básica para o funcionamento do Ginásio, o estabelecimento recebeu autorização para funcionamento condicional a partir de 1955<sup>62</sup>, e iniciou-o, naquele mesmo ano, com apenas uma sala de aula para atender à primeira turma. As demais foram construídas sucessivamente. Em 1956, o prédio já continha quatro salas de aula, cada uma com a área de 51,52m<sup>2</sup>, uma secretaria, um salão nobre, 3 banheiros, um corredor e um pátio externo amplo<sup>63</sup>, cujas fotos encontram-se em Anexo.

A Figura 4, a seguir, mostra uma das salas de aula do Ginásio. No entanto, a fotografia data do ano de 1959 e tem em seu verso o título “Escola Técnica de Comércio de Teixeiras”, a assinatura do Dr. Laércio Rodrigues e a seguinte descrição: “Abundante iluminação pela esquerda” e “Carteiras individuais com assento anatômico”. Na Figura, destaca-se a organização das carteiras, todas devidamente enfileiradas e respeitando o mesmo espaçamento. À frente, a mesa dos professores se encontra cuidadosamente posicionada em cima de um degrau e à esquerda de um quadro negro grande e completamente limpo, que ocupa lugar de destaque na sala e é o centro da imagem.

Percebe-se que o ambiente foi idealizado e montado para ser assim registrado na fotografia, a qual, como indicam os furos na parte superior e a identificação no verso, deve ter sido utilizada no relatório de inspeção produzido para a instalação da Escola Técnica de Comércio nas dependências do Ginásio Vera Cruz. Além disso, as imagens eram basicamente a única forma de comprovar as condições materiais dos estabelecimentos, e por isso era preciso chamar a atenção para questões básicas, como a iluminação, a existência de mobília e

---

<sup>61</sup> NICACIO, Clovis Dutra. [Correspondência]. Destinatário: Diretor do Ginásio Vera Cruz. Belo Horizonte, 19 jun. 1957. 1 carta.

<sup>62</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 151**, de 4 de março de 1955. Concede autorização para o funcionamento condicional ao Ginásio Vera Cruz. Rio de Janeiro, 1955.

<sup>63</sup> E.E. DR. MARIANO DA ROCHA. Histórico da Escola. In: **Projeto Político Pedagógico**. Teixeiras, 2019.

a capacidade de alunos da sala, propiciando uma boa apresentação do ambiente, o qual corresponde muito bem aos padrões da época.

Figura 4 - Vista de uma das salas de aula (1959)



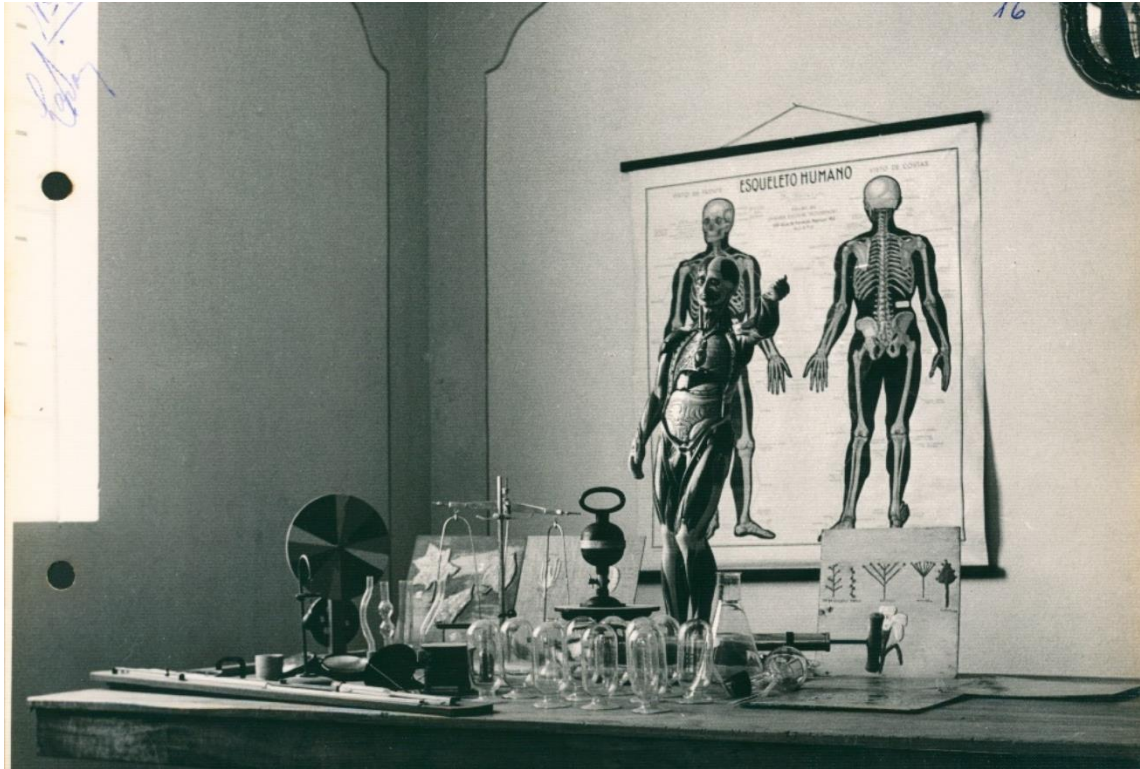
Fonte: Acervo fotográfico da Escola Estadual Dr. Mariano da Rocha.

O já citado Relatório de Verificação Prévia do Ginásio também informava sobre as condições materiais da instituição. Segundo a descrição, o prédio possuía boas condições físicas para funcionamento (boa iluminação e acústica), contava também com auditório, uma biblioteca em formação, salas de aulas equipadas (quadros, carteiras, mesa para professor) e com material didático para o ensino de Geografia, Desenho e Trabalhos Manuais, não possuindo, porém, sala especial para a prática de nenhuma dessas disciplinas ora mencionadas. Para o ensino da disciplina de Ciências explicou-se que, como ela só seria ofertada pela primeira vez para a turma de 3ª série, o material didático seria providenciado a tempo<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS. **Relatório de Verificação Prévia do Ginásio Vera Cruz de Teixeira**. Teixeira, [1956?]. p. 4-5.

Figura 5 - Sala de Ciências Naturais (1959)



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Estadual Dr. Mariano da Rocha.

Na fotografia acima (Figura 5), produzida em 1959 também para a instalação da Escola Técnica de Comércio, identifica-se a “Sala de Ciências Naturais” que, segundo a descrição no verso, ainda estava em formação. Apesar da referência à Escola, a sala, provavelmente, também era utilizada pelos alunos do curso ginásial, aos quais seria ofertada a disciplina de Ciências pela primeira vez em 1957.

Dessa forma, o relatório produzido para regulamentação do Ginásio apresentava uma vistoria minuciosa da estrutura física, da localização, das instalações e demais recursos materiais disponíveis no estabelecimento. A partir dessa descrição e do seu devido encaminhamento para os órgãos superiores, ou a instituição era oficialmente reconhecida pela DESE, ou recebia autorização para funcionamento a “título precário”, tal como ocorreu com o Ginásio Vera Cruz de Teixeira em 1955.

Esse sistema burocrático presente na instalação dos ginásios, como confirma Spósito (1984), se preocupava principalmente com a condição material do estabelecimento. Nesse âmbito, embora o modo de avaliação da ficha utilizada para a classificação das condições para funcionamento tenha sido modificado em 1946 pela Portaria nº 67, de 30 de novembro de 1946, os conteúdos a serem vistoriados permaneceram praticamente os mesmos “(...) as inovações estavam centradas na disposição da matéria e, sobretudo, na técnica de avaliação de

cada elemento, reduzida na maior parte das vezes a uma simples soma de valores” (SPÓSITO, 1984, p. 52).

A ficha contendo os itens avaliados pelo inspetor era parte do relatório de verificação, e era composta por uma extensa lista. Nela, era avaliado desde a regularidade do terreno, condições de salubridade, ruídos do local, número de bebedouros, sanitários, extintores, área, acústica e mobília das salas de aula até a existência de salas especiais, como auditório, biblioteca, etc., cuja lista completa poderá ser consultada nos Anexos.

Como acrescenta Spósito:

Atribuía-se pontos pelo número de livros que a escola possuísse nas bibliotecas (eram previstos escores até para o número de livros da biblioteca de línguas), pelo volume de instrumentos e material de uso nos laboratórios e, até, pelos recursos utilizados para aulas de educação física como apitos, bolas, bastões etc. (SPÓSITO, 1984, p. 52).

Esse conjunto de exigências materiais caracterizava-se, portanto, como um dos principais obstáculos para a instalação dos novos ginásios. Essa medida tinha como objetivo ressignificar o ensino secundário, substituindo o “aglomerado de aulas avulsas”, que era tradicionalmente associado à preparação para o ensino superior (SPÓSITO, 1984). Contudo, ao observar a dificuldade de satisfazer essas exigências materiais, e pela possibilidade de funcionar a título precário, infere-se que esses elementos não estiveram efetivamente presentes no cotidiano escolar, constituindo-se como meras exigências burocráticas da legislação. Além disso, o ginásio ou colégio que não as atendesse, tinha até dois anos de prazo para regulamentar as pendências identificadas.

No caso do Ginásio Vera Cruz, não localizamos nenhuma informação ou parecer que esclarecesse quais as pendências que levaram a instituição a iniciar seu funcionamento apenas com uma autorização a “título precário”. Todavia, subentende-se que a restrição se relacionava à necessidade de construção de salas especiais e de aquisição de equipamentos e materiais didáticos para o uso em determinadas disciplinas, formação de biblioteca, entre outras coisas, pois foi esta a sessão do Relatório de Verificação Prévia da instituição que mais apresentou deficiência ao afirmar que não havia salas especiais para aula de Geografia, Línguas, Desenho e Trabalhos Manuais, que ainda faltavam materiais didáticos para algumas disciplinas e que a biblioteca estava em formação.

Não foi possível averiguar quando e como essas pendências foram regularizadas, mas sabe-se que em 1956 já haviam sido construídas todas as quatro salas necessárias para o funcionamento das quatro séries ginasiais e que havia material para a prática de Educação

Física, assim como os principais recursos didáticos necessários às aulas das demais disciplinas, tais como globo terrestre e mapas para as aulas de Geografia; coleções de sólidos e modelos geométricos e anatômicos para as aulas de Desenho; e ferramentas como alicates, martelos e chaves de fenda para as aulas de Trabalhos Manuais.

### **2.1.3 A administração do Ginásio**

No início do capítulo, ao apresentar a sociedade “Ginásio Vera Cruz S.A.”, foram identificados os principais cargos existentes no âmbito da sociedade e os respectivos membros que os ocupavam. A administração da instituição escolar teve, pelo menos, um ponto em comum com a da sociedade: o cargo de Diretor-Presidente, aquele responsável pela designação do Diretor-Técnico, o qual fica a encargo de gerir o Ginásio em termos burocráticos, pedagógicos e didáticos, e de transpor as pautas do Ginásio para a sociedade e vice-versa.

No entanto, não estamos afirmando que os demais cargos da sociedade não interferiam nas atividades do Ginásio, pois ambos estavam intrinsecamente relacionados. A contabilidade dos bens da sociedade, por exemplo, tinha que registrar toda movimentação financeira, os gastos e as aquisições do estabelecimento. Quando ressaltamos o papel desempenhado pelo Diretor-Presidente, é porque o mesmo interveio direta e recorrentemente nos assuntos educacionais, como na regulamentação dos Ginásio e na contratação dos docentes.

No primeiro ano de funcionamento da instituição, portanto, estava à frente o Sr. Sebastião Moraes na função de Diretor-Presidente, o professor Antônio Gonçalves de Oliveira, responsável pela Direção-Técnica e o Secretário Salvador Alves Rodrigues. É importante destacar que estes dois últimos cargos, ao longo de todo período de funcionamento do Ginásio, foram ocupados por profissionais licenciados e/ou registrados.

Como o Diretor Antônio Gonçalves de Oliveira permaneceu apenas um ano no Ginásio, foram encontradas poucas referências sobre ele. Em uma busca na internet, no entanto, localizamos seu nome na página “Personagens e Pioneiros da UFV”, o qual estava acompanhado da seguinte descrição:

Agrimensor, agrônomo, bacharel em Direito, Antônio Gonçalves de Oliveira, veio para Viçosa, a convite do professor Alberto Pacheco, para lecionar várias disciplinas no Ginásio de Viçosa. Depois, convidado pelo professor John Benjamin Griffing, Diretor da então Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV, leciona Português e Matemática no

Departamento de Economia Rural, época em que também se torna único revisor de Português, durante anos, na Imprensa Universitária, da UREMG<sup>65</sup>.

Ainda de acordo com o texto, Antônio Gonçalves de Oliveira iniciou seu trabalho na ESAV, em 1939, permanecendo até 1983. Infelizmente, não foi possível verificar se este se tratava do mesmo Antônio Gonçalves de Oliveira que atuou no Ginásio, mas, pela sua formação e pelas datas, há grande probabilidade de que o seja. Os entrevistados, inclusive, já haviam comentado que quando foi criado o Ginásio, a professora Maria Emilce Fialho foi logo convidada para assumir a direção, pois ela possuía formação e era nascida em Teixeira. Todavia, em 1955, ela estava trabalhando no Rio de Janeiro e só retornou a Teixeira no ano seguinte, de forma que o professor Antônio Gonçalves de Oliveira pode ter permanecido no Ginásio neste primeiro ano, dentre outras razões, para colaborar com a instituição e suprir a necessidade de pelo menos um professor registrado para assumir a direção.

A partir de 1956, como adiantado, Maria Emilce Fialho, que possuía formação em Letras Clássicas, assumiu a função de Diretora-Técnica, permanecendo no cargo até 1965. Entre 1966 e 1969, esteve na direção do Ginásio Estadual o Padre Napoleão Lacerda de Avelar, sendo ela, neste último ano, novamente indicada ao cargo de Diretora, no qual permaneceu até 1976, quando foi aprovada em concurso para atuar como docente no curso Letras criado na Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde permaneceu trabalhando até se aposentar. Dessa forma, os dois únicos diretores que atuaram no Ginásio Vera Cruz possuíam registro para lecionar e estiveram entre alguns dos poucos professores do Ginásio com situação devidamente regulamentada.

O cargo de secretário foi inicialmente ocupado por Salvador Alves Rodrigues, o qual também era responsável pela contabilidade da sociedade. Em julho de 1957, ele recebeu o certificado de frequência ao curso para secretário de estabelecimento de ensino secundário promovido pela Inspeção do Ensino Secundário de Juiz de Fora, no âmbito da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)<sup>66</sup>, e assim, ainda no mesmo ano,

---

<sup>65</sup> PERSONAGENS E PIONEIROS DA UFV. **Antônio Gonçalves de Oliveira**. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=antonioGoncalves>. Acesso em: 18 jan. 2021.

<sup>66</sup> Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953.

“Esta Campanha tinha por objetivos difundir e elevar o nível do ensino secundário, ou seja, tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e necessidades da época, conferindo ao ensino eficácia e sentido social, bem como criar possibilidades para que os mais jovens tivessem acesso à escola secundária. Para atingir esses objetivos, promoveu cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário; concedeu bolsas de estudo a professores secundários para realizarem cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento, promovidos por entidades nacionais ou estrangeiras; criou o serviço de orientação educacional nas escolas de ensino secundário, entre tantas outras ações” (BARALDI, 2016, p. 35).

obteve da diretoria o registro definitivo de secretário<sup>67</sup>. Permaneceu na instituição até o final de 1958, e, no ano seguinte, precisou se mudar de cidade, abandonando, por conseguinte, o cargo.

Em 1959, a função de secretário passou a ser ocupada por João Marques Carvalho, formado na primeira turma do curso ginásial e, à época, matriculado na primeira turma da Escola Técnica de Comércio de Teixeira, cuja secretaria também iria ocupar alguns anos depois. Assim como Salvador Rodrigues, frequentou curso para secretário, em Ubá, no ano de 1960, e adquiriu número de registro para exercer efetivamente a profissão<sup>68</sup>, na qual permaneceu até 1973, último ano em que foi localizado registro de sua atividade.

Outro cargo importante na administração do Ginásio foi o de Inspetor Federal, diretamente subordinado à Inspeção Seccional<sup>69</sup> de Juiz de Fora e com atribuição de acompanhar as atividades da instituição, a aplicação do exame de admissão e das provas parciais e exames finais do Ginásio, bem como de elaborar os relatórios semestrais e anuais com dados referentes ao exame de admissão, faltas, transferências, aproveitamento dos estudantes, anuidades e gratuidades, corpo docente, entre outras coisas. O primeiro Inspetor a atuar em 1955 foi Antônio Gayoso Guerra. Já entre 1956 e 1959, acompanhou as atividades a Inspectora Florisbela Alves Nogueira, e a partir de 1960, Maria Emilce Fialho acumulou os cargos de diretora, professora e inspetora.

Também foi mencionado na documentação o cargo de inspetor itinerante, cuja função era visitar e fiscalizar o funcionamento das instituições - neste caso aquelas com convênio com a mesma inspeção seccional. De acordo com o próprio Itinerante:

Na tarde do dia quinze de outubro de mil e novecentos e sessenta, de passagem por Teixeira, Minas, visitei o Ginásio Vera Cruz, no meu trabalho de Inspeção Itinerante, não podendo esconder a satisfação com que o faço, porque este Educandário, representa para nossa Seccional, um posto avançado do Ensino Secundário, no qual se trabalha com proveito, com dedicação, com zelo, com desprendimento e com admirável eficiência. Dos muitos estabelecimentos de ensino que visito e inspeciono, este é o único

---

<sup>67</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Certificado de frequência e regularidade no curso para secretário de ensino secundário [Salvador Alves Rodrigues]**. Diretoria do Ensino Secundário. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Juiz de Fora, Minas Gerais, 1957.

<sup>68</sup> FIALHO, Maria Emilce. Indicação do nome do Diretor e Secretário. *In: Primeiro Relatório Anual do Ginásio Vera Cruz*. Teixeira, Minas Gerais, 1961.

<sup>69</sup> Essas Inspeções Seccionais, localizadas nos principais centros do território nacional, foram criadas pela Portaria nº 134, de 1954 (*apud* BRAGHINI, 2005), e como consta em seu Art. 1º: “A fim de descentralizar os serviços de inspeção do ensino secundário e torná-los mais atuantes, sem prejuízo da unidade de orientação, fica a Diretoria de Ensino Secundário, com sede no Distrito Federal, nas capitais dos estados ou em cidades que, pela sua posição geográfica, forem consideradas pontos de mais fácil e rápido acesso para os municípios que constituírem a respectiva área da inspeção”.

que ainda não mereceu uma recomendação, na longa relação de cousas que sempre examino com rigor, principalmente, na Secretaria<sup>70</sup>.

No parecer do inspetor itinerante nota-se o elogio da instituição e o reconhecimento pelo trabalho da direção e da secretaria. Mas tal menção foi identificada nos relatórios do Ginásio apenas duas vezes, em 1961 e 1962, de forma que não é possível saber se nas demais visitas a instituição foi tão bem avaliada quanto nesses dois anos. Mesmo assim, presume-se que a organização da documentação era, de fato, um ponto forte da instituição. Nesse sentido, é importante ressaltar que os documentos produzidos pelos secretários e inspetores compuseram uma das principais fontes escritas desta pesquisa, e denotam a precisão e rigor utilizados para o registro das atividades avaliativas e da vida escolar dos alunos e docentes.

## 2.2 Os docentes e os procedimento legais para a contratação temporária

O processo de instalação do Ginásio, como foi possível observar, teve como foco as condições materiais do estabelecimento, enquanto outros elementos de natureza didática e pedagógica foram relegados à posição de menor relevância. Neste sentido é que trataremos agora sobre a composição do corpo docente do Ginásio Vera Cruz, processo que exigia também o atendimento às orientações legais específicas, mas que denota um ponto fraco deste sistema de ensino e da política educacional como um todo.

Em um contexto amplo, Abreu (1955) argumenta que uma das fragilidades da escola secundária brasileira é o corpo docente, em sua maioria sem formação adequada para o exercício da profissão. Acontece que as Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras, responsáveis pela oferta dos cursos de licenciatura, não acompanharam a demanda por professores para atuar no ensino secundário em crescimento desde a década de 1940. Inclusive, em 1952 foram registradas 30 faculdades de Filosofia em todo o país, as quais concentravam-se em alguns Estados, sendo que São Paulo contava com seis e o Distrito Federal e Minas Gerais com quatro, cada.

Justamente por isso, foram tomadas algumas providências para contornar o problema da falta de professores devidamente diplomados<sup>71</sup> e com registro definitivo para lecionar, e tais medidas se mostraram presentes no Ginásio Vera Cruz, sendo essenciais para que a instituição tivesse o corpo docente necessário para seu funcionamento. Por isso, trataremos

<sup>70</sup> FIALHO, Maria Emilce. Principais ocorrências verificadas no ano letivo de 1960. In: **Primeiro Relatório Anual do Ginásio Vera Cruz**. Teixeira, Minas Gerais, 1961.

<sup>71</sup> O termo é utilizado para se referir àqueles que tinham formação para docência, e que, no caso acima, também precisavam solicitar registro profissional para atuar.

brevemente das orientações oficiais para a atuação de profissionais não licenciados e dos procedimentos legais para a solicitação de registro e de licença para lecionar, direcionando o foco para os casos específicos identificados ao longo da pesquisa.

Visando suprir a demanda por professores no ensino secundário e solucionar um problema que só se resolveria a longo prazo, em 1946 o Decreto-lei nº 8.777/1946 regulamentou o processo para que os diplomados solicitassem seu registro profissional definitivo, instruindo e “recrutando” demais candidatos à docência para a realização dos exames de suficiência. Com a aprovação nestes exames, obtinha-se o registro na disciplina para a qual o candidato havia se candidatado e, então, estava autorizado a lecionar, desde que comprovada a inexistência ou insuficiência de docentes diplomados (LOPES; SOUZA, 2018).

Os exames de suficiência não tiveram o resultado esperado para amenizar o problema da defasagem de professores, pois poucos de fato conseguiram o registro, tanto pelo baixo número de pessoas que realmente compareciam aos exames, quanto pelo número de reprovações. Dessa forma, em 1953 foi criada a CADES, que posteriormente ficaria responsável pelos cursos de orientação destinados à preparação dos candidatos ao Exame de Suficiência (LOPES; SOUZA, 2018).

Os Cursos de Orientação tinham como objetivo, entre outras coisas, auxiliar na preparação para os Exames de Suficiência e na capacitação para o exercício da docência. No entanto, após sua criação, começaram a ser utilizados em substituição aos exames, pois, ao cursá-los, o candidato já conseguia renovar sua licença para lecionar ou até mesmo obter a certificação necessária para o registro. Tal possibilidade facilitou a regulamentação profissional, principalmente pela possibilidade da não realização dos exames de suficiência, evitando a reprovação que impedia de forma imediata o exercício da profissão (BARALDI, 2016).

O corpo docente em exercício no Ginásio nos seus primeiros anos de funcionamento caracterizou-se por ser majoritariamente masculino, e em 1955 só havia uma mulher<sup>72</sup>. Os professores, e as respectivas disciplinas que lecionaram no primeiro ano do Ginásio foram: Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira (Latim); Dr. Laércio Rodrigues (Português, Geografia Geral e História do Brasil); José Antônio de Pádua Filho (Matemática e Desenho); Terezinha Gonçalves Rigueira (Francês e Trabalhos Manuais); Antônio Schettini (Canto Orfeônico) e Sargento Cor-Jésus Costa (Educação Física). Esse grupo inicial foi bastante modificado ao

---

<sup>72</sup> Abreu (1955) destaca que no Rio de Janeiro, em 1952, o número de homens e mulheres que atuavam na docência se equiparava, o que não pode ser observado em Teixeira nesse mesmo período. Por isso a importância de atentarmos para as especificidades locais e regionais, principalmente por se tratar de uma cidade do interior de Minas, na qual os homens tinham mais oportunidade de acesso aos cursos superiores.

longo dos anos, de forma que os entrevistados que foram alunos da(s) primeira(s) turma(s) citaram os professores que, provavelmente, permaneceram mais tempo trabalhando no Ginásio e alguns dos nomes acima sequer foram mencionados por eles.

Uma situação que se manteve muito presente no grupo de docentes ao longo do período de existência do Ginásio foi o uso de uma formação outra que não a docência para a atuação nas disciplinas que apresentavam algum grau de proximidade ou afinidade com a formação inicial de cada um. Dessa forma, advogados e seminaristas lecionavam línguas, Geografia e História, assim como um farmacêutico lecionava Ciências. No grupo também tiveram dois sargentos responsáveis pelas aulas de Educação Física dos meninos e um médico que lecionou Matemática, este último representando um desvio com relação ao quesito afinidade com a área de formação.

De forma a caracterizar melhor tal situação, Abreu (1955, p. 71) expõe a realidade educacional do Rio de Janeiro: “Numa amostra de 1.377 professores secundários em exercício, cuja formação profissional constava do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Saúde Pública (1951), apenas 112 eram diplomados por Faculdades de Filosofia (8%)”. Além disso, esses profissionais concentravam-se nas principais cidades. Nas demais, prevaleciam atuantes normalistas, advogados, médicos, engenheiros, agrônomos, farmacêuticos, dentistas, entre outros, que em muitos casos possuíam apenas o nível médio ou apenas o curso ginásial.

Infelizmente, não foi possível identificar a formação de todos os professores do Ginásio Vera Cruz, pois não foram localizados os documentos dos anos de 1964 e 1965. Com poucas exceções, não houve, por muito tempo, quase nenhum professor habilitado ou registrado trabalhando no Ginásio. Neste pequeno grupo se incluía o primeiro Diretor do Ginásio, o Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira, que possuía número de registro definitivo; Maria Emilce Fialho, que tinha formação em Letras Clássicas; o Dr. Laércio Rodrigues, que era advogado e possuía registro<sup>73</sup> para lecionar História; o professor Edson, que foi seminarista; a professora Terezinha Gonçalves Rigueira, que em 1958 foi devidamente registrada para a disciplina Trabalhos Manuais e Augusta Faria, registrada em Desenho, também em 1958.

A situação do corpo docente pouco se alterou até 1965. A instituição permaneceu funcionando com, no máximo, dois ou três professores registrados, sendo os demais autorizados ou, à época, aguardando essa autorização. Além disso, permaneceu a rotatividade

---

<sup>73</sup> Não foi possível identificar em que ano ele conseguiu registro para lecionar a disciplina de História.

e a composição predominantemente masculina. Entre os anos de 1955 e 1963, por exemplo, foram identificados 23 docentes que atuaram no Ginásio Vera Cruz (Quadro 1), sendo que destes, 6 (26,1%) apresentavam registro, 15 (65,2%) eram autorizados e 2 (8,7%) não foram identificados. Já sobre o gênero, 17 (73,9%) eram homens e 6 (26,1%) eram mulheres. Com relação aos docentes que possuíam registro, identificou-se um equilíbrio, visto que eram 3 homens e 3 mulheres.

Quadro 1 - Corpo docente do Ginásio Vera Cruz de Teixeira (1955-1963)

<b>Professor (a)</b>	<b>Formação</b>	<b>Registro profissional</b>	<b>Total de anos trabalhados</b>
Antônio Gonçalves de Oliveira	Agronomia, agrimensura e direito	Sim	1
Antônio Schettini	Técnico em rádio	Não	7
Augusta Faria	Curso Normal	Sim	1
Ayrton de Oliveira Rodrigues	Medicina	Não	1
Benevenuto Alvim Filho	Direito	Não	1
Cirio Dias Ferraz	Sargento	Não	1
Cor-Jésus Costa	Sargento	Não	3
Edson Alves	Seminário Maior <sup>74</sup>	Sim	2
Ernesto Ferreira Álvares Filho	Curso Científico <sup>75</sup>	Não	5
Floripes Moreira de Queiroz	Curso Médio	Não	5
Jacyra Marins dos Santos	Curso Normal <sup>76</sup>	[?]	2
Joana Machado Álvares	[Curso Normal] <sup>77</sup>	Não	3
Joaquim Augusto Medina	[Seminário]*	Não	1
José Antônio de Pádua Filho	[Curso Médio]*	Não	1
José de Freitas Brandão	Curso Médio <sup>78</sup>	[?]	1
José Felismino de Oliveira	Direito	Não	2

<sup>74</sup> Pela Faculdade D. Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rei.

<sup>75</sup> Pelo Colégio Afonso Celso de Belo Horizonte.

<sup>76</sup> Pela Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, em Viçosa.

<sup>77</sup> Também era professora do primário e Inspectora Municipal do Ensino Primário.

<sup>78</sup> Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio de Teixeira.

Laércio Rodrigues	Direito	Sim <sup>79</sup>	7
Maria das Dores Gonçalves	[Curso Normal]	Não	2
Maria Emilce Fialho	Letras Clássicas	Sim	8
Napoleão Lacerda de Avelar	Seminário	Não	5
Oswaldo de Azevedo Rubim	[Curso Médio]*	Não	4
Terezinha Gonçalves Rigueira	Curso Normal	Sim <sup>80</sup>	6
Zito Divino Teixeira	Farmácia	Não	1

\* Não foi possível confirmar a veracidade das informações.  
 Fonte: Relatórios (1955-1963).

Além disso, verificou-se que, entre os professores, 10 possuíam curso superior e 13 possuíam ensino médio, sendo 5 com Curso Normal, 2 com Curso Científico, 2 com Curso Técnico e 4 não especificados ou confirmados. Dessa forma, a realidade exposta comunga com a apresentada por Abreu (1955) no Rio de Janeiro, principalmente quando observado que, ao longo de 11 anos de atividade, o Ginásio só teve uma professora formada em uma Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras - e não à toa, a mesma ocupou funções de professora de Português, Latim, Inglês e Francês; bem como de diretora e de inspetora federal.

Além dos registros profissionais, foi possível observar também o tempo que cada docente permaneceu na instituição. Sobre isto, verificou-se que 15 dos professores trabalharam entre um e três anos no Ginásio e 8 lecionaram de quatro a oito anos. Dentre os que permaneceram mais tempo estão Maria Emilce Fialho, Laércio Rodrigues, Terezinha Gonçalves Rigueira e Antônio Schettini, que só deixou o cargo após a mudança no currículo em 1961 e a extinção da disciplina Canto Orfeônico do curso ginásial. Napoleão Lacerda de Avelar, Ernesto Ferreira Álvares de Queiroz, Floripes Moreira de Queiroz e Oswaldo de Azevedo Rubim estão também entre os que permaneceram mais tempo no Ginásio. Nessa oportunidade, é importante destacar que muitos dos profissionais que trabalharam no Ginásio Vera Cruz continuaram após a criação do Ginásio Estadual, mas que, no contexto da pesquisa, está sendo considerado como marco o ano de 1965.

Entre os profissionais que não possuíam registro foi identificado que a situação funcional de muitos era descrita como “autorização pedida”. O termo é utilizado nas fontes e indica que os docentes já haviam realizado os procedimentos legais necessários para sua

<sup>79</sup> De História.

<sup>80</sup> Trabalhos Manuais.

atuação. A situação era comum porque, no processo de solicitar inscrição nos cursos de aperfeiçoamento e nos exames de suficiência, o candidato precisava indicar o estabelecimento e as disciplinas que pretendia lecionar, o que em muitos casos só era possível saber nas vésperas do início do ano letivo e após a realização do contrato de trabalho, por volta do mês de janeiro ou fevereiro. Coincidentemente, a maioria dos relatórios aqui utilizados datam do início do ano letivo, por isso, aqueles que solicitavam autorização para lecionar no início do ano ainda aguardavam o retorno dos órgãos superiores responsáveis pela autorização ou não do candidato.

Ou seja, os professores que não possuíam formação específica e ainda não eram registrados precisavam solicitar, perante a Inspetoria Seccional de Juiz de Fora, diretamente subordinada à DESE, uma autorização para lecionar a(s) disciplina(s) específica(s). Era preciso, também, informar a instituição em que iria atuar, pois só era autorizado o candidato que comprovasse a inexistência de professores registrados no MEC em quantidade suficiente para as necessidades do ensino secundário daquela cidade<sup>81</sup>.

O trecho abaixo, retirado do Decreto-lei nº 8.777/46, explica de forma objetiva sobre o processo de contratação de professores não diplomados.

Art.4º Poderá também, mediante requerimento, ser concedido registro àqueles que se submeterem a provas de suficiência e se destinarem ao exercício do magistério em regiões onde não houver, a juízo da administração, professôres diplomados por faculdade de filosofia ou não os houver em número suficiente, devendo os candidatos indicar o estabelecimento que deseje contratá-los.

Parágrafo único: Em casos especiais, nesta hipótese, e desde que haja solicitação do estabelecimento, com a comprovação da impossibilidade de obter professor já registrado, poderá ser desde logo autorizado o exercício do magistério aos que requeiram as provas de suficiência, pelo prazo máximo de um ano”<sup>82</sup>.

Com isso, para solicitar a autorização era enviado um requerimento do diretor do estabelecimento informando a(s) disciplina(s) e o local onde o docente lecionaria; um requerimento do próprio interessado, no qual também era solicitado sua inscrição aos exames de suficiência; documentos pessoais; um atestado de idoneidade moral, de sanidade física e mental; prova de conclusão de curso ginásial ou equivalente e um atestado de insuficiência local de professores registrados na disciplina em que o candidato pretendia lecionar. Este

<sup>81</sup> ATESTADO. [Sobre inexistência de professores registrados no Ministério da Educação e Cultura em quantidade suficiente para atender o ensino secundário]. Teixeira, 1959.

<sup>82</sup> BRASIL. **Decreto-Lei no 8.777**, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em: 17 jan. 2021.

último documento era, geralmente, assinado por um funcionário público ou alguma personalidade conhecida no município: o pároco, o prefeito, um diretor, professor ou advogado<sup>83</sup>.

Os exames de suficiência oferecidos pela Inspetoria Seccional legalizavam a situação do docente, pois através dele conseguia-se um número de registro perante o MEC. No entanto, era preciso um exame para cada disciplina lecionada. A inscrição no curso de suficiência implicava numa inscrição concomitante a um curso de aperfeiçoamento oferecido também pela Inspetoria Seccional, o qual poderia ser feito em cidades como Cataguases, Barbacena, Belo Horizonte, Ubá ou Juiz de Fora, sendo as duas últimas as mais citadas na documentação pesquisada.

De acordo com João Linneu, que ministrava cursos de aperfeiçoamento na área da Matemática pela CADES:

Nas décadas de 1950 e de 1960, todos os anos, acontecia o “curso” da CADES de reciclagem para professores, sob orientação do MEC, e os alunos professores obtinham os registros para exercerem o magistério. Lecionei em São Carlos, Londrina (Paraná), Ubá (Minas Gerais), Nova Friburgo (Rio de Janeiro). Na CADES, era incumbido de desenvolver o conteúdo do ginásio, com o nível um pouco mais elevado. Nas aulas, além do conteúdo, expunha os temas desenvolvidos no livro *How To Solve it*, de Polya. (Excerto do depoimento de João Linneu do Amaral Prado – Baraldi, 2003) (BARALDI, 2016, p. 41).

Observa-se que, no depoimento, são citadas cidades de vários estados, mas, infelizmente, pela ausência de trabalhos que tratem especificamente sobre este tema no Estado de Minas Gerais, não foi possível identificar com precisão os locais em que eram ofertados estes cursos e se a cidade mais próxima para aqueles que residiam em Teixeira e desejavam realizar o aperfeiçoamento era Ubá. Da mesma forma, não podemos precisar a forma como os conteúdos eram abordados, pois, como destaca Baraldi (2016), não havia uma legislação que tratasse especificamente dos cursos da CADES, os quais provavelmente se adequavam às necessidades ou carências de cada região.

Pelo mesmo problema, também não foi possível localizar uma estimativa de quantos docentes se inscreveram e realizaram o curso e o exame de suficiência no período aqui

---

<sup>83</sup> RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIO PARA PEDIR AUTORIZAÇÃO PARA LECIONAR A TÍTULO PRECÁRIO. Teixeira, [195-]. Ver também Decreto-lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946).

tratado, o que demonstra a importância, a necessidade e a urgência de mais investimento para realização de pesquisas no campo da História da Educação em Minas Gerais<sup>84</sup>.

O que se observa dos professores que lecionaram no Ginásio em Teixeira é que se adequavam, em sua maioria, ao que orientava o “Parágrafo único” do Decreto-lei nº 8.777/1946 citado acima. Dessa forma, logo que solicitavam inscrição às provas de suficiência, a Inspeção já respondia autorizando o candidato a lecionar até a época dos exames. Com muita frequência, acontecia de o mesmo professor solicitar a prorrogação de sua autorização por não ter comparecido ao exame de suficiência. Nestes casos, eram apresentadas justificativas para a ausência, que, na maioria dos casos, se relacionava ao exercício das suas profissões de formação, as quais impediam ou dificultavam a saída da cidade.

Com isso, infere-se que em Teixeira era comum o cumprimento da legislação no que concerne ao processo de inscrição nos cursos de aperfeiçoamento e solicitação para atuação imediata, mas a maioria dos profissionais não conseguiu, ou até mesmo não tentou, o registro definitivo para o exercício da docência. Inclusive, este fato se relaciona à uma crítica sobre este aparato burocrático: “Para ser provido nesse magistério de emergência, que é ainda numeroso, não há exigência quanto à prova de competência do professor, que pode ir lecionando desde que apresente atestados de saúde, de idoneidade moral e de idade mínima de vinte e um anos” (ABREU, 1955, p. 72).

Para exemplificar este processo, podemos citar o Juiz de Direito José Felismino de Oliveira, que solicitou sua inscrição aos exames de suficiência para seu registro como professor de Geografia Geral e do Brasil no dia 7 de março de 1957 e no mesmo ano conseguiu autorização provisória para lecioná-la. No ano seguinte, explicou não ter sido possível afastar-se da Comarca onde exercia o cargo de Juiz de Direito para a realização dos exames, sendo responsável pelo serviço eleitoral que demandava sua presença à época. Assim, no dia 3 de abril de 1958, fez novo requerimento pedindo autorização para lecionar até a realização dos próximos exames de suficiência.

Um caso singular dentre as disciplinas era com relação ao Canto Orfeônico, pois a solicitação para a designação, a título precário, de um professor não registrado na disciplina era enviada para o Diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, e não para a Inspeção Seccional de Juiz de Fora. Da mesma forma, era necessário demonstrar inexistência

---

<sup>84</sup> Em alguns trabalhos realizados em outros estados é possível localizar alguns destes dados e compreender a forma como eram realizados os cursos de aperfeiçoamento e os exames de suficiência. Mas, devido às dimensões do país e às especificidades regionais, é fundamental a realização de mais pesquisas nesta área. Ver Lopes e Souza (2018) e Baraldi (2016).

de professor registrado na cidade e a capacidade do indicado, no caso o maestro Antônio Schettini. Anexado aos seus documentos, foi enviada a recomendação do Dr. Cláudio José Mariano da Rocha, Prefeito do Município de Teixeiras na época<sup>85</sup>. Em resposta à solicitação do Ginásio, o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico concedeu ao professor autorização a título precário para lecionar durante o ano de 1955, e informou que deveria realizar em 1956 o Curso de Especialização<sup>86</sup>. No entanto, verificou-se na documentação pesquisada que o professor continuou lecionando apenas com autorização provisória até deixar o Ginásio.

Presume-se, com isso, que a atuação de profissionais com autorização provisória foi muito comum em Teixeiras, e tal fato se dava porque não contava o município com professores suficientes. Havia a necessidade preencher estes cargos, e os profissionais que se dispunham a ocupá-los tinham, na maioria das vezes, outras profissões e por isso conseguiam facilmente justificar a ausência nos cursos de aperfeiçoamento e nos exames de suficiência. Além disso, ainda havia outro motivo que levava o docente a pedir a prorrogação da autorização: a não oferta de curso de aperfeiçoamento e exame de suficiência naquele determinado ano ou período em que se inscreveu (LOPES; SOUZA, 2016).

De toda forma, a autorização para lecionar a título precário, pelo menos na teoria, deveria ser utilizada para suprir provisoriamente uma situação de emergência. No entanto, os mesmos professores passavam anos seguidos solicitando novas autorizações, e não foi encontrado nenhum registro de que algum professor tenha deixado de lecionar por não ter sido aprovado nos exames de suficiência ou comparecido aos cursos de aperfeiçoamento.

O primeiro caso localizado que foge do padrão descrito acima foi identificado em 1966, quando o Ginásio já era estadual, indicando uma mudança na legislação e maior rigor na avaliação dos candidatos para a concessão da autorização para lecionar. Dessa forma, foi o primeiro caso identificado em que a Inspeção Seccional não aceitou a justificativa do professor e não renovou sua autorização para lecionar. Além disso, como se observa abaixo, o Diretor do Ginásio foi orientado a ter mais atenção na organização do corpo docente, relembrando o que, na verdade, já constava na legislação desde a década de 1940.

Tendo em vista a legislação atualmente em vigor e as instruções específicas do Senhor Diretor do Ensino Secundário do MEC, comunicamos a Vossa Senhoria que esta Inspeção Seccional não pode renovar a autorização concedida, em 1965, ao Professor Dr. Homero de Souza para lecionar a

---

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. [Correspondência]. Destinatário: Diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Teixeiras, 22 jul. 1954. 1 carta.

<sup>86</sup> LEITÃO, Celso Luiz. [Correspondência]. Destinatário: Diretor do Ginásio Vera Cruz de Teixeiras. Rio de Janeiro, 12 agos. 1954. 1 carta.

cadeira de Geografia e Ciências neste estabelecimento, no corrente ano letivo, por não ter comparecido ao Curso de Treinamento, realizado pela CADES, em janeiro passado, nesta cidade [Juiz de Fora], ou aos Exames de Suficiência, conforme o caso. Nestas condições, o referido professor deve ser substituído. Aproximando-se o início do ano letivo de 1967, solicitamos especial atenção do Senhor Diretor para a organização do CORPO DOCENTE desse estabelecimento, só podendo lecionar no curso secundário professores registrados na DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO DO MEC, ou devidamente autorizado por esta Inspeção Seccional<sup>87</sup>.

Dessa forma, conclui-se que, em Teixeira, assim como ocorria em outros municípios de Minas e Estados brasileiros, a docência foi assumida por profissionais sem formação específica e que, muitas vezes, também não se adequavam às normas para o exercício provisório do cargo. Dentre as possíveis dificuldades identificadas para a obtenção do registro profissional para lecionar, foram apontadas a distância (visto que os exames e cursos eram ofertados em outras cidades) e a necessidade de conciliar a docência com o exercício da profissão de formação, o que foi utilizado várias vezes para justificar a ausência e solicitar inscrição e autorização novamente.

Além disso, é preciso pensar na forma como a docência era entendida, no seu papel e função social e na sua caracterização enquanto profissão, pois a ausência de professores pode ter levado pessoas que tinham algum grau de formação e que já tinham outra ocupação a se comprometerem para que fosse possível o funcionamento da instituição. Nestes casos, a docência estaria associada, em grande parte, a um bem social feito por aqueles que possuíam ensino médio ou curso superior para o município.

Por outro lado, foi possível identificar também aqueles que tinham a docência como sua principal ou única profissão, e é interessante observar que, dentre estes, a maioria possuía registro profissional. Neste grupo se incluía Maria Emilce Fialho; Teresinha Gonçalves Rigueira (que atuou desde o primeiro ano de funcionamento da instituição e rapidamente conseguiu seu registro); Laércio Rodrigues (que conseguiu o registro para a disciplina de História do Brasil); Augusta Faria (cuja trajetória profissional não foi possível identificar com detalhes, mas que também obteve seu registro); além de Antônio Gonçalves de Oliveira e Edson Alves (que apesar de terem permanecido pouco tempo no Ginásio, se dedicavam à carreira docente).

---

<sup>87</sup> INSPETOR SECCIONAL DE JUIZ DE FORA. Renovação de autorização. [**Correspondência**]. Destinatário: Ginásio Estadual de Teixeira. Teixeira, 10 fev. 1967.

### **3 OS DISCENTES, O COTIDIANO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL**

Neste capítulo, daremos continuidade à análise sobre o Ginásio Vera Cruz, mas agora tendo como foco principal os discentes, o cotidiano escolar e o processos de construção da identidade institucional. Dessa forma, será apresentado o percurso traçado pelos estudantes para o ingresso ao curso ginásial a partir da realização do exame de admissão, a anuidade cobrada, a possibilidade de obtenção de gratuidade ou descontos e os dados referentes à matrícula, aproveitamento e conclusão do curso, assim demonstrando o impacto social decorrente da criação da instituição para o município e para a parcela da população que conseguiu o acesso àquele ramo do ensino. Além disso, ao apresentar o cotidiano escolar, foi possível analisar o funcionamento do Ginásio através de outras fontes e sob a perspectiva dos que estudaram, compareceram às aulas, provas e exames, trocaram experiências com os professores e participaram dos eventos e solenidades promovidos na instituição e no município.

Destacaremos, também, a criação e instalação do Ginásio Estadual em Teixeira, processo que marca uma ruptura com o Ginásio Vera Cruz - que caracterizava-se por ser uma instituição de ensino particular - e inaugura um novo ciclo institucional, no qual notamos a expansão gradativa das oportunidades de acesso ao ensino médio, a transformação do Ginásio particular em um bem público e a consolidação de uma identidade institucional pelos vínculos mantidos com a sociedade e a instituição fundadas em 1954.

#### **3.1 Discentes**

Como já demonstrado no primeiro capítulo desta dissertação, em Teixeira, MG, assim como em demais localidades brasileiras, o acesso da população ao ensino primário era muito mais recorrente que aos demais níveis de ensino. Mesmo com os inúmeros problemas existentes, como a impossibilidade de atender a toda faixa etária em idade escolar e a falta de mecanismos voltados à manutenção desses alunos na escola, era crescente o número de aluno com o elementar completo, o que ocasionou também o aumento da demanda pelo acesso ao ensino médio, sobretudo ao ginásio.

Ao observar o ingresso dos alunos no Ginásio ao longo dos anos, foi possível visualizar como essa demanda se refletiu na formação das turmas e na conclusão do curso. Dois exemplos importantes a serem destacados são a idade dos alunos da primeira turma que

ingressou no Ginásio e o impacto da distribuição das gratuidades aos alunos de baixa renda, o qual foi responsável, em alguns anos, pelo ingresso de número maior de alunos. Por outro lado, funcionavam como barreiras para o acesso aos cursos de ensino médio, conforme argumenta Azevedo (1993), o exame de admissão e o ensino pago, que serão tratados a seguir.

### 3.1.1 O exame de admissão

O exame de admissão para ingresso ao 1º ciclo dos cursos de ensino médio era uma exigência desde a Reforma Francisco Campos em 1931<sup>88</sup> e auxiliou na composição de um cenário de exclusão até 1971, quando foi extinto pela mais recente versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada naquele ano<sup>89</sup>. Por conseguinte, para ingresso no curso ginásial era preciso ter 11 anos completos, ou a completar, ter concluído o ensino primário e demonstrar satisfatória instrução através do exame de admissão prestado pelo candidato para a instituição almejada (BRASIL 1942; 1961).

No Ginásio Vera Cruz, verificou-se que o aluno que desejava se inscrever precisava enviar um requerimento feito a próprio punho, ou, em alguns casos, feito em modelo fornecido pela própria instituição. Os requerimentos eram direcionados ao diretor do estabelecimento e neles constavam nome e idade do candidato e a solicitação de inscrição nos exames de admissão a serem realizados em dezembro ou fevereiro<sup>90</sup>. Em alguns eram fornecidos também a naturalidade, a filiação e a profissão dos pais. Além disso, ao final do documento sempre constava a declaração de não ter se inscrito para os mesmos exames em outra instituição. Juntamente com os requerimentos enviados pelos alunos, foram encontrados

---

<sup>88</sup> “(...) a Reforma Francisco Campos teve o mérito de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. (...) Pela reforma, o curso secundário ficou dividido em dois ciclos: um fundamental, de 5 anos, e outro complementar, de 2 anos. O primeiro tornou-se obrigatório para o ingresso em qualquer escola superior e o segundo, em determinadas escolas. Além disso, para esse ciclo complementar, foi estabelecida uma subdivisão que compreendia um certo grau de especialização, conforme se tratasse de curso preparatório para ingresso nas Faculdades de Direito, Ciências Médicas e Engenharia” (ROMANELLI, 1986, p. 135).

<sup>89</sup> A Lei 5.692 de 1971 ampliou a obrigatoriedade escolar para 8 anos (dos 7 aos 14 anos) e o antigo primário e curso ginásial formaram um único curso chamado ensino fundamental de 8 anos de duração (1º grau), para o qual não havia exigência de realização do exame admissão, e o 2º ciclo dos antigos cursos secundários e técnicos se transformaram em um único ensino médio (2º grau) de 3 anos de duração (BRASIL, 1971).

<sup>90</sup> De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, os exames de admissão poderiam ser realizados em duas épocas, uma no mês dezembro e outra em fevereiro. Para se inscrever em quaisquer delas era preciso satisfazer a condição de idade (11 anos completos ou a completar), ter recebido educação primária e apresentar prova de estar vacinado e não portar doença contagiosa. Além disso, os exames de 2ª época poderiam ser prestados por qualquer candidato que, satisfazendo as condições acima, não tenham realizados os exames de 1ª época ou nele tenham sido reprovados (BRASIL, 1942).

também registros de nascimento, certificados de aprovação no curso primário e atestados médicos, os quais eram, possivelmente, apresentados junto com o requerimento de inscrição para comprovar as informações declaradas.

Nos atestados médicos, seu conteúdo chama atenção pelo contexto clínico vivenciado pela sociedade naquela época. Era preciso afirmar a boa saúde física e mental do examinado e atestar a ausência de doença infectocontagiosa, garantindo ter sido o paciente imunizado (ou revacinado) contra a varíola. A vacinação contra esta doença tornou-se obrigatória no Brasil no início do século XIX, após a epidemia causada pela contaminação em massa no Rio de Janeiro. No entanto, a vacina já existia desde o século XVIII, mas, devido à resistência da população e ao sistema de saúde pública deficitário, tanto no Brasil como em outros países, a doença só foi declarada erradicada em 1980<sup>91</sup>. Tal fato explica fortemente a exigência de comprovação médica de imunização em requerimentos de inscrição e matrícula, pois o controle da doença ainda não era efetivo.

Para a formação da primeira turma de 1ª série em 1955 foram realizados dois exames de admissão, como previsto na legislação - um realizado em dezembro (1ª época) e outro em fevereiro (2ª época) - e mesmo não sendo obrigatória, a oferta dos dois exames permitia aos candidatos uma oportunidade extra para se inscreverem e realizarem os exames, seja por motivo de ausência ou reprovação na 1ª época. Os poucos requerimentos de inscrição encontrados datam de 18, 28 e 30 de novembro, a maioria do dia 30, que provavelmente era o prazo limite. Nesses requerimentos encontra-se o termo “visto” acompanhado da assinatura do Inspetor Federal Antônio Gayoso Guerra e da data (6/12/1954), indicando que os exames só ocorreram após a conferência do número de inscritos e da documentação apresentada.

Datam dos dias 5, 8, 10 e 14 de fevereiro as inscrições para os exames de admissão de 2ª época que se realizariam em fevereiro de 1955. De acordo com um Certificado de Aprovação em Exames de Admissão à 1ª série Ginásial, expedido pelo Ginásio Vera Cruz de Teixeiras em 28 de fevereiro de 1955, os exames se realizaram em 25, 26 e 28 do mesmo mês, nos termos da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decretos-leis nº 4.244, de 9 de abril de 1942 e nº 8.347, de 10 de dezembro de 1945) em vigor no período. O aluno que prestou o exame obteve os seguintes resultados: Português: 5,0; Matemática: 6,7; Geografia: 6,1; História do Brasil: 4,2 e Média Geral: 5,5. No certificado também consta a filiação,

---

<sup>91</sup> SCHUELER, Paulo. **ONU comemora 40 anos da erradicação da varíola**. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1809-onu-comemora-40-anos-da-erradicacao-da-variola>. Acesso em: 15 jan. 2021.

naturalidade, data de nascimento do avaliado e a assinatura do Diretor Antônio Gonçalves de Oliveira e do Inspetor Federal Antônio Gayoso Guerra<sup>92</sup>.

A idade desses alunos, cujos nomes constam na documentação sobre exame de admissão, variou de 13 a 18 anos, mas nenhum desses nomes aparece na lista dos matriculados na 1ª série em 1955. Ana, assim como Pedro, quando descreveu a 1ª turma do Ginásio, ressaltou que era composta por alunos mais velhos. Ambos os entrevistados tinham 21 anos, e o irmão de Ana, que estudava na mesma turma, era mais velho que ela. Portanto, a idade média desses candidatos que prestaram os exames de admissão indica que o grupo era mais jovem do que aquele que realmente ingressou no Ginásio Vera Cruz, mas não foi possível identificar o motivo que levou esses alunos a não se matricularem.

Como explica Pedro, antes de ingressar no Ginásio “(...) tinha um curso de admissão, que era uma espécie de um mini vestibular pra poder entrar no Ginásio. Mas na época acho que entrou todo mundo, porque não tinha aluno pra ser recusado. Se recusasse aluno (...), o objetivo era colocar o maior número de alunos possível”. Ana, por sua vez, se recordou vagamente, mas também afirmou ter feito alguma prova. O histórico apresentado no PPP da escola traz mais detalhes: “Em 1955 funcionou a 1ª turma de Admissão com a professora Maria Imaculada Fialho e em 1º de março do corrente ano, com apenas uma turma da primeira série ginásial, o Ginásio Vera Cruz iniciou suas atividades”<sup>93</sup>.

Como foi possível observar, as fontes disponíveis não nos permitiram chegar a um consenso sobre como se deu a aplicação desses primeiros exames de admissão; se houve um curso preparatório para realizá-lo e quanto tempo durou. Mas, como tratava-se da primeira experiência da instituição, alguns procedimentos podem ter sido excepcionalmente improvisados neste primeiro momento e, em seguida, padronizados. Para compreender a complexidade da situação, basta imaginar que em um único ano foi construído o edifício, providenciados os aparatos burocráticos necessários para iniciar no ano seguinte, formado um corpo técnico-administrativo e contratados os docentes - processo este que exigiu também muitas investidas, visto que não havia professores registrados no município.

As entrevistadas Lourdes, Joana<sup>94</sup> e Marisa<sup>95</sup>, por sua vez, já apresentaram mais detalhes, o que pode ter relação com o ano em que prestaram os exames de admissão e com a

---

<sup>92</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS. **Certificado de aprovação em exames de admissão à 1ª série ginásial**. Teixeira, 1955.

<sup>93</sup> E.E. DR. MARIANO DA ROCHA. Histórico da Escola. In: **Projeto Político Pedagógico**. Teixeira, 2019. p. 7.

<sup>94</sup> Lourdes e Joana ingressaram no Ginásio em 1958 e, em seguida, concluíram o ensino médio na Escola Normal Nossa Senhora do Carmo em Viçosa, com a diferença de que Lourdes foi interna, enquanto a Joana relatou a rotina e a dificuldade de ir e voltar de Viçosa todos os dias de trem. Além disso, Joana também é neta de um dos

padronização do procedimento pela instituição e, conseqüentemente, com a criação e propagação de um determinado imaginário sobre a dificuldade para realização da prova. Elas descreveram os exames como “rigorosos” e explicaram que era uma prova abrangente, que cobrava principalmente o conteúdo que era ensinado na 3ª e 4ª séries do primário.

Como descreve Marisa,

Quando eu fiz o Exame de Admissão, se a gente passasse, pronto, já entrava. Ou seja, quem fez uma boa série até a 4º série, quem foi bom aluno, ele passava na prova de admissão. Mas aí, já tinha um cursinho, um intensivão, como se fosse um cursinho intensivão para a universidade. Eu fiz, como minha turma toda deve ter feito, com uma professora particular que ensinava para a gente, os pais pagavam, não sei como. Era uma sala de aula improvisada e ela tava aquele básico ali, era um livrão grosso, da grossura assim, de um dicionário, com toda a matéria que ia cair na prova né, aí eu sei que a gente fez uns dias antes da prova. E graças a Deus passamos, já tínhamos bases né.

Aqueles que não passavam com este preparatório precisavam fazer o curso de admissão durante um ano, o qual, segundo a entrevistada acima, funcionou precariamente em uma espécie de garagem que transformaram em uma sala de aula.

Após 1955 não foi possível definir o perfil dos candidatos que realizaram os exames para ingresso nas turmas subsequentes, pois além dos entrevistados, foram localizadas apenas duas alunas com 12 e 15 anos que ingressaram em 1958 e 1959, respectivamente. No entanto, os relatórios do Ginásio a partir de 1960 passaram a incluir a lista completa dos candidatos que se submeteram aos exames e suas notas e médias finais, de forma que foi possível verificar não apenas o total de candidatos, como também as desistências e reprovações ao longo do processo.

O que chamamos aqui de desistência é a ausência em um dos quatro dias de prova, pois não foram identificados os casos de inscritos que não compareceram ao exame. Nas atas dos exames de admissão, consta que as provas de Português, Aritmética, Geografia e História eram aplicadas em quatro dias, geralmente consecutivos, e todos os desistentes possuíam notas baixas de Português, a primeira prova aplicada, assinalando que a dificuldade em

---

fundadores da sociedade anônima, se tornou professora no município e escreveu um memorial sobre a cidade. Assim como ela, seu marido foi aluno no Ginásio, de forma que narrou também algumas de suas histórias com a instituição.

<sup>95</sup> Irmã mais velha de Isabel, Marisa frequentou o Ginásio no momento de sua transição de particular para estadual. Foi aluna na turma de 1966, concluiu o ensino médio na Escola Normal Nossa Senhora do Carmo em Viçosa, foi aluna na primeira turma de Pedagogia da UFV e, posteriormente, retornou à E. E. Dr. Mariano da Rocha como Diretora.

realizar o teste pode ser o motivo da ausência nos demais dias de exame, e por conseguinte, da desistência.

Dentre os resultados daqueles que realizaram o exame completo, chama atenção o total de aprovados, visto que permite a comparação com o número de alunos que se matricularam nas turmas de 1960 a 1963, assim como o número de reprovações, que ficou muito abaixo do número de desistências. Nesse sentido, retornamos ao ponto em que o exame de admissão é tido como uma “barreira” para o acesso ao ensino secundário, e assim, podemos complementar tal análise, ao indicar que esta barreira, pelo menos no Ginásio Vera Cruz, localizava-se antes mesmo do acesso aos resultados finais do exame.

Tabela 8 - Aproveitamento dos candidatos ao exame de admissão (1960-1963)

		<b>Candidatos</b>	<b>Desistências</b>	<b>Reprovados</b>	<b>Aprovados</b>
1960	1ª época	39	7	0	32
	2ª época	41	5	1	35
	<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>67</b>
1961	1ª época	30	11	0	19
	2ª época	30	6	0	24
	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>43</b>
1962	1ª época	25	12	1	12
	2ª época	36	4	2	30
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>42</b>
1963	1ª época	24	7	0	17
	2ª época	30	11	1	18
	<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>35</b>

Fonte: Relatórios (1960-1963).

Ainda observando a Tabela 8, acima, verifica-se que o exame de 2ª época, em sua maioria, possui maior número de candidatos e menor número de desistências. Ao analisar as atas, foi possível identificar que os candidatos que desistiram ou foram reprovados no exame de 1ª época em dezembro, em geral prestavam o exame novamente em fevereiro, de forma que o primeiro exame servia, em parte, para o avaliar os conhecimentos do aluno e indicar a

necessidade ou não de melhor preparação, ao passo em que o segundo simbolizava uma segunda chance de concorrer.

### 3.1.2 Anuidade e gratuidade

Como se tratava de um ginásio particular, ao se matricularem, os alunos precisavam de arcar com um valor a ser pago anualmente. A contribuição paga pelos alunos da 1ª série no ano de 1955 foi de Cr\$ 2.400 (dois mil e quatrocentos cruzeiros), e o valor era dividido em quatro prestações de Cr\$ 600,00, pagas em março, maio, agosto e novembro. As contribuições quitadas de uma só vez no ato da matrícula tinham um desconto de 10% sob o valor total e, além disso, os alunos irmãos gozavam de descontos de 8% para 2 irmãos, 10% para 3 e 15% para 4 irmãos e os professores do estabelecimento tinham 50% de redução nas contribuições de seus filhos. Em 1958 foi especificado que os descontos descritos acima seriam aplicados sobre a anuidade de um dos irmãos, e o desconto à vista caiu para 5%. Dois anos depois, a tabela das anuidades trouxe outra novidade, informando que nos casos de matrícula de 4 irmãos, o 4º teria direito à gratuidade.

No quadro a seguir é possível acompanhar a evolução desse valor para cada uma das séries no período de 1955 a 1962. Chama a atenção o fato de o valor total da anuidade da 1ª série, equivalente a um salário mínimo da época (Cr\$ 2.400,00), passar para Cr\$ 12.000,00 em 1962, configurando um aumento de 400%. No entanto, o salário mínimo em 1961 já havia subido para Cr\$13.440,00<sup>96</sup>, demonstrando que o aumento da anuidade acompanhou parcialmente o ajuste salarial.

Além disso, como esses valores se tornavam mais altos à medida que se aproximava das séries finais do curso, é plausível supor que a dificuldade financeira pode ter sido um fator de desistência/abandono de matrícula, o que pode também ter impactado nos valores cobrados, pois, ao diminuir o número de alunos, a maioria dos gastos e principalmente aqueles com funcionários e professores não se reduzia, sendo necessário, portanto, repassá-los aos alunos.

---

<sup>96</sup> Decreto nº 51.336, de 13 de outubro em 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51336-13-outubro-1961-391163-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Tabela 9 - Valores da anuidade (1955-1962)

<b>Ano</b>	<b>1ª série</b>	<b>2ª série</b>	<b>3ª série</b>	<b>4ª série</b>
<b>1955</b>	Cr\$ 2.400,00	-	-	-
<b>1956</b>	Cr\$ 2.800,00	Cr\$ 3.000,00	-	-
<b>1957</b>	Cr\$ 3.800,00	Cr\$ 4.000,00	Cr\$ 4.200,00	-
<b>1958</b>	Cr\$ 3.800,00	Cr\$ 4.000,00	Cr\$ 4.200,00	Cr\$ 5.200,00
<b>1959</b>	Cr\$ 5.000,00	Cr\$ 5.200,00	Cr\$ 5.700,00	Cr\$ 6.600,00
<b>1960</b>	Cr\$ 6.000,00	Cr\$ 6.500,00	Cr\$ 7.000,00	Cr\$ 8.000,00
<b>1961</b>	Cr\$ 8.000,00	Cr\$ 9.000,00	Cr\$ 9.500,00	Cr\$ 10.000,00
<b>1962</b>	Cr\$ 12.000,00	Cr\$ 13.000,00	Cr\$ 13.500,00	Cr\$ 14.500,00

Fonte: Relatórios dos anos de 1956 a 1962 do Ginásio Vera Cruz.

Apesar do valor cobrado para a realização dos estudos, havia uma certa quantidade de bolsas a ser distribuída pelo estabelecimento. Um documento fundamental para análise do procedimento seguido para concessão de gratuidade foi o Livro de Atas da Comissão de Concessão de Gratuidade do Ginásio Vera Cruz (1955-1960), em que constam as atas das reuniões realizadas anualmente para apreciação dos pedidos de gratuidade. A partir delas foi possível identificar como ocorria o processo, quem participava dele, o número de candidatos inscritos em cada ano e aqueles aprovados pela Comissão.

O livro possui 50 folhas numeradas e rubricadas pelo Inspetor Antônio Gayoso Guerra. De acordo com o mesmo, os trabalhos da Comissão respeitavam os termos do Artigo 155, parágrafo 5º, da Portaria nº 501 de 19 de maio de 1952. A Comissão era composta pelo Diretor-Técnico da instituição, pelo inspetor, e por um secretário. Posteriormente, passaram a compor a comissão outros membros, dentre eles, professores e pessoas que ocupavam outros cargos/funções no município.

Dessa forma, compuseram a comissão, ao longo dos seis anos de que se tem registro sobre seu funcionamento, o Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira e Maria Emilce Fialho (na condição de Diretor-Técnico do Ginásio); Antônio Gayoso Guerra e Florisbela Alves Nogueira (no cargo de Inspetor Federal); Laércio Rodrigues (escolhido para função de secretário); Edson Alves (professor e Diretor da Escola Técnica de Comércio, e professor no Ginásio Vera Cruz); Napoleão Lacerda Avelar (professor e pároco da cidade) e o Dr. Paulo Monteiro Barbosa (promotor de Justiça da Comarca).

A Comissão se reunia sempre no mês de fevereiro para deliberar sobre os candidatos inscritos para iniciar na 1ª série do curso ginásial no respectivo ano. Em todos os casos, foi concedido benefício total, válido durante todo o curso ginásial. Até o início de 1959, a Comissão analisava apenas documentos referentes à situação econômica (não são especificados quais eram esses documentos) e o rendimento do candidato no exame de admissão. Os bolsistas ficavam, então, sujeitos a manter bom aproveitamento escolar e procedimento exemplar<sup>97</sup>.

A partir de fins de 1959, a ata retratou um procedimento diferente, conforme demonstra seu próprio texto:

Após as palavras iniciais da Sr.<sup>a</sup> Presidente, com as quais explicam a finalidade daquela reunião dentro do que dispõem as instruções do Ministério da Educação, apresentou ela uma relação de 59 (cinquenta e nove) candidatos, com os respectivos requerimento, e passou a relatar os dados atinentes a cada candidato e, com os demais membros presentes, a analisar as razões favoráveis e as contrárias ao deferimento ou indeferimento de caso por caso, tendo a Comissão chegado a três tipos de conclusão: a) deferidos; b) indeferidos; c) em sindicância, para resolução. À esta altura, interrompeu-se a reunião e os membros que a compunham saíram do recinto e foram ter com as pessoas citadas no requerimento como fontes de informações, para se inteirarem da real situação dos senhores pais ou responsáveis, e os casos pendentes se resolveram em deferido ou indeferido<sup>98</sup>.

Tal mudança ocorreu porque, a partir do final de 1959, a comissão passou a se chamar Comissão Municipal de Bolsas de Estudos do Fundo Nacional de Ensino Médio, e, como o nome sugere, contava com recurso público para manter uma quantidade maior de alunos bolsistas. Pelo menos naquele ano, o Fundo Nacional de Ensino Médio permitiu a distribuição de maior número de bolsas, aumentando o trabalho da comissão e exigindo a presença de mais membros para auxiliar no processo. As reuniões também mudaram de data, e passaram a ocorrer no final do ano letivo, em novembro.

---

<sup>97</sup> Livro de Atas da Comissão de Concessão de Gratuidade do Ginásio Vera Cruz (1955-1960). Teixeira, Minas Gerais, 1959.

<sup>98</sup> *Idem*.

Tabela 10 - Gratuidades concedidas entre 1955 e 1960

<b>Ano</b>	<b>Número de candidatos inscritos</b>	<b>Inscrições deferidas</b>
1955/fev	2	1
1956/fev	2	2
1957/fev	1	1
1958/fev	2	2
1959/fev	6	3
1959/nov	59	44
1960/nov	28	22

Fonte: Atas da Comissão de Gratuidade do Ginásio Vera Cruz de Teixeira (1955-1960).

Pela Tabela 10, acima, infere-se que até fevereiro de 1959 foram concedidas de 1 a 3 gratuidades, e que um notável aumento ocorreu em novembro 1959 e 1960, quando foram selecionados os candidatos que ingressariam em 1960 e 1961. Estes foram os únicos anos em que se tem registro de recebimento de recurso do Fundo Nacional de Ensino Médio, enquanto o Ginásio fazia de uma a três concessões em cada início de ano letivo, com o Fundo Nacional de Ensino Médio houve não somente um aumento no número de solicitações atendidas como também de matrículas, como será demonstrado a seguir. Infelizmente, não foi possível localizar o número de gratuidades oferecidas anualmente até 1965, e nem analisar se a comissão continuou existindo e realizando seu trabalho da mesma forma.

Por outro lado, os relatórios de gratuidade dos anos de 1960, 1961 e 1962, incluídos nos relatórios de inspeção do Ginásio, apresentam os alunos beneficiados e a relação entre o número de bolsistas e o valor disponível em caixa a ser distribuído pela sociedade, indicando que, ao longo de alguns anos, como em 1959 e 1960, por exemplo, foram utilizados os recursos tanto do Fundo Nacional do Ensino Médio quanto da própria instituição. Ao longo desses três anos citados acima, foram concedidas e mantidas aos estudantes das diversas séries um total de 7, 8 e 7 gratuidades, respectivamente. Portanto, o número de alunos a que se referem os relatórios de gratuidade em determinado ano inclui novos bolsistas e aqueles que já haviam conseguido o benefícios anteriormente. Além disso, verificou-se que, na maioria dos casos, os alunos conseguiam a gratuidade na 1ª série, mas talvez por motivos de abandono, reprovação ou desistência desses alunos, as gratuidades também eram distribuídas aos alunos das demais séries.

Entre o total de benefícios cedidos e mantidos em 1960 e 1961, foi possível verificar que em 1960 um aluno abandonou o curso na 1ª série, 2 concluíram o ginásio e 4 foram aprovados e mantiveram a gratuidade no ano seguinte. Dessa forma, em 1961, além dos 4 benefícios mantidos, foram fornecidas duas novas gratuidades a alunos da 1ª série, indicando que, em dois anos, 9 diferentes alunos tiveram a oportunidade de isenção da anuidade do estabelecimento.

Analisando o perfil socioeconômico desses alunos, é possível observar que quatro eram filhos(as) de lavradores, dois de professora doméstica, um de comerciante, um de caldeireiro e um de doméstica. Foi indicada apenas a profissão do principal responsável pelo sustento da família e o número de dependentes de cada grupo familiar, o qual variou de 3 a 9 pessoas. Também é acusada a renda do pai ou mãe responsável, a qual variou de Cr\$ 2.500,00 (doméstica) a Cr\$ 11.000,00 (comerciante); nas demais profissões, a renda permaneceu em torno de Cr\$ 4.000,00 (profa. doméstica<sup>99</sup>), Cr\$ 5.000,00 (lavrador) e Cr\$ 8.000,00 (caldeireiro).

No decorrer da pesquisa foi identificado o caso de uma aluna que cursou a 4ª série em 1961 e que ilustra uma parcela da realidade vivenciada por aqueles que almejavam estudar. Ao serem questionados sobre os custos e sobre a anuidade do curso, os entrevistados citaram que muitos alunos vinham de outras cidades ou da zona rural e ficavam na casa de familiares ou conhecidos para estudar e que, às vezes, ocorria das pessoas se unirem para pagar os estudos daqueles cuja família não podia. Nessas narrativas, citaram, inclusive, nomes de alguns alunos e uma aluna, especificamente, que queria muito estudar mas que a família não tinha condições para arcar, por isso um grupo de pessoas (que não foi possível identificar que tinham algum grau de parentesco) se uniu para pagar a anuidade para ela. Contribuindo para a análise deste caso, foi identificado que nas duas últimas séries do curso ginásial a referida aluna foi beneficiada com a gratuidade e conseguiu se formar.

### **3.2 A demanda pelo curso ginásial**

Ao receber a autorização para funcionamento, o Ginásio Vera Cruz de Teixeira iniciou suas atividades em 1955 apenas com a primeira série ginásial, em turno diurno, a partir das 7 horas da manhã e em regime de externato misto. Nos anos consecutivos, foi

---

<sup>99</sup> Na fonte pesquisada não foi localizada nenhuma informação sobre a profissão de professora doméstica, mas pode-se inferir que eram professoras que lecionavam nas residências de seus alunos.

recebendo novas turmas e completando as quatro séries do curso ginásial<sup>100</sup>. Na Tabela 11, a seguir, é possível observar o número de matrículas na primeira série até 1965, e através dele, acompanhar a absorção da demanda pelo curso ginásial ao longo do tempo, caracterizar as especificidades de algumas turmas e estabelecer um comparativo entre o número de alunos aprovados no exames de admissão, o número de matrículas e o de concluintes.

Tabela 11 - Matrículas na 1ª série do curso ginásial (1955-1965)

<b>Ano</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
<b>1955</b>	28	22	50
<b>1956</b>	32	18	50
<b>1957</b>	22	11	33
<b>1958</b>	29	18	47
<b>1959</b>	27	15	42
<b>1960</b>	42	28	70
<b>1961</b>	28	20	48
<b>1962</b>	25	25	50
<b>1963</b>	28	16	44
<b>1964</b>	-	-	[50?]
<b>1965</b>	-	-	52

Fonte: Relatórios dos anos de 1956 a 1965 do Ginásio Vera Cruz.

Nota-se que, no decorrer dos anos, o número de matrículas se manteve estável, com exceção do ano de 1957, no qual foi registrada uma menor procura, e de 1960, quando a instituição recebeu o maior número de matrículas de todos os 11 anos em que funcionou como Ginásio Vera Cruz. Outra consideração possível a partir de uma análise rápida é que o sexo masculino permaneceu predominante na maioria das turmas, em alguns casos chegando a ser o dobro ou quase o dobro do número de mulheres. A partir de 1961, tal situação aparentemente se alterou e em 1962, pela primeira vez, foi registrado o mesmo número de

<sup>100</sup> GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS. **Relatório de Verificação Prévia do Ginásio Vera Cruz de Teixeira**. Teixeira, [1956?].

homens e de mulheres. Ademais, só foi identificada uma inversão nestes dados em 1966, quando o número de matrículas do sexo feminino foi, pela primeira vez, maior.

Para uma análise mais detalhada dos números de matrículas, foi preciso estabelecer algumas comparações com outros elementos já destacados, como os exames de admissão, os valores da anuidade e as gratuidades. Em primeiro lugar, os anos de 1955 e 1957 foram os únicos em que a instituição distribuiu apenas uma gratuidade, no entanto, a formação da primeira turma atendeu não somente à demanda reprimida como também a um perfil de estudantes que se diferenciou das turmas subsequentes. Como destacado por Ana, não havia a possibilidade de estudar em outro lugar, pois a “condição era pouca”, tanto para ela como para todos os demais que ingressaram na primeira turma. De acordo com ela, todos na turma tinham aproximadamente 20 anos, e seu irmão que era dois anos mais novo, inclusive, foi seu colega de turma durante todo o curso.

Agregado à existência de apenas uma gratuidade para o ano de 1957, houve também outro fator tão decisivo quanto: o valor da anuidade passou de Cr\$ 2.800,00 para Cr\$ 3.800,00, enquanto de 1955 para 1956 o acréscimo foi bem menor. Por isso, a elevação do preço da anuidade pode ser identificada como um dos motivos para um número de matrículas menor do que dos anos anteriores, mas não o único, já que esse valor continuou subindo nos anos seguintes e apresentou aumento significativo em alguns deles.

O ano de 1960, por sua vez, destacou-se pelo maior número de matrículas da instituição, e a explicação, como já adiantado, deve-se à utilização de recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio para a concessão de gratuidades aos estudantes. Em novembro de 1959, 44 candidatos tiveram a sua inscrição para isenção da anuidade deferida, ou seja, mais da metade da turma foi beneficiada - isso sem contar as gratuidades oferecidas com os recursos da própria instituição. Nesse ano, inclusive, foi a única vez em que foram abertas duas turmas de 1ª série. No ano seguinte, funcionaram também duas turmas de 2ª série, mas, com a redução do número de alunos devido à evasão e desistência, as duas últimas séries do curso puderam se concentrar em turmas únicas novamente.

Percebe-se que o Ginásio atraiu um bom número de alunos e absorveu, aos poucos, uma demanda que se encontrava reprimida, tanto pela impossibilidade de ingressar em um Ginásio em alguma outra cidade quanto pela inexistência de uma instituição que ofertasse o curso ginasial em Teixeira. Com a criação do Ginásio em 1954, nota-se que a questão financeira expressa no valor da anuidade, apesar de ser um entrave para grande parte daqueles que concluíram o grau elementar no ensino público, não foi um impeditivo para o

funcionamento da instituição. Para isso também colaboraram os descontos oferecidos por pagamentos à vista, pela matrícula de irmãos e as gratuidades concedidas.

Estabelecendo um contraponto com as matrículas está o número de concluintes de cada turma do curso ginásial. Na tabela abaixo é possível observar que a turma com maior número de formandos foi a primeira, com 31. Logo em seguida está a segunda turma (1956-1959), com 24 alunos. As demais apresentaram menor número de concluintes, especialmente a turma de 1959-1962, na qual apenas 7 alunos concluíram. Infelizmente, por falta de fontes, não foram localizadas as estatísticas de todas as turmas, o que seria de extrema relevância para observar se o aproveitamento dos alunos, as reprovações e desistências persistiram ao longo do tempo, e também se as gratuidades impactaram diretamente no número de concluintes assim como impactaram no de matrículas.

Tabela 12 - Ingressantes e concluintes das turmas de 1955 a 1965

<b>Turma</b>	<b>Ingressantes</b>	<b>Concluintes</b>
1955-1958	50	31
1956-1959	50	24
1957-1960	33	11
1958-1961	47	12
1959-1962	42	7
1960-1963	70	-
1961-1964	48	-
1962-1965	50	19
1963-1966	44	-
1964-1967	[50?]	-
1965-1968	52	-

Fonte: Relatórios dos anos de 1956 a 1965 do Ginásio Vera Cruz.

Dentre os fatores que contribuíram para os números de concluintes descritos acima podemos citar as transferências e desistências. No decorrer dos seis anos em que foram localizados os registros de transferências, pudemos verificar que 11 foram expedidas e 10

recebidas<sup>101</sup>, portanto, mesmo sem a relação completa das transferências realizadas entre 1955 e 1965, inferimos que esta não foi a principal razão da diminuição das turmas, mas que pode ter colaborado sensivelmente para a perda de alunos. Também foi possível notar um determinado padrão nos processos de transferências, pois um deles deve-se à mudança de residência, e outro refere-se às possibilidades (continuidade dos estudos, inserção no mercado de trabalho) e condições (socioeconômicas) disponíveis para a realização dos estudos.

Nesse sentido, observamos uma movimentação constante de alunos de ginásios e colégios de Viçosa e Ponte Nova para Teixeira, e também o oposto. A justificativa poderia ser econômica, visando reduzir custos adicionais de locomoção e/ou permanência em outra cidade ou arcar com uma instituição mais acessível; ou formativa, pois, ao ingressar em um estabelecimento de trajetória mais consolidada, que ofertasse também o 2º ciclo do ensino médio, posteriormente, mais oportunidades profissionais seriam oferecidas, como o ingresso em cursos superiores. É preciso ressaltar que entre 1959 e 1963 funcionou a Escola Técnica de Comércio em Teixeira, anexa ao Ginásio Vera Cruz e mantida pela mesma sociedade. No entanto, a instituição atraiu um público menor e enfrentou dificuldades devido à infrequência dos alunos e à falta de professores<sup>102</sup>.

A maior parte dessas transferências expedidas do Ginásio Vera Cruz era de alunas que já cursavam a 4ª série e que se direcionaram principalmente para a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, em Viçosa, ou para a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, em Ponte Nova, como foi mencionado pelas entrevistadas, as “moças iam geralmente para a Escola Normal” (Joana). Dialoga com este fato e com a expectativa de formação acadêmica e profissional os contratos profissionais localizados que acusaram inúmeros casos de ex-alunas do Ginásio que se tornaram professoras no município. Tal observação foi possível porque, quando a instituição se tornou Escola Estadual Dr. Mariano da Rocha, parte da documentação

---

<sup>101</sup> Nos casos de transferências recebidas, foram citadas como instituições de origem: Colégio Anchieta e Colégio Comercial Gabriel Passos (Belo Horizonte); Colégio Viçosa (Viçosa); Instituto Superior Preparatório (Rio de Janeiro); Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Colégio Dom Helvécio e Ginásio Clóvis Salgado (Ponte Nova) e Ginásio Estadual Augusto Lima (Nova Lima). Nos casos de transferências expedidas, foram citadas como instituições de destino: Colégio Lúcio dos Santos (Belo Horizonte); Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora e Colégio Dom Helvécio (Ponte Nova); Escola Normal Nossa Senhora do Carmo (Viçosa); Ginásio Santa Catarina (Juiz de Fora); Ginásio Nossa Senhora das Graças (Caratinga) e Ginásio Brasil (Ervália).

<sup>102</sup> Em ofício enviado pelo secretário da Escola Técnica de Comércio de Teixeira ao Inspetor Seccional do Ensino Comercial é comunicado sobre a paralisação da Escola Técnica de Comércio de Teixeira em março do corrente ano de 1964. Segundo o documento, a paralisação se deu pela falta quase total de professores e pela infrequência dos alunos. Além disso, não houve prejudicados, pois a instituição funcionou em 1963 apenas com o 3º ano. GINÁSIO VERA CRUZ. [Correspondência]. Destinatário: Inspetor Seccional do Ensino Comercial. Teixeira, 8 out. 1964. 1 carta.

do Grupo Escolar Dr. Mariano da Rocha<sup>103</sup> que tratava da posse ou contrato docente, na qual incluía-se o histórico escolar, também foi transferida para a instituição.

Com relação às desistências, observou-se que a maioria ocorria ao longo da 1ª série do curso ginásial, abandono que pode estar relacionado também à reprovação ou à expectativa da reprovação, tendo em vista a dificuldade de acompanhar o ritmo das atividades ou de conseguir aprovação nos exames. Muitos alunos também só conseguiam sua aprovação após a realização dos exames de 2ª época.

Dessa forma, destacando-se das demais turmas do ginásio, na primeira turma com 50 alunos a ingressar, 2 cancelaram a matrícula, 7 não foram promovidos, 41 foram aprovados no primeiro ano, 35 chegaram à 4ª série e 31 concluíram o curso, fato que indica um desafio do padrão registrado nas demais turmas<sup>104</sup>. Além disso, é plausível mensurar que havia um interesse, uma curiosidade e um fator de incentivo pelo pioneirismo do projeto e pela participação na sua inauguração.

O entrevistado Pedro ainda complementou dizendo que dos 31 formandos de sua turma, uns 25 se destacaram em suas carreiras acadêmicas e profissionais, chegando a ocupar cargos de elevado prestígio social.

“(...) tinha mais ou menos uns 25 alunos se destacaram dos outros. Aí cada um pegou seu diploma e mudou de cidade, mudava pro Rio, mudava para Belo Horizonte, mudava pra Juiz de Fora, pra Ipatinga, e foi cada um para um lado. Então vários alunos ficaram famosos, trouxe, assim, nome para Teixeiras” (Pedro).

Não foi possível identificar quem eram exatamente esses ex-alunos que se “destacaram”, se eles faziam parte da elite da cidade e se a maioria deles realmente chegou ao curso superior e ocupou cargos de prestígio social. Mas, num período em que a educação ainda era um privilégio de poucos, aqueles que conseguiam acessar, permanecer e concluir o curso ginásial e 2º ciclo do ensino médio, certamente se diferenciavam dos demais, ou pelo menos era identificados como “pessoas de destaque” pela população do município.

---

<sup>103</sup> O Grupo Escolar Dr. Mariano da Rocha foi criado pelo Decreto no 7.731, de 24 de julho de 1964. Era também conhecido como Escola de Lata, termo utilizado para se referir às escolas que eram feitas de lata. Esse tipo de construção “improvisada” foi muito comum em municípios da microrregião de Viçosa e Ponte Nova, que provavelmente utilizavam-nas por falta de recursos e de tempo para a investir em outras melhores. Portanto, essas escolas foram, posteriormente, extintas, transferidas, como é o caso do Grupo Escolar Dr. Mariano da Rocha, ou reconstruídas.

<sup>104</sup> GUERRA, Antônio Gayoso. Quadro geral de matrículas em 31 de março de 1955 e Relação nominal dos alunos matriculados até 31 de março do ano letivo de 1955 na 1ª série ginásial do Ginásio Vera Cruz. *In: Primeiro Relatório do Ginásio Vera Cruz referente a 1º e 2º séries do curso ginásial*. Teixeiras, 1956.

### 3.3 O cotidiano escolar no Ginásio

Neste tópico destacaremos aspectos que marcaram o cotidiano do Ginásio e que se expressaram através da fala dos entrevistados e dos relatos localizados no Livro do Tombo da Paróquia de Teixeira, MG. Neste sentido será demonstrada, inicialmente, a relação dos alunos com a instituição, identificada na rotina escolar, na disciplina cobrada, nas avaliações e na interação com os professores. Posteriormente, será analisada a relação da instituição com a cidade por meio das solenidades e eventos sociais e políticos realizados.

A ex-aluna Ana, formada na primeira turma do Ginásio, se recordou das filas para organizar os alunos durante a oração pela manhã e antes de entrar para a sala de aula. Destacou, também, as aulas de Canto Orfeônico com o professor Antônio Schetini, nas quais todos os alunos aprendiam, decoravam e ensaiavam o Hino Nacional, o Hino da Bandeira, entre outros. A aluna Lourdes também mencionou que cantavam os hinos com muita frequência e que até hoje sabe de cor “A Marselhesa”, hino da França.

Pedro narrou, como curiosidade, sobre o cargo de chefe de disciplina:

A história da administração do Ginásio tem uma coisa interessante, que tinha um disciplinador, né? A pessoa ficava responsável pelos alunos que gostavam de fazer um barulhinho na hora de entrar para sala, um empurra-empurra e tal, aí organizava uma fila. Esse funcionário chamava Jair Zeferino da Silva, disciplinador, chefe de disciplina (Pedro).

A aluna Marisa também mencionou a existência deste profissional responsável pela organização dos alunos, verificação das cadernetas e controle da disciplina, afirmando que sua atuação demonstrava a vigilância e o controle constantes para a manutenção da ordem. Essa organização e disciplina, tão características do período, nos leva à função social ocupada pelo Ginásio no município desde a criação de sua primeira turma em 1955, bem como à compreensão de um imaginário que é recordado com saudosismo pelos bons tempos da escola, em que prevalecia a organização, a responsabilidade e o respeito pelos professores e colegas.

Ao explicar sobre as provas, Joana comentou o procedimento padrão que era seguido: “Era prova escrita e prova oral, a gente passava por 3 professores, tanto no Ginásio quanto na Escola Normal. A gente fazia prova escrita e depois passava por 3 examinadores”.

Ao recordar sobre a prova oral, Lourdes enfatizou que:

Não adiantava você querer passar gato por lebre (...). A prova oral, às vezes, eu me lembro que o examinador era um farmacêutico, na parte de ciências, então a gente teve que decorar os ossinhos da mão, do pé. Nós fizemos até uma música pra decorar o negócio. Na prova oral você tinha que saber mesmo (Lourdes).

Sobre as aulas e os professores, Ana descreveu com leveza e demonstrou proximidade e amizade:

Eu adorava o Sr. Edson, Dr. Airton, que era médico, ele era irmão do Dr. Laércio. Dr. Laércio era advogado e Dr. Airton médico. Professor de Matemática maravilhoso, a gente fazia ótimas provas, eu sei que eu e meu irmão éramos sempre os primeiros alunos da turma. (...) O Padre Napoleão era a coisa mais linda do mundo aquele padre, eu nunca vi, era bacana demais. Tinha aula de Latim, de tudo, de Inglês... Ah! Inglês, eu brigava com meu professor de Inglês, que era o professor Edson, eu brigava com ele: Ah eu não preciso de Inglês não, preciso disso não [risos] (Ana).

Destacou também o nome da professora de Educação Física, Therezinha Rigueira, explicando que a turma não gostava muito de fazer a atividade, principalmente quando eram jogos diferentes e não a tradicional “queimada”.

O entrevistado Pedro traz também que:

(...) além da Maria Emilce Fialho, na época tinha Laércio Rodrigues, advogado e promotor; Oswaldo de Azevedo Rubim, desenhista; Antônio Schetini; tinha Maria Said Schetini (casada com Antônio Schetini); tinha um professor de Português que chamava Edson Alves, já falecido, ele foi pra Brasília, ele dava aula de Latim e Francês, era um homem muito preparado, frequentou seminário 15 anos e desistiu e ficou só como professor de línguas. Depois nós tivemos um professor de Ciências que chamava Ernesto Ferreira Alves Filho; tivemos o professor Padre Napoleão Lacerda de Avelar, que foi também um dos fundadores, dava aula de Latim. Foi pároco aqui. (...) Dr. José Felismino de Oliveira, Juiz de Direito, professor de História. Ele era juiz e veio de outra cidade para a Comarca de Teixeiras. Teixeiras não era Comarca, Teixeiras pertencia à Viçosa, depois que passou a Comarca, aí tinha que ter juiz, aí ele foi mandado pelo governo estadual para cá como juiz. Muito bravo, sabe (Pedro).

Nota-se que os professores são recordados com muita precisão e que são também diretamente associados às suas profissões fora da sala de aula no Ginásio. Como Teixeiras era, e é ainda hoje uma cidade pequena, as pessoas se conheciam, conheciam seus colegas e professores. Sobre a aula de Educação Física, Pedro também acrescentou, sem saber explicar o motivo exato, que a turma dos meninos não gostava igualmente das aulas, o que pode ter

relação com a forma como eram ministradas, pois destacaram que eram cobrados muitos exercícios e que chegavam a ficar com o “corpo doendo”.

Um aspecto muito interessante enfatizado pelos entrevistados refere-se à função social de lazer cumprida pelo Ginásio. Como mencionaram, não havia muito divertimento em Teixeira, sendo alguns deles ir à estação de trem, ir aos jogos de futebol realizados no campo do Ginásio (havia, inclusive, um time de futebol masculino do Ginásio) e aos jogos de vôlei nos finais de semana e períodos de férias.

Ah, outra coisa importante do tempo do Ginásio, havia um zelador que ficava o dia inteiro no Ginásio, porque só tinha aula de manhã, eram poucas turmas, né? Então, a escola ficava aberta para nós no final de semana. O zelador era o senhor Natinho, ele abria a escola para nós, D. Emilce autorizava, então nós íamos pra lá pra praticar esporte, era uma escola aberta. E nas férias nós íamos pra lá, não tinha depredação do prédio escolar, nada, a gente amava a escola. Nós íamos nas férias inteiras, todas as tardes nós íamos jogar vôlei na escola. E aí íam uns ex-alunos, gente que tava de férias em Teixeira. Íamos todos, fazíamos vários times de vôlei, e assim, o que perdia saía e entrava outro. Jogávamos todas as tardes. D. Emilce aparecia por lá esporadicamente, mas o senhor Natinho ficava lá o tempo todo (Marisa).

Outra forma de demonstrar a relação dos alunos com o Ginásio e da instituição com o município se dá através dos registros de participação nos eventos e solenidades<sup>105</sup> ocorridas no município, em sua maioria, narradas no Livro do Tombo e também pelos entrevistados. Neste ínterim, serão destacadas as comemoração da instalação da Comarca em Teixeira, os desfiles de 7 de setembro e as manifestações pela instauração da ditadura civil-militar em 1964.

O ano de 1955 representou para a história de Teixeira não apenas a inauguração do seu primeiro Ginásio, mas também a elevação do município à categoria de Comarca, se tornando mais autônoma em relação à Viçosa. Com isso, nos registros feitos pelo pároco local, além de uma descrição geral dos acontecimentos do ano, há um relato minucioso das atividades e comemorações relativas à instalação da Comarca no município, o qual foi anexado uma edição do jornal “O Diário”, de Belo Horizonte, que traz uma página intitulada “Entusiasmo na instalação da Comarca de Teixeira”.

Destaca-se que estas festividades ocorreram no dia 7 de setembro, agregando as referidas comemorações às do Dia da Independência do Brasil. A edição do jornal citado, publicada do dia 11 de setembro, descreve as celebrações de forma bem detalhada e exalta o

---

<sup>105</sup> Algumas fotos dos desfiles de 7 de setembro poderão ser consultadas em Anexo.

município e sua conquista, assinalando sua prosperidade e sua posição de destaque perante a produção agrícola do Estado. De acordo com a notícia, compareceram em Teixeira caravanas de municípios vizinhos e destacados políticos da região, entre eles o deputado Juarez de Sousa Carmo, identificado como representante do município na Assembleia Legislativa e, na ocasião, representando o governador do Estado e o secretário do Interior<sup>106</sup>.

Em seu discurso, o deputado fez menção ao momento político vivenciado pelo Brasil de 1955, nos levando a recordar o regime autoritário derrubado dez anos antes. “A hora política que vive o Brasil – ponderou o orador – deve merecer de cada um de nós uma reflexão séria e ponderada. Mais do que nunca devemos nos unir pela preservação das nossas liberdades, hoje consagradas no texto da Carta Magna”.

As solenidades tiveram início às 5 horas da manhã, ao som da “Alvorada da Liberdade”, tocada pela Banda. Em seguida, foi celebrada uma missa pelo pároco local, Padre Napoleão Lacerda, e se iniciaram as apresentações preparadas pelos alunos do Grupo Escolar Antônio Carlos e do Ginásio Vera Cruz. Foram feitas apresentações musicais, dramatizações e recitações de poemas. A reportagem completa cita o nome de cada um dos alunos responsáveis por cada apresentação, sendo possível identificar vários estudantes do Ginásio, e acrescenta ainda que todos os números foram “vivamente aplaudidos pela multidão”<sup>107</sup>.

Apesar disso, o desfile dos alunos é identificado como o ponto alto do evento:

Cumprindo o programa de festividades, desfilaram após todos os alunos do Ginásio Vera Cruz, Grupo Escolar Antônio Carlos e Patronato Agrícola “Arthur Bernardes”, de Viçosa. Formandos em colunas por 3, tendo à frente a magnífica Bandeira do Patronato Agrícola “Arthur Bernardes”, dirigida pelo maestro Francisco Salgado Amorim, todos os alunos foram viva e entusiasticamente aplaudidos pelo povo, que tomou literalmente as ruas do centro da cidade<sup>108</sup>.

De acordo com o Livro do Tombo, foram necessários vários dias de ensaio para a preparação da marcha para o desfile, o qual foi comandado pelo vigário do município, pelo Sargento Cor-Jésus (professor de Educação Física no Ginásio), pelo comandante do Tiro de Guerra e vários policiais. Acrescenta ainda que, finalizadas as comemorações “(...) retiraram-se então as autoridades para uma visita ao Ginásio Vera Cruz”<sup>109</sup>.

<sup>106</sup> Entusiasmo na instalação da Comarca de Teixeira. In: **O Diário**. Belo Horizonte, 11 de setembro de 1955. p. 11.

<sup>107</sup> Entusiasmo na instalação da Comarca de Teixeira. In: **O Diário**. Belo Horizonte, 11 de setembro de 1955. p. 11.

<sup>108</sup> Entusiasmo na instalação da Comarca de Teixeira. In: **O Diário**. Belo Horizonte, 11 de setembro de 1955. p. 11.

<sup>109</sup> LIVRO DO TOMBO da Paróquia Santo Antônio Teixeira-MG. 1954-1958.

Em vista das descrições do evento acima, podemos depreender que o Ginásio, mesmo com apenas 48 alunos devidamente matriculados e frequentes em 1955, teve forte participação na comemoração da instalação da Comarca e nos desfiles já realizados anualmente no dia 7 de setembro, assinalando, assim, o início de uma tradição da qual todos os ex-alunos entrevistados se recordaram fortemente. Destacaram que, para participar dos desfiles, havia um uniforme de gala e eram feitos muitos ensaios e o Ginásio desfilava também em Viçosa: “O trem passava e ia todo mundo pra estação pra desfilarmos em Viçosa. A D. Emilce, minha filha, era brava, ela fazia a coisa acontecer de qualquer maneira”.

Os ensaios ocorriam principalmente na aula de Educação Física no campo de futebol, e, com o aproximar das datas, ocorriam também depois do recreio e na rua. No dia da apresentação,

(...) as filas tinham que ser impecáveis, todo mundo marchando e levantando a perna igualzinho. E ela [Maria Emilce Fialho] ia pra lá, no dia da apresentação. Nós tínhamos que fazer a concentração na escola e saíamos de lá, marchando impecavelmente, uma coisa linda! Era um show! Quando acabava todo mundo tinha que voltar para escola para ouvir a palavra dela, a avaliação final dela. Ela reunia todos nós no pátio, a bateria que era muito bonita, a fanfarra né, que chamava, e falava assim, aí a gente todo mundo em silêncio esperando o resultado. Aí ela: O desfile foi maravilhoso! Dez para cada um, aí a gente ganhava 10 e podia escolher em qual matéria a gente queria aquele 10 (Marisa).

Dessa forma, ficaram na recordação dos ex-alunos, diretamente associadas à imagem do Ginásio, a preparação e a apresentação nas datas cívicas, nas quais o rigor da disciplina descrita no dia a dia das aulas e exames era coroado pela realização de eventos prestigiados pela população e que representavam motivo de orgulho para a instituição e seus alunos.

Outro evento narrado com precisão e empolgação foram as manifestações pela instauração da ditadura civil-militar em 1964. No texto escrito pelo pároco da cidade, o título atribuído foi: “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Segundo ele, a pedido de personalidade de relevante importância social, “(...) proclamamos e realizamos imponente manifestação Cívica-religiosa pelo feito da Revolução do dia 30 de março de 1964”. O próprio pároco se encarregou de reunir as pessoas na praça da Igreja Matriz, na qual compareceram “incorporados” o Grupo Escolar e o Ginásio Vera Cruz, carregando faixas e cartazes com dizeres alusivos ao regime que se instaurava e aos seus dirigentes<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> LIVRO DO TOMBO da Paróquia Santo Antônio Teixeira-MG. 1964.

Na oportunidade, foram feitas orações, hasteou-se a Bandeira Nacional e ouviu-se o Hino Nacional ao som da Banda de Música. Estiveram presentes diversas autoridades, mas o discurso de um deles, em especial, foi destacado:

Todos foram muito aplaudidos, mas por excelência o Ferroviário Jair Lopes Rozado, que em palavras contundentes atacou o comunismo, o janguismo e o peleguismo depostos. Terminada a parte oratória, realizou-se a grande passeata cívica com o andar de Nossa Senhora Aparecida pelas ruas da cidade. Foi um espetáculo inolvidável, principalmente para a mocidade. Após a passeata, rezei missa campal diante de enorme massa popular, e com este ato de Ação de Graças encerramos as festividades do dia 21 de abril! Teixeira vibrou!<sup>111</sup>.

Nesse âmbito, podemos perceber através das falas e informações sobre esse ocorrido na história do país e, em recorte mais específico, na do município de Teixeira, MG, a reprodução de um determinado discurso propagado, principalmente por setores civis e militares, que utilizavam emblemas como o comunismo para radicalizar a oposição ao governo do presidente João Goulart, assim legitimando e consolidando o golpe executado como algo positivo e a ser comemorado (CARDOSO, 2011). Os entrevistados, no entanto, quando perguntados, não mencionaram nada sobre o golpe ou sobre qualquer alteração nas atividades cotidianas do Ginásio e do município, demonstrando que, na visão deles, tudo prosseguia normalmente.

Além disso, percebe-se que o Ginásio se tornou também local para visitaçã e recepção das autoridades que passavam pelo município. Em 1957 consta que o Secretário do Interior, José Ribeiro Pena, foi recebido pelas autoridades em Teixeira e, à tarde, visitou, entre outros locais, o Ginásio Vera Cruz. Em 1959, foi recepcionado pelos alunos e professores do Ginásio o Ministro da Educação, Dr. Clóvis Salgado, que, como narrado, “percorreu todas as instalações do Ginásio – levando a melhor impressão de tudo”<sup>112</sup>.

Além desses exemplos citados, foi possível observarmos a presença do Ginásio em diversos outros momentos. Em 1957, foi solenemente realizado o enterro de um farmacêutico que provavelmente era uma pessoa muito querida na cidade. Na ocasião, em sinal de respeito, todos os comerciantes fecharam seus estabelecimentos, todas as aulas foram suspensas e um grupo de alunas do Ginásio foi enviado para levar flores. Situação parecida foi relatada em

---

<sup>111</sup> LIVRO DO TOMBO da Paróquia Santo Antônio Teixeira-MG. 1964.

<sup>112</sup> *Idem*.

1958, com o falecimento do Papa Pio XII e com a celebração da missa de 7º dia de sua morte, na qual estiveram presentes autoridades, professores e os alunos do Ginásio<sup>113</sup>.

Nos Livros do Tombo da paróquia de Teixeira encontramos referências ao Ginásio e aos seus alunos em vários momentos como estes descritos acima. Dada a natureza própria este documento, qual seja, de descrever o cotidiano, as notícias, as atividades e eventos ocorridos no município, foi possível percebermos que o Ginásio foi apresentado, em várias ocasiões, à população em geral, especialmente através dos eventos cívicos e religiosos. Inclusive, a marca da religiosidade esteve presente não somente fora da escola, mas também em seu interior, quando em 1956, por exemplo, foi registrada a realização da “Páscoa Coletiva do Ginásio Vera Cruz”, na qual estiveram presentes vários párocos para atender às confissões e da qual participaram alunos e professores<sup>114</sup>.

### **3.4 A criação/transformação em Ginásio Estadual**

O processo de criação do Ginásio Estadual é apresentado de diferentes formas pelos entrevistados, assim como pelas fontes escritas localizadas. De acordo com Pedro, uma das principais dificuldades da escola particular era o pagamento dos professores, e, como a instituição tinha poucos recursos, ficou difícil pagá-los. Ainda acrescentou que “(...) o jeito foi deixar ir para o Estado”. Isabel, em uma perspectiva semelhante, afirmou que pode ter ocorrido a soma de diversos fatores, a dificuldade financeira da instituição, a necessidade de se criar uma escola estadual e o desejo de se aproveitar uma estrutura já pronta.

Eu acredito, na verdade, que deve ter sido tudo concomitante. Aqueles que geriam a associação e o Ginásio, já estavam em situação de idade mais avançada e o Estado precisava. É como se houvesse uma coincidência de interesses, nós temos o prédio, vocês têm necessidade do prédio. (...) Eu acho que tudo isso acabou por fazer com que o prédio e que a escola passasse a ser estadual (Isabel).

Outras fontes já denotaram uma movimentação política por trás da criação e instalação do Ginásio Estadual. Dessa forma, em dezembro de 1965, a Lei nº 3.632 criou um Ginásio Estadual em Teixeira e em seu artigo 3º determinou que “O Ginásio instituído por esta lei só será instalado após a comprovação da existência de prédio adequado ao seu funcionamento e a de corpo docente legalmente habilitado” (MINAS GERAIS, 1965). Pela data de publicação

<sup>113</sup> LIVRO DO TOMBO da Paróquia Santo Antônio Teixeira-MG. 1957-1958.

<sup>114</sup> LIVRO DO TOMBO da Paróquia Santo Antônio Teixeira-MG. 1956.

da lei e pela instalação do Ginásio no ano seguinte, infere-se que já havia a intenção de utilizar o prédio da sociedade anônima.

No entanto, a ata lavrada na instalação do Ginásio apresentou novos elementos, indicando a mediação do prefeito de Teixeira para garantir um acordo e até certa resistência do Diretor-Presidente da sociedade em ceder o edifício para o uso do Estado.

Tendo o Exmo. Sr. Governador Magalhães Pinto, criado na cidade de Teixeira, Estado de Minas, um Ginásio Estadual, por lei assinada a 3 de dezembro de 1965, movimentaram-se as autoridades locais com o Exmo. Sr. Prefeito Omar de Souza Barros à frente, afim de instalá-lo. Após marchas e contramarchas, a Direção do “Ginásio Vera Cruz S.A.” pelo seu diretor presidente, Sr. Sebastião Moraes, cedeu o prédio do Vera Cruz, completamente equipado e com todas as exigências legais<sup>115</sup>.

No mesmo mês, o pároco da cidade, que foi também indicado para o cargo de Diretor, comemorou e sinalizou uma movimentação para que o Estado não somente utilizasse, mas também tomasse posse do prédio da sociedade ao afirmar que a sociedade Ginásio Vera Cruz S.A. estava sendo desfeita, como ele próprio descreveu:

Dia 3 de dezembro de 1965 o Governo Estadual criou um Ginásio em Teixeira. A notícia foi recebida com alegria. O Ginásio Vera Cruz, aqui existente há 11 anos, passou a tomar todas as providências legais para que seja desfeita a “Vera Cruz S.A.” – e então o prédio com instalações passassem para o domínio do Estado – o que exige tempo. Sem dúvida alguma um ginásio Estadual, não obstante todas os sinais, em muito beneficiará os pais teixeirenses<sup>116</sup>.

Concomitante à criação do Ginásio, foi também autorizada a instalação de um Curso de Admissão no estabelecimento<sup>117</sup>, o qual deve ter sido implementado ainda em 1966, com vistas a obter maior número de inscritos e aprovados no exame de admissão e iniciar o funcionamento do Ginásio Estadual de Teixeira com o maior número de matrículas possível. Os exames de admissão para ingresso em 1966 tiveram recorde de candidatos inscritos na 1ª e 2ª época, resultando em um total de 100. O número de matriculados também foi o maior até então (77 alunos) e, pela segunda vez na história da instituição, foram criadas 2 turmas de 1ª série.

<sup>115</sup> REUNIÃO SOBRE INSTALAÇÃO DO GINÁSIO ESTADUAL, 1966. Teixeira. **Ata da instalação do Ginásio Estadual na cidade de Teixeira**. Teixeira: 1966. 3 p.

<sup>116</sup> LIVRO DO TOMBO da Paróquia Santo Antônio Teixeira-MG. 1965.

<sup>117</sup> DEPARTAMENTO DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR. [Correspondência]. Destinatário: Ginásio Estadual de Teixeira. Belo Horizonte, 22 dez. 1965. 1 carta.

De acordo com Marisa, que foi aluna dessa primeira turma do Ginásio Estadual, muitos que antes não puderam ingressar no ginásio particular tiveram oportunidade de acesso a partir de 1966. A entrevistada ressaltou também que, com 11 anos incompletos, ela teve colegas com 18 e 19 anos e que, naquele ano, resolveram formar uma turma de sexo masculino e outra de sexo feminino. Além disso, foi a primeira vez em que houve registro de ingresso de mais mulheres do que de homens: foram 41 e 36, respectivamente.

Apesar de observarmos números que se enquadravam em outro patamar, o de escola pública, um dado se manteve na formação dessa primeira turma do Ginásio Estadual, qual seja, a alta taxa de desistência nos exames de admissão, que também registraram um recorde de 47 candidatos. Manteve-se um padrão similar ao já descrito, que foi a ausência nos exames de admissão, especialmente no de 1ª época, assim como na realização do exame de 2ª época por aqueles que reprovaram ou desistiram e poucas reprovações, sendo apenas duas.

Como já destacado, também a partir de 1966 foi identificado maior rigor na contratação dos professores, os quais se viram obrigados a realizar os exames de suficiência e impossibilitados de simplesmente seguirem renovando sua autorização para lecionar. Portanto, com o início das atividades do Ginásio Estadual, é possível notarmos uma mudança no funcionamento da contratação de docentes pela instituição, o qual pode ter sido provocado pelo interferência do Estado e também pela maior regulamentação e fiscalização das instituições de ensino. Além disso, observamos uma ruptura com o Ginásio Vera Cruz pela mudança da direção do estabelecimento com a substituição de Maria Emilce Fialho (diretora deste de 1956) pelo Padre Napoleão Lacerda de Avelar (indicação) e pela suposição de que a sociedade anônima seria desfeita e cederia definitivamente seu prédio para o Estado.

Por isso, no título deste tópico utilizamos os termos “criação/transformação em Ginásio Estadual” pois, ao analisar o processo de criação e instalação do Ginásio Estadual iniciado em 1965, percebemos a intenção de inaugurar uma nova instituição e uma nova cultura escolar, e não necessariamente transformar o Ginásio Vera Cruz em um ginásio público. No entanto, se observado com atenção, é possível notar que a sociedade anônima manteve suas atividades e continuou contribuindo para a manutenção do Ginásio e, como já foi demonstrado no Capítulo 2, passou por mudanças na sua estrutura, na sua administração e permaneceu atuante tal como está até os dias atuais, de forma que a nova escola criada não se desvinculou da identidade e trajetória já iniciadas em 1954.

Outro indicativo na manutenção do vínculo da sociedade com o antigo Ginásio e da sua “transformação” em Ginásio Estadual ocorreu em 1970, quando a escola voltou receber a

denominação “Vera Cruz”<sup>118</sup>. No entanto, antes disso, houve também o retorno de Maria Emilce Fialho à direção, após a exoneração do então diretor Napoleão Lacerda de Avelar, o qual narra com detalhes o ocorrido e atribui sua saída a arranjos da política local. De acordo com ele:

A 28 de maio o “Minas Gerais” publicou minha exoneração de Diretor do Ginásio. Tudo foi arranjado por uma série de acontecimentos – pela política local. Não fiz comentário. Apenas do púlpito comuniquei aos pais e alunos a decisão do governo e a minha decisão de não mais colaborar pessoalmente e materialmente com o ginásio, ao qual dediquei a maior colaboração durante quatorze anos! Voltei a trabalhar exclusivamente como Vigário da paróquia. (...) Um mês após, foi nomeada Diretora a Sra. Maria Emilce Fialho, professora registrada, casada com o Secretário do mesmo Ginásio, Snr. João Marques de Carvalho. Esta fora diretora do Ginásio Vera Cruz e cedeu-se o lugar, porquanto era Diretor do Grupo Escolar e no regime estadual não poderia ocupar simultaneamente dois cargos. Perdendo a diretoria do Grupo Escolar, tudo fazia para ocupar a do Ginásio. Isto ela conseguiu através do Deputado Estadual Edgar de Vasconcelos com a anuência do presidente da Comarca João Floresta Filho, do chefe político Dr. Milton Faria e do Prefeito Antônio Fialho Botelho<sup>119</sup>.

Além disso, o pároco explicou que colaboraram para a sua saída a insatisfação de diversos pais com as taxas escolares “impostas por lei e cobradas pela Comissão Diretora da Caixa Escolar”, a qual presidia, e um inquérito administrativo solicitado contra ele devido à anulação e aprovação de todos os alunos que deveriam realizar os exames de 2ª época no início de 1969. A medida inflingiu as leis da educação e, além disso, uma professora foi dispensada do seu cargo, o que colaborou ainda mais para o desfecho acima mencionado. Nesse cenário, podemos observar uma contradição na narrativa do pároco, visto que em um primeiro momento ele atribui sua exoneração a “arranjos políticos” e, em um segundo, explica seu erro por ter agido contra as leis de diretrizes e bases da educação, implicando em um infração à ética profissional.

Dessa forma, coincidindo com o retorno de Maria Emilce Fialho à direção, o Ginásio passou a adotar novamente o primeiro nome que o caracterizou e, mesmo não sendo possível confirmar a relação entre ambos, assinala-se um vínculo com a instituição precedente. O Ginásio Estadual Vera Cruz assim permaneceu até 1976, quando o termo “Ginásio” teve de

<sup>118</sup> MINAS GERAIS. **Lei no 5.646**, de 14 de dezembro de 1970. Dá a denominação de “Vera Cruz” ao Ginásio Estadual de Teixeira. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

<sup>119</sup> LIVRO DO TOMBO da Paróquia Santo Antônio Teixeira-MG. 1969.

ser substituído por “Escola Estadual” após a reestruturação da ensino básico em ensino fundamental e médio e após a fusão com o Grupo Escolar Dr. Mariano da Rocha<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> MINAS GERAIS. **Decreto no 17.774**, de 20 de fevereiro de 1976. Dispõe sobre a composição da Unidade de Ensino de 1º Grau no município de Teixeira. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na epígrafe deste trabalho lê-se a conhecida frase do sociólogo e educador Darcy Ribeiro: “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”, a qual foi citada por uma das entrevistadas nesta pesquisa e é aqui reproduzida como uma provocação e como um manifesto contra o contínuo e histórico descaso com a educação e com a formação das crianças, jovens e dos futuros docentes. Ao estudar sobre a História da Educação brasileira, percebemos facilmente o significado da frase acima e visualizamos que, com muita frequência, prerrogativas ainda debatidas persistentemente são conhecidas discussões que continuam a colocar em pauta o papel do setor público e privado na educação, assim como os investimentos a serem destinados aos diversos níveis educacionais, o papel da escola e a sua função formativa.

A citação nos leva à formulação de algumas questões: como não se trata de uma crise, mas sim de um projeto, de quem é (era) afinal, a responsabilidade pela educação? Essa pergunta nos conduz a outra: como se deu, historicamente, o acesso à educação pelos brasileiros e brasileiras? E, por fim, como este fato se relaciona ao processo de criação e consolidação da instituição educacional aqui investigada?

Ao explicarmos sobre os objetivos do ensino secundário consagrados na década de 1940 com as Leis Orgânicas, foi enfatizado que tal ramo da educação se destinava principalmente à formação das elites, pois constituía-se no melhor caminho para o acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, para a ascensão social. Os demais ramos do ensino, por sua vez, não tinham a função de formar grandes lideranças, mas a mão de obra de que careciam os setores econômicos brasileiros.

Esta situação assinala que a distinção entre ambos não era algo implícito; pelo contrário, o ensino secundário foi sempre a primeira opção entre aqueles que pretendiam concluir o ensino médio e chegar ao curso superior, de forma que a demanda para nele ingressar se tornou crescente. Um dos entrevistados destacou que o ensino secundário era o melhor caminho para o acesso ao ensino superior e, a partir de sua fala, assim como da de outros entrevistados, podemos concluir que o curso ginásial criado em Teixeira correspondeu a esta premissa.

Dessa forma, a fundação do Ginásio Vera Cruz relaciona-se à uma demanda local para o acesso ao nível educacional posterior ao ensino primário, o qual já formava um razoável número de alunos e, ao mesmo tempo, associou-se ao contexto nacional e estadual, no qual a maior parte das instituições responsáveis pela oferta do curso ginásial era privada. Os ex-

alunos mencionados, além de simbolizarem o sucesso da iniciativa e demonstrarem que o ensino secundário funcionava realmente como um degrau, são recordados como motivo de orgulho para a cidade e pelas instituições nas quais se formaram.

A iniciativa privada conseguiu se manter atuante na criação e manutenção do ensino secundário, mesmo com um movimento de crescente expansão da rede pública de ensino. Pois, como salientado na discussão sobre a elaboração e sobre o texto final da LDBEN de 1961, a rede particular conseguiu a garantia de recebimento de verbas públicas para a compra, construção e reforma dos prédios escolares. Dessa forma, recursos que poderiam ter sido utilizados para a construção e manutenção de estabelecimentos públicos foram entregues a instituições privadas que, em troca, ofertavam determinado número de bolsas. Observa-se assim, como a responsabilidade pela educação fazia parte de uma conjuntura política que se utilizava de discursos como “direito da família” e “liberdade de ensino” para monopolizar a educação e transformá-la em um negócio, garantindo, ao mesmo tempo, a manutenção de determinados privilégios e da desigualdade de oportunidades para acesso e permanência nesses cursos.

Na criação do Ginásio Vera Cruz é possível observar claramente a participação da iniciativa privada. No entanto, foram identificadas algumas especificidades, pois decorreu de um projeto de sociedade anônima que se formou com o propósito de criar e manter um estabelecimento de ensino secundário em Teixeira, MG, e que garantiu em seus estatutos não visar lucros. Apesar disso, para o funcionamento da instituição foi necessária a cobrança de anuidades, visando suprir os gastos com o corpo docente e demais funcionários contratados para a organização e manutenção da instituição.

No entanto, a sociedade não conseguiu concretizar plenamente seu projeto, que era a criação de um curso secundário no município, pois foi criado o primeiro ciclo deste e o 2º ciclo do curso técnico em contabilidade. Este fato demonstra que parte da demanda pelo ensino médio foi solucionada pela criação do curso ginásial, e que em Teixeira, talvez não existisse demanda suficiente para a criação de um colégio. Nesse contexto, uma parcela pequena de formandos se dirigiu ao curso técnico, o qual enfrentou também o desafio da falta de professores. E além desses, um outro grupo se destinou às escolas normais e colégios de outras cidades.

Dessa forma, a sociedade “Ginásio Vera Cruz S.A.” teve importante papel para a educação no município ao planejar e concretizar a instalação do curso ginásial e acompanhar todos os processos burocráticos necessários para que o estabelecimento obtivesse autorização para funcionar. Além disso, esteve atuante ao longo dos anos na contratação do corpo docente

e, mesmo após a criação do Ginásio estadual, na expansão do prédio escolar e melhoramento de suas instalações.

Sobre o corpo docente, concluímos que o perfil profissional e a regulamentação para o exercício da função se assemelhavam ao registrado em outras regiões do país. Havia poucos profissionais com formação para docência e poucos com registro definitivo perante o MEC. Nesse âmbito, predominou a contratação de caráter emergencial, na qual o candidato solicitava uma autorização provisória para lecionar, procedimento repetido seguidamente por aqueles que lecionaram mais tempo no Ginásio. Outro elemento que caracterizou o perfil dos professores foi sua formação: apesar de muitos possuírem apenas o ensino médio, inúmeros outros possuíam curso superior e acumulavam as funções da docência com a atuação em suas áreas de formação.

Este fato, associado à forma como os docentes foram descritos pelos ex-alunos, conduz à reflexão sobre o lugar social ocupado pela docência, de forma que parte dos professores demonstravam compreendê-la como sua principal profissão, procurando regulamentar seus registros profissionais e se dedicando exclusivamente à docência. Em outros casos, a docência apresentou-se não necessariamente como uma profissão, mas como uma função social, como uma beneficência em nome da educação do município, de forma que advogado, promotor, farmacêutico ou médico prestavam um serviço para o qual faltavam profissionais e, nele, buscavam utilizar os conhecimentos adquiridos em suas respectivas formações para colaborar para o funcionamento da instituição.

Somado a isto, constatamos o fato de que algumas dessas personalidades de reconhecido *status* social no município eram também membros da sociedade anônima, o que explica o compromisso para com a formação do corpo docente do Ginásio, criando um novo grupo que assumia a docência não como uma profissão e nem como beneficência, mas como uma convocação para a que instituição pudesse funcionar. Esta, inclusive, foi uma das principais dificuldades da instituição ao longo do tempo. Todavia, este não foi um desafio enfrentado apenas em Teixeira, pois o número de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras existentes no país não era suficiente para formar os professores que os Ginásios e Colégios necessitavam.

O acesso ao ensino primário aliado ao crescimento populacional e à concentração da população no meio urbano, no período em recorte, foram fatores que colaboraram para que houvesse um aumento expressivo no número de estabelecimentos nas décadas de 1950 e 1960, buscando observar uma demanda cada vez maior. Em Teixeira, como já destacado, por não existir nenhuma instituição que ofertasse o ensino médio, aqueles que tinham condições

de estudar se dirigiam a instituições existentes em outras cidades próximas, como Ponte Nova e Viçosa.

Com a facilidade advinda após a instalação do Ginásio em Teixeira, foi possível que muitos alunos que já haviam saído da sala de aula retornassem para complementar sua formação. A primeira turma do Ginásio teve esta como uma de suas principais características e demonstrou, de forma bem prática, a existência de uma demanda reprimida. Para além disso, foi uma das turmas com o melhor aproveitamento e maior número de formandos, caracterizando-se por ter sido formada por alunos fora da faixa etária.

Dessa forma, o Ginásio representou, para muitos, a única oportunidade de ingressar no primeiro ciclo do ensino médio. No entanto, a realidade do sistema educacional brasileiro e as despesas oriundas da matrículas apresentavam outras barreiras. A primeira dessas barreiras era o exame de admissão, que excluía boa parte daqueles que já haviam concluído o primário a mais tempo e/ou não tiveram a oportunidade de arcar com uma professora particular para a revisão do conteúdo cobrado. Posteriormente, o próprio Estado fundou cursos de admissão, mas ainda assim, se havia um exame é porque não havia pleno acesso aos interessados, e sim a seleção daqueles considerados mais aptos para as exigências do ginásio.

A anuidade foi outra forma de exclusão e pode ter constituído uma barreira em dois sentidos. Em primeiro lugar, pela dificuldade financeira e impossibilidade de arcar com a anuidade, mesmo se dividida em quatro prestações. Em segundo lugar, soma-se à dificuldade financeira a possibilidade de reprovação, o que pode ter feito muitos alunos desistirem antes mesmo que cheguem ao final do ano. Pela análise dos relatórios de inspeção, conseguimos verificar que muitos alunos só conseguiam aprovação após os exames de 2ª época e que poucos alunos conseguiam aprovação direta. Ou seja, a perspectiva de reprovação, somada à anuidade, pode ter colaborado ainda mais para a desistência e evasão dos alunos.

Ademais, mesmo com a criação do Ginásio estadual, a exigência de livros, uniforme e a contribuição com a caixa escolar continuaram constituindo impedimento para a igualdade de acesso à escola. Apesar de todos os desafios, os descontos provenientes dos pagamentos das anuidades à vista e pela matrícula de irmãos e as gratuidades distribuídas auxiliaram na matrícula e permanência de muitos alunos. Atestando isso, está o aumento do número de matrícula nos anos em que foram concedidas mais gratuidades e no ano em que foi instalado o Ginásio Estadual de Teixeira.

Portanto, o acesso à educação foi condicionado não somente pela criação de um Ginásio em Teixeira, mas pelas condições descritas acima e pelo auxílio de terceiros (sejam familiares ou conhecidos) que hospedaram alunos da zona rural ou de outras cidades em suas

casas e auxiliaram no pagamento das anuidades. Tendo em vista todos estes empecilhos, é possível dizer que, da mesma forma que o Ginásio absorveu parte da demanda pelo 1º ciclo do ensino médio - visto que alguns ainda preferiram se dirigir à outras cidade para estudar - e possibilitou que diversos alunos tivessem oportunidade de frequentar o curso ginásial, os estudantes que nele ingressaram permitiram que o projeto se concretizasse e que fosse consolidada uma nova instituição educacional em Teixeira, MG.

Dessa forma, a análise da criação e consolidação da instituição, inicialmente chamada Ginásio Vera Cruz, demonstrou que a compreensão dos aparatos técnicos e burocráticos do funcionamento do estabelecimento não explica todo o processo, mas que é necessário pensar no conceito de instituição como algo socialmente construído e em constante modificação a partir da intervenção e da relação entre os diversos sujeitos históricos (SAVIANI, 2005). Por isso, a tentativa de abarcar também os aspectos cotidianos do Ginásio e a sua relação com a comunidade escolar.

Sob esta perspectiva, foi possível notar a valorização da instituição através da recordação do seu dia a dia e pela organização para a realização dos ritos cotidianos e dos eventos cívicos. Observa-se a reprodução de um civismo e um patriotismo propagados desde a Era Vargas, e denota-se a construção de uma identidade institucional associada à sua qualidade, à capacidade e à criatividade de seus professores que, apesar de terem muitas vezes assumido a docência sem a devida formação, são reconhecidos ainda hoje pela trajetória escolar e profissional de seus ex-alunos.

Posteriormente, mesmo com a instalação do Ginásio Estadual, observa-se a conservação de um vínculo com o primeiro Ginásio fundado, o que pode ter sido corroborado pelo vínculo com a sociedade, pela permanência de muitos profissionais que atuaram até 1965, pelo retorno da Diretora Maria Emilce Fialho, pela transferência dos alunos que já haviam iniciado o curso ginásial na instituição particular para o Ginásio Estadual e pela manutenção de um imaginário sobre a instituição identificada pelo termo “Ginásio”.

Nos resta mencionar que a própria instituição, personificada na figura daqueles que fizeram parte e que a representaram ao longo do tempo é a principal responsável pelo que chega até nós de sua história e pelo que deseja eternizar e consolidar como parte da sua memória e identidade. A instituição, mesmo sendo hoje conhecida como Escola Estadual Dr. Mariano da Rocha, a qual tem, atualmente, suas próprias particularidades, permanece atando e reatando vínculos, alguns mais recentes, outros de tempos mais antigos. Prova disso é a manutenção das características do prédio construído em 1954, dos quadros e do mural da

primeira turma que se formou naquele espaço e, principalmente, a conservação dos documentos que possibilitaram a realização desta pesquisa.

Esperamos que, ao demonstrar os resultados a que chegamos com este trabalho, que tenhamos não apenas cumprido com o que propunham nossos objetivos, mas que possamos ter fornecido indícios que auxiliem também na realização de novas pesquisas na área da História da Educação e da História das instituições educacionais. Nesse âmbito, permanece a perquirição sobre qual tem sido o projeto educacional brasileiro ao longo do tempo, de forma que, através de nossas pesquisas, possamos conhecer e problematizar muito mais do aquilo que definimos como passado ou presente.

## REFERÊNCIAS

ATA da instalação do Ginásio Estadual na cidade de Teixeira. Teixeira, 10 de mar. 1966.

ATESTADO. [Sobre inexistência de professores registrados no Ministério da Educação e Cultura em quantidade suficiente para atender o ensino secundário]. Teixeira, 1959.

ABREU, Jaime. A Educação Secundária no Brasil: Ensaio de identificação de suas características principais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 39-84, jan/abr. 2005.

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. *In: Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

AZEVEDO, Denilson Santos de. **A disseminação de uma escola pobre para o aluno pobre: a expansão do ensino de 2º grau na rede pública estadual do Rio de Janeiro (1983-1987)**. 1993. 133f. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1993.

BARALDI, Ivete Maria. A CADES e a formação de professores para o ensino secundário: uma campanha nos anos de 1950-1960. *In: DASSIE, Bruno Alves; COSTA, David Antonio da. Anais do ENAPHEM - Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática*. São Mateus: SBHMat, 2016.

BRAGHINI, Katya Mitsoko. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino**. 2005. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2005.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Ronaldo Poletti. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Walter Costa Porto. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Aliomar Baleeiro e Barbosa Lima Sobrinho. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL. **Decreto-lei no 2.627**, de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre as sociedades por ações. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2627-26-setembro-1940-412760-norma-pe.html>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 51.336**, de 13 de outubro de 1961. Dispõe sobre níveis de salário mínimo. Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51336-13-outubro-1961-391163-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Decreto-lei no 4.244**, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Decreto-Lei no 8.777**, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em: 17 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei no 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei no 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria no 151**, de 4 de março de 1955. Concede autorização para o funcionamento condicional ao Ginásio Vera Cruz. Rio de Janeiro, 1955.

BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. *In: A escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. UNESP: São Paulo, 1992.

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011.

CUNHA, Paulo Vitor do Vale. **História da educação: mapeando os espaços escolares do município de Viçosa, Minas Gerais (1930-1964)**. 2020. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2020.

ENTUSIASMO na instalação da Comarca de Teixeira. *In: O Diário*. Belo Horizonte, 11 de setembro de 1955. p. 11.

ESCOLA ESTADUAL DR. MARIANO DA ROCHA. **Projeto Político Pedagógico**. Teixeira, Minas Gerais, 2019.

FIALHO, Maria Emilce. **Primeiro Relatório Anual do Ginásio Vera Cruz**. Teixeira, Minas Gerais, 1961-1963; 1965-1966.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; GATTI JÚNIOR, Décio. A expansão do ensino secundário em Minas Gerais: estatísticas, legislação e historiografia (1942-1961). **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 59, p. 228-257, jul./set. 2020.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Balanco Geral realizado em 31 de dezembro de 1957**. Teixeira, Minas Gerais, 1957.

GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS. **Certificado de aprovação em exames de admissão à 1ª série ginasial**. Teixeira, Minas Gerais, 1955.

GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. Contrato Particular de Parceria Agrícola. Teixeira, Minas Gerais, 1961.

GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Contrato** [zelador]. Teixeira, Minas Gerais, 1961.

GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Contrato de trabalho por tempo determinado** [docentes]. Teixeira, Minas Gerais, 1961.

GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. [**Correspondência**]. Destinatário: Inspetor Seccional do Ensino Comercial. Teixeira, Minas Gerais, 8 out. 1964. 1 carta.

GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Relatório de Verificação Prévia do Ginásio Vera Cruz de Teixeira**. Teixeira, Minas Gerais, [1956?].

GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. **Estatutos do Ginásio Vera Cruz de Teixeira, S.A.** Teixeira, Minas Gerais, [1954?].

GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS, S.A. Relação de subscritores e recebimentos efetuados por chamada. Teixeira, Minas Gerais, [195?].

GUERRA, Antônio Gayoso. **Primeiro Relatório do Ginásio Vera Cruz referente a 1º e 2º séries do curso ginasial**. Teixeira, Minas Gerais, 1956.

INSPETOR SECCIONAL DE JUIZ DE FORA. Renovação de autorização. [**Correspondência**]. Destinatário: Ginásio Estadual de Teixeira. Teixeira, 10 fev. 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. (Ano XVI - 1955). Rio de Janeiro, 1955.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. (Ano XXI - 1960). Rio de Janeiro, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. (Ano XXVIII, v. 28, 1967). Rio de Janeiro, 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1960**: Brasil. Série Nacional. Volume I. Rio de Janeiro, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1960**: Minas Gerais. Série Regional. Volume I, Tomo XIV, 3ª parte. Rio de Janeiro, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estado de Minas Gerais: Censo Demográfico**. Série Regional. Volume XXI. Tomo I. Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teixeira. In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: Municípios do Estado de Minas Gerais. Volume XXVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 343-347.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Teixeiras**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/teixeiras>. Acesso em 22 dez. 2020.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LEITÃO, Celso Luiz. [**Correspondência**]. Destinatário: Diretor do Ginásio Vera Cruz de Teixeira. Rio de Janeiro, 12 ago. 1954. 1 carta.

LIVRO de Atas da Comissão de Concessão de Gratuidade do Ginásio Vera Cruz (1955-1960). Teixeira, 1959.

LIVRO do Tombo da Paróquia Santo Antônio Teixeira-MG. 1954-1958.

LOPES, Marcos Henrique Silva; SOUZA, Luzia Aparecida de. O exame de suficiência para “recrutamento” de professores para o ensino secundário. **Interfaces da Educação**, v. 9, n. 27, p. 104-131, 2018.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 15-25.

MINAS GERAIS. **Decreto no 7.731**, de 24 de julho de 1964. Cria um Grupo Escolar com a denominação de Dr. Mariano da Rocha na cidade de Teixeira. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MINAS GERAIS. **Decreto no 17.774**, de 20 de fevereiro de 1976. Dispõe sobre a composição da Unidade de Ensino de 1º Grau no município de Teixeira. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto no 24.396**, de 22 de março de 1985. Cria o ensino de 2º grau em escola da rede estadual de Teixeira. Belo Horizonte, 1985.

MINAS GERAIS. **Lei no 1.446**, de 14 de março de 1956. Concede subvenção. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei no 1.603**, de 20 de maio de 1957. Concede subvenção a diversas instituições do Estado. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei no 1.807**, de 28 de agosto de 1958. Concede subvenção. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei no 1.908**, de 06 de fevereiro de 1959. Concede subvenção a diversas instituições do Estado. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei no 3.356**, de 12 de março de 1965. Concede subvenção a diversas instituições. Leis Estaduais de Minas Gerais. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei no 3.632**, de 1 de dezembro de 1965. Cria um Ginásio Estadual na cidade de Teixeiras. Leis Estaduais de Minas Gerais. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei no 5.646**, de 14 de dezembro de 1970. Dá a denominação de “Vera Cruz” ao Ginásio Estadual de Teixeiras. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Certificado de frequência e regularidade no curso para secretário de ensino secundário** [Salvador Alves Rodrigues]. Diretoria do Ensino Secundário. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Juiz de Fora, 1957.

NICACIO, Clovis Dutra. [**Correspondência**]. Destinatário: Diretor do Ginásio Vera Cruz. Belo Horizonte, 19 jun. 1957. 1 carta.

NOGUEIRA, Florisbela Alves. **Relatório do Ginásio Vera Cruz**. Teixeiras, Minas Gerais, 1956-1959.

NUNES, Clarice. **A modernização do ginásio e a manutenção da ordem**. 1979. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979a.

NUNES, Clarice. **Escola & Dependência**: o ensino secundário e a manutenção da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979b.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. [**Correspondência**]. Destinatário: Diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Teixeiras, 22 jul. 1954. 1 carta.

REGISTRO de Imóveis. **Escritura pública de compra e venda de imóvel**. Viçosa, MG. Registro em 17 de ago. 1954.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, n. 4, p. 27-33, 2005.

SPÓSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola: a luta pela expansão do ensino público em São Paulo**. Coleção Educação Popular. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

TEIXEIRAS terá seu Ginásio. *In: O cometa*. Ano 11, número 8. Cajuri, Minas Gerais, 23 de maio de 1954. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=847755&pesq=TEIXEIRAS&pasta=a%20195&pagfis=3>. Acesso em: 16 nov. de 2020.

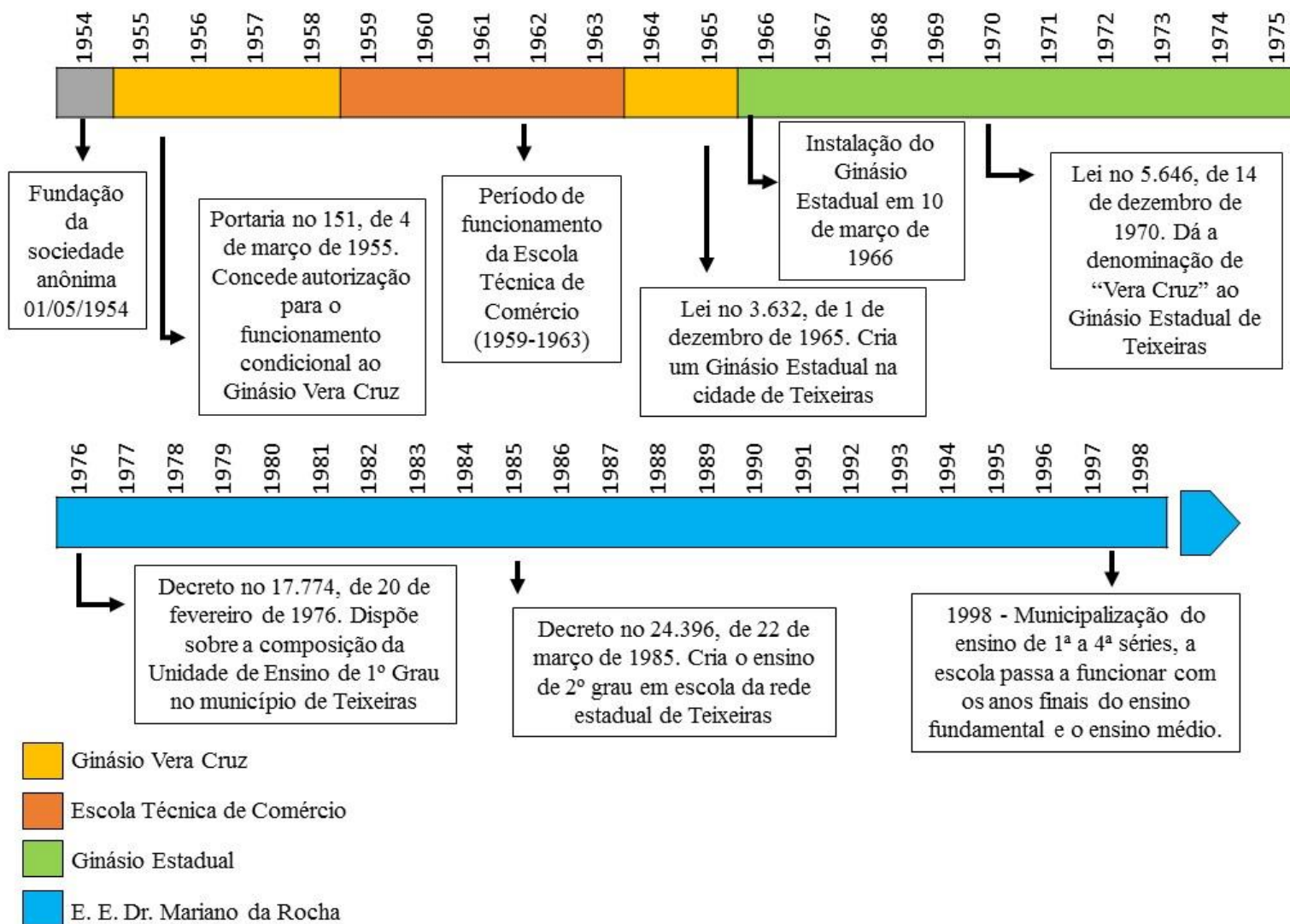
## APÊNDICES

### APÊNDICE A - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS

1. Esta pesquisa busca analisar o processo de criação e consolidação do Ginásio fundado em 1954 com o nome “Ginásio Vera Cruz”, no qual funcionou também a “Escola Técnica de Comércio de Teixeira”. Ao longo dos anos, a instituição passou por várias mudanças, se tornou estadual e mudou de nome algumas vezes, até que em 1976, ficou conhecida como Escola “Estadual Dr. Mariano da Rocha”, designação que mantém ainda hoje. Você já frequentou esta instituição em algum momento de sua vida, seja como estudante ou a trabalho? Por qual período? Como a instituição se chamava na época?
2. Sabe alguma coisa sobre a construção do prédio no qual funciona a instituição? (Quando foi construído, com que recursos, quem auxiliou e qual o objetivo da iniciativa?)
3. Como era o processo de ingresso ao Ginásio? Como eram as aulas e avaliações?
  - 3.1. Onde você cursou o primário?
4. Você se recorda dos funcionários, professores e colegas do período em que lá estudou, ou de quaisquer outros aspectos do cotidiano do Ginásio?
5. Chegou a frequentar a Escola Técnica de Comércio? Como era seu funcionamento?
6. Quem eram e de onde vinham os professores que trabalhavam na instituição? Qual era a formação deles?
7. Qual era o perfil (social e econômico) dos alunos que estudavam no Ginásio e/ou na Escola Técnica de Comércio? Esse perfil mudou ao longo dos anos em que você frequentou a instituição?
8. Com relação aos aspectos burocráticos do funcionamento do curso ginásial e do curso técnico. Como era feita a fiscalização do estabelecimento? Quem era responsável por isso?
9. Do seu ponto de vista, o Ginásio permitiu que mais alunos tivessem acesso à educação?

10. A população de Teixeiras e de outras cidades próximas valorizavam a existência da instituição ou procuravam pelos estabelecimentos de outras cidades como Viçosa ou Ponte Nova?
11. Que elementos explicam as mudanças pelas quais passou a instituição? Deixando de ser particular, ofertando um curso técnico por um curto período e se tornando um Ginásio Estadual até finalmente ser chamada de E. E. Dr. Mariano da Rocha?
12. Qual imagem a instituição procurou construir de si mesma ao longo de sua trajetória?
13. Qual a importância do Ginásio para a história de Teixeiras e para sua própria história pessoal, de vida e de profissão? Ele foi importante para sua formação?
  - 13.1 O que você fez após concluir o curso ginasial e/ou o curso técnico?
14. Outras pessoas de sua família estudaram ou trabalharam no Ginásio?
15. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa, uma recordação ou um detalhe que considera importante e que ainda não foi mencionado?

## APÊNDICE B - TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO (1954-1998)



## ANEXOS

### ANEXO A - FOTOGRAFIAS E DOCUMENTOS ADICIONAIS

#### Quartanistas de 1958



#### Vista geral da varanda interna e entradas para as salas de aula (1959)

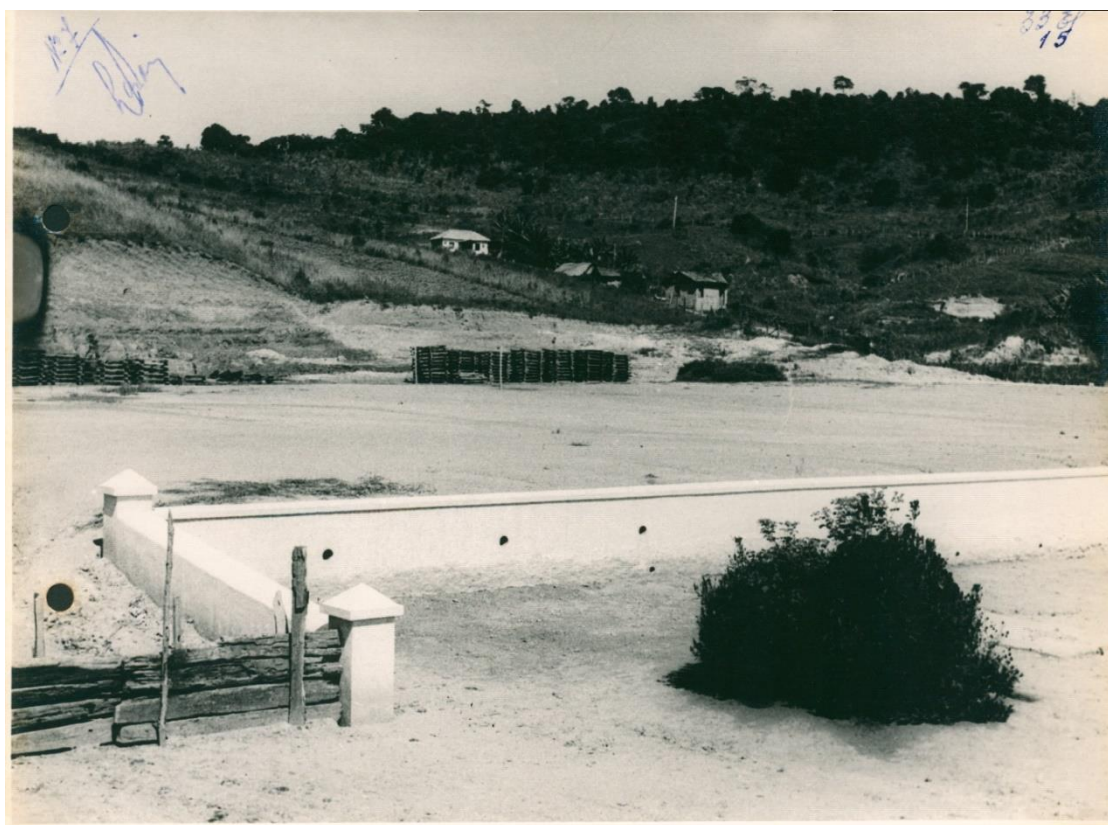


Fonte: Acervo fotográfico da E.E. Dr. Mariano da Rocha

**Vista das instalações sanitárias para os alunos do sexo masculino (1959)**



**Vista parcial da praça de esportes em construção (1959)**



Fonte: Acervo fotográfico da E.E. Dr. Mariano da Rocha

## Ficha suplementar dos estabelecimentos

**GINÁSIO VERA CRUZ**  
 AVENIDA 24 DE OUTUBRO, 431  
 TEIXEIRAS - MINAS

**FICHA SUPLEMENTAR DOS ESTABELECIAMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO**

**TOTAL DE PONTOS DA FICHA BÁSICA**

	Coeficiente	Nota	Pontos	TOTAL
<b>DIVISÃO I - LOCALIZAÇÃO</b>				
1. Salubridade.....				
2. Ausência de ruídos.....				
3. Ausência de perigo.....				
4. Causas perturbadoras da atenção.....				
5. Natureza e permeabilidade do terreno.....				
6. Regularidade do terreno.....				
7. Área coberta para recreio e abrigo...				
8. Área livre.....				
<b>TOTAL DA DIVISÃO I.....</b>				
<b>DIVISÃO II - EDIFÍCIO</b>				
9. Disposição interna.....				
10. Situação .....				
11. Número de pavimentos.....				
12. Material de conservação.....				
13. Entradas.....				
14. Escadas e corredores.....				
<b>TOTAL DA DIVISÃO II.....</b>				
<b>DIVISÃO III - INSTALAÇÕES</b>				
15. Extintores de incêndio.....				
16. Caixa d'água.....				
17. Instalações para limpeza do prédio....				
18. Bebedouros.....				
19. Lavatórios.....				
20. Cabines sanitários.....				
<b>TOTAL DA DIVISÃO III.....</b>				
<b>DIVISÃO IV - SALAS DE AULA</b>				
21. Número.....				
22. Área.....				
23. Forma.....				

Continua

**GINÁSIO VERA CRUZ**  
 AVENIDA 24 DE OUTUBRO, 431  
 TEIXEIRAS - MINAS

Continuação

	Coefficiente	Nota	Pontos	TOTAL
24. Isolamento.....				
25. Quadros negros.....				
26. Pintura.....				
27. Área de iluminação.....				
28. Disposição das janelas.....				
29. Acústica.....				
30. Carteira.....				
31. Móveis diversos.....				
<b>TOTAL DA DIVISÃO IV.....</b>				
<b>DIVISÃO V - SALAS ESPECIAIS</b>				
32. Auditório.....				
33. Biblioteca.....				
34. Sala de Geografia.....				
35. Sala de Línguas Vivas.....				
36. Sala de Ciências.....				
37. Sala de Desenho.....				
38. Sala de Trabalhos Manuais.....				
39. Sala de Professores.....				
40. Sala de Administração.....				
<b>TOTAL DA DIVISÃO V.....</b>				
<b>TOTAL DA FICHA BÁSICA.....</b>				

Fonte: GINÁSIO VERA CRUZ DE TEIXEIRAS. Relatório de Verificação Prévia do Ginásio Vera Cruz de Teixeira. Teixeira, [1956?].

Desfiles de 7 de setembro [195?]



Desfiles de 7 de setembro [entre 1950 e 1970]



Desfiles de 7 de setembro [1970]





Fonte: Acervo fotográfico da E.E. Dr. Mariano da Rocha e acervo pessoal de uma ex-aluna.